

FIM DO IMPÉRIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO REPUBLICANO BRASILEIRO

Introdução:

Pouco mais de um ano depois da abolição da escravatura (13 de maio de 1888), no dia **15 de novembro de 1889**, o governo imperial também se extinguiu, sendo substituído por um regime republicano.

Apesar das transformações sociais ocorridas, sobretudo, na segunda metade do século XIX (como a expansão da lavoura cafeeira, o fim do tráfico negreiro, a imigração, o crescimento das cidades, a expansão dos transportes, etc.), **no plano político**, o governo continuava sob o controle das tradicionais famílias de proprietários escravistas, que impediam as mudanças políticas necessárias para atender às novas necessidades, criadas com as grandes transformações econômicas e sociais no Brasil daquele período.

Cafeicultores das áreas mais novas do Oeste Paulista, e outros setores sociais como os industriais e as classes médias urbanas, também desejavam participar mais efetivamente das decisões políticas do país, dessa maneira, apenas para uma pequena parcela da sociedade, que detinha grandes privilégios, é que a monarquia interessava. Esse pequeno grupo era formado por proprietários que controlavam os altos cargos políticos (ministérios, Senado e Câmara), e conseguiam impedir as mudanças que contrariavam seus interesses mais imediatos.

Como **consequência** disso há **o aumento na oposição ao governo imperial**, e uma pressão cada vez maior pela substituição da *monarquia* por um regime *republicano*. É o momento em que temos no Brasil um Império decadente e com muito pouco prestígio e o início da organização de partidos republicanos.

Agora, no final do Segundo Império, o princípio básico que os adeptos ao republicanismo defendiam era o **federalismo**, isto é, uma forma de governo republicano em que as províncias tivessem bastante autonomia para elaborar suas leis e tomar as medidas correspondentes aos interesses locais. O ideal federalista ganhava defensores especialmente em São Paulo, que era uma das regiões economicamente mais importantes do país, a ponto de alguns grupos locais defenderem, inclusive, a ideia de fazer de São Paulo um país independente do resto do Brasil.



Também os militares se opuseram ao governo imperial. O Exército havia crescido com a guerra do Paraguai e voltara valorizado dos campos de batalha. Contudo, quando a guerra terminou, o governo reduziu o número de seus efetivos de 19 mil (1871) para 13.500 (1886). O interesse do governo era reforçar a velha Guarda Nacional, que fielmente defendia a aristocracia escravista. Os militares desejavam, por sua vez, um tratamento mais digno e começaram a se opor ao governo imperial. Benjamin Constant, professor na escola militar, influenciava os jovens oficiais com a ideia de que o Exército tinha uma importante missão a cumprir: se opor aos políticos, considerados corruptos e impatrióticos. Os seguidores das ideias de Benjamin passaram a acreditar que os militares tinham a missão honrosa de “salvar a pátria”, levando-a pelos caminhos do **progresso e da ordem**.

O movimento republicano ganhava terreno dia a dia. Mas numa tentativa extrema para salvar a Coroa, o último ministro do Império, Visconde de Ouro Preto, apresentou

um projeto de reformas profundas, que atendiam em parte às propostas dos republicanos. Mas a Câmara, dominada pela aristocracia mais tradicional, considerou que o projeto era um absurdo e que o ministério não era digno de confiança.

Isso só aumentou a tensão já existente: a Guarda Nacional foi reforçada e

reorganizada, aumentou-se o número de policiais, e criou-se a chamada *Guarda Negra*, composta de negros ex-escravos, que defendiam a monarquia, porque consideravam a princesa Isabel como heroína de sua causa. Do outro lado, os republicanos orquestravam o golpe final contra a monarquia, apoiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca que, por nutrir uma amizade e respeito pelo imperador, inicialmente estava indeciso quanto ao seu apoio à república. A decisão final de aderir de fato ao apelo dos republicanos veio quando soube que D. Pedro II pretendia formar um novo ministério, chefiado por seu maior inimigo.

Para Refletir:

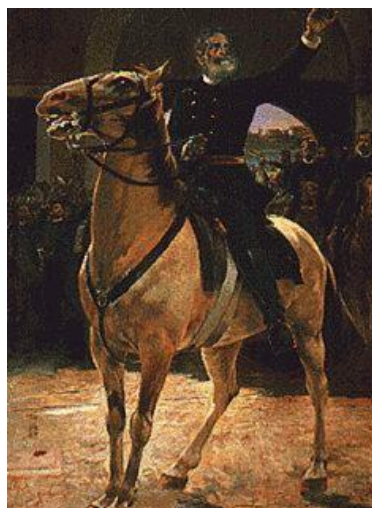
Embora pensada por diferentes grupos, a proclamação da república aconteceu de maneira semelhante ao processo de Independência do Brasil em 1822, praticamente sem participação das camadas populares.



Escreveu-se então um manifesto, instaurando um governo republicano provisório, e o imperador foi “convidado” a deixar o país, juntamente com a família imperial. Saíram de madrugada, embarcando num navio que zarpou para Lisboa na noite de 17 de novembro.

Temos o início da **Primeira República**.

O GOVERNO PROVISÓRIO: (1889-1891)



Marechal Deodoro da Fonseca e a Proclamação da República

Após o fim da monarquia, militares e representantes da aristocracia cafeeira entraram em confronto de interesses:

- Militares: Desejavam a formação de um governo com um poder Executivo forte, que comandasse os demais poderes.
- Cafeicultores: Desejavam uma república Federativa, que

preservasse a autonomia dos estados.

Deodoro assumiu provisoriamente o poder com o objetivo de organizar o novo regime. Durante esse governo provisório o Marechal governou por decreto lei (atos legislativos do Poder Executivo) até que fosse promulgada a nova constituição, pois a de 1824 (ligada à monarquia) não valia mais.

Principais medidas de Deodoro durante o governo provisório:

- Escolheu a república Federativa como regime político;
- Transformou Províncias em Estados;
- Dissolveu as Assembleias Provinciais e Câmaras Municipais e nomeou governadores para os Estados e intendentes para os Municípios;
- Ofereceu cidadania brasileira aos estrangeiros aqui residentes;
- Declarou a separação entre Igreja e Estado, instituiu o casamento civil, e a secularização dos cemitérios;
- Reformou o código penal, extinguindo a pena de morte em tempos de paz;
- Convocou a Assembleia Constituinte;

Essas medidas, adotadas no final de 1889 e durante o ano de 1890, foram acompanhadas de várias crises políticas, devido principalmente às disputas de interesses entre as forças representadas no governo.



Bandeira Provisória do Brasil Pós Proclamação, cujo modelo foi rejeitado por Marechal Deodoro.

Eis o primeiro ministério da República:

- Interior: Aristides da Silveira Lobo;
- Relações Exteriores: Quintino Bocaiuva;
- Fazenda: Rui Barbosa;
- Guerra: tenente-coronel Benjamin Constant;
- Marinha: Eduardo Wandenkolk;
- Agricultura, Comércio e Obras Públicas: Demétrio Nunes Ribeiro;
- Justiça: Manuel Ferraz de Campos Sales.

A CONSTITUIÇÃO DE 1891:

Uma vez convocada a Assembleia Constituinte por M. Deodoro, passa-se então à elaboração de uma nova Constituição Nacional, **promulgada em 24 de fevereiro de 1891**.

Um ponto importante dessa Assembleia é que a maioria dos deputados eleitos era de civis partidários da república federativa, o que acabou fazendo dessa reunião um cenário de oposição ao governo militar.

A nova Constituição inspirou-se no modelo norte-americano, ao contrário da Constituição Imperial, inspirada no modelo francês. Dentre os pontos mais importantes da nova constituição estavam previstos:

- A **igualdade** de todos perante a lei e o reconhecimento dos direitos do cidadão (liberdade, propriedade, segurança);
- **Eleições diretas** com voto **não secreto** para maiores de 21 anos (exceto analfabetos, mendigos, militares sem patente, religiosos e mulheres);
- **Separação entre Estado e Igreja**, sendo garantida a liberdade de culto.
- O estabelecimento de **três** poderes independentes: **Executivo** (presidente, vice-presidente e ministros), **Legislativo** (Senado e Câmara Federal, que formam o Congresso Nacional), e **Judiciário** (juizes e Tribunais Federais). (Diferente dos 4 poderes do período monárquico).
- O fim do Senado Vitalício, a criação de cartórios civis e a secularização dos cemitérios.

Ainda segundo a Constituição, o nosso país dividia-se agora em vinte estados (antigas províncias) e um Distrito Federal (ex-município neutro). Cada estado era governado por um “presidente”. Declarava também que o Brasil era uma República Representativa, Federalista e Presidencialista.



Bandeira do Brasil adotada a partir de 19 de novembro de 1889.

Federalismo: Os estados seriam praticamente autônomos, cabia-lhes elaborar suas próprias leis, desde que não entrassem em conflito com as estabelecidas pela Constituição Federal. Podiam contrair empréstimos, manter Forças Públicas Estaduais, cobrar e criar impostos.

Os três poderes da República:

Legislativo, com duas casas temporárias Câmara dos Deputados e Senado Federal que, reunidos, formavam o Congresso Nacional.

Executivo, exercido pelo Presidente da República, eleito por voto direto, por quatro anos, com um vice-presidente, que assumiria a presidência no afastamento do titular, efetivando-se, sem nova eleição, no caso de afastamento definitivo depois de dois anos de exercício.

Judiciário, com o Supremo Tribunal Federal, como órgão máximo.

O ENCILHAMENTO:

Ainda durante o governo provisório, numa tentativa de promover o desenvolvimento industrial e a formação de um mercado interno forte, Rui Barbosa (o então Ministro da Fazenda), elaborou uma política financeira de emissão de papel-moeda, facilidades e crédito e aumento das tarifas alfandegárias.

R. Barbosa permitiu que certos bancos emitissem títulos de crédito não cobertos por depósitos em dinheiro. Com essa medida, os bancos passaram a conceder créditos a qualquer empresário que apresentasse um plano para abrir um estabelecimento comercial, industrial ou agrícola (As quatro regiões autorizadas eram: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Para financiar o grande volume de créditos, o governo viu-se obrigado a fazer vultosas emissões de moeda, o que provocou acelerada inflação. No entanto, os créditos concedidos nem sempre eram usados para montar empresas realmente produtivas.

Inúmeros estabelecimentos comerciais e industriais, sem base econômica, fracassaram em pouco tempo. Porém, as ações dessas empresas, que tinham sido apenas projetadas ou destinadas ao fracasso, eram vendidas e revendidas na Bolsa de Valores, com enormes lucros, numa especulação financeira sem precedentes. É por associação com esse jogo de ações na Bolsa que o conjunto de fenômenos econômicos do período de inflação, especulação financeira e desvalorização da moeda foi designado pelo termo **encilhamento**. Este era o nome do local do hipódromo onde se faziam as apostas, nas corridas de cavalos.

A emissão de papel moeda aumentou o dinheiro circulante, e reativou os negócios, mas como a produção interna não cresceu nas mesmas proporções, e a inflação também aumentou. O Ministro avaliou mal a situação sócio-econômica brasileira no início da República. Esqueceu-se que se tratava de um país recém saído do escravismo; que nosso mercado interno era insuficiente para acompanhar um verdadeiro processo de industrialização. Além disso, subestimou a força dos países industrializados, que pressionariam para não perderem seus

mercados consumidores e as remessas de divisas para o exterior.

A REPÚBLICA DA ESPADA (1889-1894):

DEODORO DA FONSECA: (1891)

Promulgada a Constituição, Deodoro foi eleito pelo Congresso Nacional numa votação marcada por ameaças de intervenção militar. No entanto, neste episódio percebe-se que o próprio exército não era uma força coesa, pois o Marechal Floriano concorreu a Vice-presidente apoiando o candidato das oligarquias, Prudente de Moraes. Apesar da derrota de Prudente, o marechal Floriano foi eleito vice-presidente. (Pela Constituição de 1891 a eleição para presidente e vice era separada e podiam ser eleitos candidatos de chapas diferentes).

Durante o governo Deodoro a crise política agravou-se e foi marcada de um lado pelo autoritarismo e pelo centralismo de Deodoro, e por outro, pela oposição exercida pelos grandes fazendeiros através do Congresso Nacional, apoiados por parte do exército.

A situação política do presidente era muito difícil. Frente à luta entre os industrialistas e os representantes da lavoura, Deodoro optou pelos últimos e as forças políticas mais progressistas, inclusive militares, passaram para a oposição.

Diante de uma situação de insatisfação e instabilidade política, sendo permanentemente hostilizado pelo Congresso, Deodoro resolve dissolvê-lo e proclama um estado de sítio. **Essa atitude caracterizava um golpe de estado:** buscava neutralizar qualquer reação e tentar reformar a Constituição, no sentido de conferir mais poderes ao Executivo.

Porém, **o golpe fracassou.** As oposições, tanto civis como militares, cresceram e culminaram com a rebelião do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro com os navios sob seu comando. Deodoro renunciou, assumindo em seu lugar **Floriano Peixoto.**

FLORIANO PEIXOTO: (1891-94)

A ascensão de Floriano foi considerada como o retorno à legalidade. As Forças Armadas, Exército, Marinha e o Partido Republicano Paulista apoiaram o novo governo. Os primeiros atos de Floriano foram:

- A anulação do decreto que dissolveu o Congresso;
- A derrubada dos governos estaduais que haviam apoiado Deodoro;
- O controle da especulação financeira e da especulação com gêneros alimentícios, através de seu tabelamento.

Com Floriano os republicanos radicais, assumiram o poder e tentaram, mesmo sem muitas condições, reformular as estruturas sociais e econômicas do país, a classe média e a burguesia que ocupam o poder com o “Marechal de Ferro”.

A adoção de uma política de empréstimos, protecionismos, e melhoras sociais, entretanto só teria êxito com a derrota dos grupos opositores a esta política, formados por representantes do comércio importador e das Oligarquias Rurais.

Apesar das pressões, os florianistas conseguiram seu objetivo. Conscientes de que a indústria brasileira era muito inferior à estrangeira, e só poderia sobreviver e desenvolver-se se recebesse proteção, o grupo concedeu empréstimos, e isentou a importação de máquinas, equipamentos e matérias primas.

Ainda no governo de Floriano, são adotadas medidas radicais contra a especulação e emissão de papel moeda por bancos particulares. A emissão passava a ser como hoje um privilégio do Governo Federal.

Outras medidas foram tomadas para um maior alcance das camadas populares:

- Redução do aluguel das casas dos operários;
- Redução do preço da carne e pescado;
- Melhoria no abastecimento de gêneros alimentícios (RJ);
- Leis para construção de casas para populares e operários;

PRINCIPAIS REBELIÕES:

De fato, para muitos, era preciso convocar rapidamente uma nova eleição presidencial, conforme estabelecia o artigo 42 da Constituição, no qual se lia:

Art. 42 - Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.

Floriano não convocou nova eleição e permaneceu no firme propósito de concluir o mandato do presidente renunciante. A alegação de Floriano era de que a lei só se aplicava aos presidentes eleitos diretamente pelo povo. Ora, como a eleição do primeiro presidente fora indireta, feita pelo Congresso, Floriano simplesmente ignorou a lei.

Isso gerou algumas das principais rebeliões do período:

O manifesto dos treze gerais.

Contra as pretensões de Floriano, treze oficiais (generais e almirantes) lançaram um manifesto em abril de 1892, exigindo a imediata realização das eleições presidenciais, como mandava a Constituição. A reação de Floriano foi simples: afastou os oficiais da ativa, reformando-os.

A Revolta da Armada.

Essa inabalável firmeza de Floriano frustrou os sonhos do contra-almirante Custódio de Melo, que ambicionava a presidência. Levadas por razões de lealdade pessoal, as Forças Armadas se dividiram. Custódio de Melo liderou a revolta da Armada estacionada na baía de Guanabara (1893). Essa rebelião foi imediatamente apoiada pelo contra-almirante Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, conhecido por sua posição monarquista.

A Revolução Federalista.

No Rio Grande do Sul, desde 1892, uma grave dissensão política conduziu o Partido Republicano Gaúcho e o Federalista ao confronto armado. Os partidários do

primeiro, conhecidos como "pica-paus" eram apoiados por Floriano, e os do segundo, chamados de "maragatos", aderiram à rebelião de Custódio de Melo.

A SUCESSÃO DE FLORIANO: Havia um grande medo da elite agrária de que os militares quisessem se perpetuar no poder, mas chegando ao período de convocar as eleições, o Marechal de Ferro garantiu a realização do processo eleitoral. O Presidente eleito praticamente sem oposição foi **Prudente de Moraes** que representava o poder das oligarquias rurais e a consolidação do regime republicano.

A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA:

Existe uma tendência de se considerar que "os militares" proclamaram a República, ou que, sem os militares, não haveria república.

Primeiro é importante lembrar que havia nas camadas urbanas uma forte disposição a favor do movimento republicano; segundo, que havia um forte partido político, representando a nova elite agrária, disposta a chegar ao poder, mesmo de forma moderada; terceiro, é necessário lembrar que, apesar de existir o "espírito de corpo" entre os militares e que a ideologia positivista era cada vez mais forte dentro do exército, este se encontrava dividido e existiam as disputas internas no mesmo.

Os militares, de uma forma geral, rechaçavam os políticos civis, porém perceberam que era necessária uma aliança com os evolucionistas, pois garantiriam dessa maneira o fim da monarquia, e a manutenção da "ordem".

O governo de Floriano Peixoto foi marcado pelo apoio do Congresso Nacional ao Presidente, que, apesar de centralizador e autoritário, governou para fazer valer a Constituição recém promulgada e consolidar a República.

Do ponto de vista econômico herdou a inflação provocada pelo encilhamento e executou timidamente medidas protecionistas em relação à indústria, assim como a facilitação ao crédito, com a preocupação de controlar a especulação.

Do ponto de vista político, reprimiu as principais revoltas que ocorreram no país e foram apresentadas como subversivas ou monarquistas: a *Revolta da Armada* e a *Revolução Federalista* no Rio Grande do Sul.

O fato de ser encarado como responsável por consolidar a República não significa que seu governo tenha sido marcado pela estabilidade. Ao contrário, várias manifestações contrárias ao governo ocorreram.

Para Entender:

Os republicanos e o positivismo:

*O republicanismo brasileiro, especialmente aquele ligado ao grupo dos militares, sofreu forte influência do **positivismo** – forma de pensamento desenvolvida no século XIX, que entendia a sociedade como um organismo formado por diversas partes, e cada parte teria a função de agir pelo bom funcionamento do todo. Os positivistas no Brasil pensavam a formação de um Estado nacional centralizado e desvinculado da Igreja (Laico), além da conciliação entre as classes, pois conflitos sociais traziam desordem, e isso atrapalharia o funcionamento do todo. Sua maior influência está registrada no lema de nossa bandeira, com os dizeres: “Ordem e Progresso”.*

A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS (1894-1930):

ESTRUTURA POLÍTICA DA REPÚBLICA VELHA:

Vimos anteriormente que a República tornou-se possível, em grande parte, graças à aliança entre militares e fazendeiros de café. Esses dois grupos tinham, entretanto, dois projetos distintos em relação à forma de organização do

novo regime: os primeiros eram centralistas e os segundos, federalistas.

Os militares não eram suficientemente poderosos para impor o seu projeto nem contavam com aliados que pudessem lhes dar o poder de que precisavam. Os cafeicultores, ao contrário, contavam com um amplo arco de aliados potenciais e compunham, economicamente, o setor mais poderoso da sociedade.

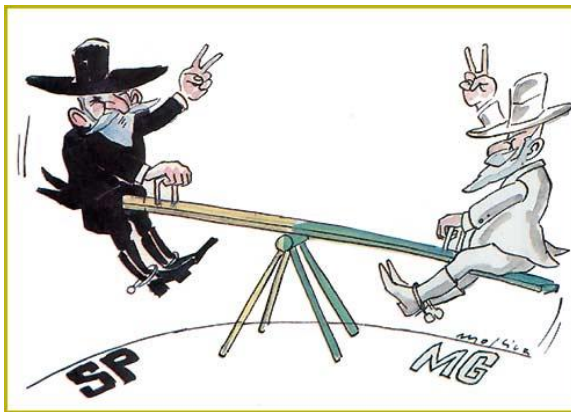
A partir de **Prudente de Morais**, que, em 1894, sucedeu o Marechal Floriano, o poder passou das mãos dos Militares para o poder Civil, e conseqüentemente, para esses grandes fazendeiros.

Entretanto, com a ampliação da participação popular nas eleições (conforme reforma eleitoral de 1891), era necessário conceber uma nova forma de dominação ou manipulação dos eleitores, para garantir a vitória da elite agrícola no resultado das eleições. Foi no governo de **Campos Sales** (1898-1902) que essa fórmula política duradoura de dominação foi finalmente elaborada: a "política dos governadores".

É importante lembrar que não só a população branca podia participar das eleições, a Abolição tinha transformado todos os escravos negros em homens livres e, portanto em possíveis trabalhadores, sendo necessário o reestabelecimento de novas relações entre proprietários de terras e seus trabalhadores.

Os partidos políticos tiveram pouca expressão durante toda a República Velha, sem grandes posições ideológicas que defendessem determinados projetos de desenvolvimento do país. A Constituição de 1891 tinha dado grande poder as elites locais (Os Coronéis) que se aproveitaram para engrandecer as elites agrícolas e os estados mais ricos da federação.

A POLÍTICA DOS GOVERNADORES:



Criada por **Campos Sales** (1898-1902), a "política dos governadores" consistia no seguinte: o Presidente da República apoiava, com todos os meios ao seu alcance, os Governadores estaduais e seus aliados (oligarquia estadual dominante) e, em troca, os Governadores garantiam a eleição, para o Congresso, dos candidatos oficiais. Desse modo, o poder Legislativo, constituído por deputados e senadores aliados do Presidente - poder Executivo -, aprovava as leis de seu interesse. Estava afastado assim o conflito entre os dois poderes.

Em cada estado existia, portanto, uma minoria (oligarquia) dominante, que, aliando-se ao governo federal, se perpetuava no poder. Existia também uma oligarquia que dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. Essa aliança entre São Paulo e Minas - que eram os estados mais poderosos -, cujos líderes políticos passaram a se revezar na presidência, ficou conhecida como a "**política do café com leite**".

Desta forma, a República Velha vai ter como característica a política feita de cima para baixo, com pouca participação popular, em que os membros da elite eram os responsáveis "por decidir" quem seria eleito, obrigando a população a votar nesses candidatos.

CORONELISMO, VOTO DE CABRESTO E COMISSÃO VERIFICADORA:

As peças para o funcionamento dessa máquina eleitoral conhecida por "política dos governadores" foram, basicamente, a **Comissão de Verificação** ou Comissão Verificadora e o **Coronelismo**. As eleições na República Velha não eram, como hoje,

garantidas por uma justiça eleitoral. A aceitação dos resultados de um pleito era feita pelo poder Legislativo, através da Comissão de Verificação. Essa comissão, formada por deputados, é que oficializava os resultados das eleições.

O presidente da República podia, portanto, através do controle que tinha sobre a Comissão de Verificação, legalizar qualquer resultado que conviesse aos seus interesses, mesmo no caso de fraudes, que, aliás, eram comuns.

O coronelismo: O título de "coronel", recebido ou comprado, era uma patente da Guarda Nacional, criada durante a Regência. Geralmente, o termo era utilizado para designar os fazendeiros ou comerciantes mais ricos. Durante o Segundo Reinado, os localismos haviam sido sufocados pela política centralizadora do imperador, mas renasceram às vésperas da República.

Com a proclamação e a adoção do federalismo, os coronéis passaram a ser as figuras dominantes do cenário político dos municípios.



Em torno dos coronéis giravam os membros das oligarquias locais e regionais. O seu poder residia no controle que exerciam sobre os eleitores. Todos eles tinham o seu "curral" eleitoral, isto é, eleitores cativos que votavam sempre nos candidatos por eles indicados, em geral através de troca de favores fundados na relação de compadrio. Assim, os votos despejados nos candidatos dos coronéis ficaram conhecidos como "votos de cabresto". Porém, quando a vontade dos

coronéis não era atendida, eles a impunham com seus bandos armados - os jagunços -, que garantiam a eleição de seus candidatos pela violência.

A importância do coronel media-se, portanto, por sua capacidade de controlar o maior número de votos, dando-lhe prestígio fora de seu domínio local. Dessa forma, ele conseguia obter favores dos governantes estaduais ou federais, o que, por sua vez, lhe dava condições para preservar o seu domínio.

ECONOMIA DA REPÚBLICA VELHA

O FUNDING LOAN (Financiamento de Empréstimo):

Para recuperar a economia brasileira em crise desde a década de 1890, o governo de **Campos Sales** negociou com os banqueiros internacionais um acordo onde o Brasil declarava **moratória negociada**: uma impossibilidade de pagar suas dívidas pelo prazo de 15 anos. Com isso, novos empréstimos eram concedidos, buscando-se com isso a estabilidade financeira. Dentre outras coisas estes empréstimos permitiram as Reformas Urbanas no Rio de Janeiro, e a Política de valorização do café dos anos seguintes.

A fim de garantir o cumprimento dessa parte do trato, os banqueiros ingleses periodicamente enviavam fiscais ao Brasil, para acompanhar o andamento das reformas econômicas, como o controle sobre a emissão de papel-moeda e o superávit da balança comercial.

Após o primeiro Funding Loan, muitos bancos nacionais faliram e a posição dos estrangeiros ficou mais forte. O maior banco inglês, o London and Brazilian Bank, tinha muito mais recursos do que o Banco do Brasil.

#Curiosidade: Por conta desse acordo o Brasil renegociou sua dívida externa por mais 63 anos!

O CAFÉ:

A cultura do café se firmou ao longo da República Velha como nosso principal produto de exportação, correspondendo até a 70% de nossa balança comercial. Este crescimento esteve ligado principalmente à expansão da cafeicultura pelo Oeste Paulista chegando até mesmo ao Paraná.

Foram os lucros obtidos com a exportação do café que permitiram o desenvolvimento de atividades industriais no Brasil, principalmente em: São Paulo, Rio de Janeiro e na Zona da Mata Mineira, além de garantir a vinda de milhões de imigrantes.

O CONVÊNIO DE TAUBATÉ: (1906)

Contudo, desde 1895, a economia cafeeira não andava bem. Enquanto a produção do café crescia em ritmo acelerado, o mercado consumidor europeu e norte-americano não se expandia no mesmo ritmo. Conseqüentemente, a oferta era maior que a procura, e **o preço do café começou a despencar no mercado internacional**, trazendo sérios riscos para os fazendeiros.

Para solucionar o problema, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniam-se na cidade de Taubaté, no interior de São Paulo. Decidiu-se então que, a fim de evitar a queda de preços, os governos estaduais interessados deveriam contrair empréstimos no exterior para **adquirir parte da produção que excedesse o consumo do mercado internacional**.

Dessa maneira, a oferta ficaria regulada e o preço poderia se manter. Teoricamente, o café estocado deveria ser liberado quando a produção, num dado ano, fosse insuficiente. Ao lado disso, decidiu-se desencorajar o plantio de novos cafezais mediante a cobrança de altos impostos e a desvalorização cambial para garantir lucros em um cenário de queda dos preços. Estabelecia-se, assim, a **primeira política de valorização do café**.

O governo federal foi contra o acordo, mas a solução do Convênio de Taubaté acabou se impondo. De 1906 a 1910, quando terminou o acordo, perto de 8.500.000 sacas de café haviam sido retiradas de circulação.

O acordo não foi propriamente uma solução, mas um simples paliativo. E o futuro da economia cafeeira continuou incerto.

O SURTO DA BORRACHA:

A partir da década de 1890 vai se configurar na Amazônia o “Surto da Borracha”. A exploração já era realizada desde 1770, mas com o desenvolvimento da indústria automotiva, a borracha se tornou um dos principais produtos de exportação, chegando em 1912 a representar 40% da exportação do país.

Este desenvolvimento significou um grande crescimento da ocupação do Norte que praticamente dobrou sua população em 15 anos. Milhares de brasileiros, principalmente nordestinos se dirigem a região, a maioria vai trabalhar de seringueiro onde acaba recebendo muito pouco e em condições de trabalho semelhantes aos antigos escravos.

A partir de 1912 ocorre uma grande decadência da região, ocasionada pelo baixo índice de produção e a concorrência do látex inglês cultivado na Malásia.

A INDUSTRIALIZAÇÃO:

Já no Império podíamos ver um intenso processo de modernização da economia brasileira. O número de estabelecimentos comerciais vai crescer consideravelmente durante a República Velha, ocasionado principalmente por:

- Rendas da lavoura cafeeira (RJ, MG, SP) que eram reinvestidas na diversificação da produção;
- Investimentos estrangeiros durante as expansões imperialistas;
- Grande imigração que facilitava a contratação de mão de obra;
- 1ª Guerra Mundial, com as substituições de importações;
- Política de desvalorização da moeda nacional que encarecia os produtos importados aqui comercializados;

O principal centro desta expansão será o estado de São Paulo, principal produtor que também concentrará grande parte da migração no período.

A industrialização ocorria nos espaços criados pela agricultura de exportação, não se constituindo como centro econômico da República Velha. Somente a partir da crise de 1929, que a indústria se tornará um setor mais dinâmico de nossa economia, inclusive concentrando esforços do Estado no processo de industrialização efetiva.

A CRISE DA ECONOMIA:

Durante a década de 20 o governo foi obrigado a intervir para manter o preço mínimo do café. A concorrência externa, as “super safras”, e as expansões da lavoura, geraram um quadro grave de superprodução.

Com os efeitos da crise de 1929 na economia brasileira, as exportações serão praticamente paralisadas. O Governo não terá como fazer uma intervenção desta proporção o que levará a crise até os cafeicultores.

A insatisfação da população ganhará novas proporções, e o caminho estará traçado para a Revolução de 1930 que trará fim a Primeira República.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

INTRODUÇÃO:

O período da República Velha foi marcado por uma série de conflitos sociais, frutos das mudanças que ocorriam na sociedade. Esses conflitos foram resultado de disputas entre a tentativa de manutenção da ordem elitista agrícola e as tentativas de grupos menos abastados da sociedade de conseguir melhorias sociais.

Suas origens são bastante diversificadas, ocorrendo não só no campo, mas também nas cidades, evidenciando as causas da tradicional marginalização da sociedade brasileira: o aumento da opressão, da miséria, as consequências da abolição da escravidão e da imigração intensa.

A sociedade tornava-se mais complexa, com crescimento dos grandes centros urbanos, crescimento da grande propriedade, crescimento da classe média e o despontar de movimentos operários.

OS CONFLITOS NO CAMPO:

Como já visto anteriormente, os efeitos da abolição da escravidão provocaram uma reestruturação das relações entre trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo, os latifundiários passaram a aumentar seus domínios, expulsando pequenos proprietários e contribuindo assim para o aumento da miséria.

O Coronelismo através de sua dominação política mostrava sua face de violência de violência e opressão sobre a população rural.

Foi desta forma, que milhares de sertanejos, colonos, meeiros, parceiros, e habitantes das vilas e cidades do interior, vão conhecer aspectos negativos da "Democracia" instaurada com a Proclamação da República.

O CANGAÇO: (1870-1940)

Após a mineração, o nordeste tornou-se tradicionalmente uma região de grandes latifúndios com limites não tão bem definidos. Nesta região era muito comum conflitos entre fazendeiros rivais, disputas de terras, roubos e etc. Os Coronéis que procuravam exercer controle sobre a população local através de seu poder econômico e prestígio político, organizam bandos armados para montar seus "exércitos" particulares para defender seus limites e muitas vezes impor suas decisões.

Essas milícias privadas eram compostas por parentes, afilhados e de jagunços, que se tornavam seguranças do Coronel e dos agricultores que habitavam suas terras (estes também muitas vezes pegavam em armas para defender o Coronel e suas terras).

O Cangaço tem suas origens destes bandos armados e das próprias questões sociais e fundiárias do Nordeste brasileiro, que vão se desligando dos coronéis e passam a defender questões pessoais. As ações caracterizam-se por ações violentas de grupos ou indivíduos isolados: assaltavam fazendas, sequestravam coroneis e saqueavam comboios e armazéns. Não tinham moradia fixa viviam perambulando pelo Sertão, praticando tais crimes, fugindo e se escondendo.

O Cangaço pode ser dividido em três subgrupos: os que prestavam serviços esporádicos para os latifundiários; os "políticos", expressão de poder dos grandes fazendeiros; e os cangaceiros independentes, com características de banditismo.

Os cangaceiros conheciam a caatinga e o território nordestino muito bem, e por isso, era tão difícil serem capturados pelas autoridades. Estavam sempre preparados para enfrentar todo o tipo de situação. Conheciam as plantas medicinais, as fontes de água, locais com alimento, rotas de fuga e lugares de difícil acesso. O primeiro bando de cangaceiros que se tem conhecimento foi o de Jesuíno Alves de Melo Calado, "Jesuíno Brilhante", que agiu por volta de 1870. E o último foi de "Corisco" (Cristino Gomes da Silva Cleto), que foi assassinado em 25 de maio de 1940.

O cangaceiro mais famoso foi, Virgulino Ferreira da Silva, o "Lampião", denominado o "Senhor do Sertão" e também "O Rei do Cangaço". Atuou durante as décadas de 20 e 30 em praticamente todos os estados do Nordeste brasileiro. Por parte das autoridades Lampião simbolizava a brutalidade, o mal, uma doença que precisava ser cortada. Para uma parte da população do sertão ele encarnou valores como a bravura, o heroísmo e o senso da honra.

O Cangaço teve o seu fim a partir da decisão do Presidente da República, então **Getúlio Vargas**, que determinou eliminar todos e quaisquer focos de desordem sobre o território nacional. O regime denominado Estado Novo incluiu Lampião e seus cangaceiros na categoria de extremistas. A sentença passou a ser matar todos os cangaceiros que não se rendessem. Neste mesmo período, o crescimento da industrialização e o êxodo nos campos ajudaram a diminuir as tensões no nordeste.



Cabeças de Cangaceiros mortos pela polícia

CANUDOS: (1897)

A Guerra de Canudos aconteceu no final do século XIX e foi responsável pela morte de milhares de sertanejos que viviam se reunindo no norte da Bahia, numa comunidade de caráter messiânico e fatalista (Atitude ou doutrina que admite que os cursos dos acontecimentos estejam previamente fixados, nada podendo alterá-lo), seu líder Antônio Alves Mendes Maciel, ou simplesmente Antônio Conselheiro.



Conselheiro era filho de pequenos proprietários de terras do Ceará e havia sofrido uma vida dura no sertão: estudara para ser padre, mas as necessidades e dificuldades econômicas de sua família obrigaram-no a se tornar comerciante. Na década de 1860 sua mulher o abandona e ela passa a vagar pelo sertão como beato e místico religioso, misturava elementos do catolicismo e

pregações de que o mundo estava para acabar.

Milhares de pessoas começam a abandonar tudo e a segui-lo. A população extremamente religiosa vê nesse novo líder, a salvação para problemas como seca, miséria, fome, falta de terras e violência de cangaceiros e coronéis.

No final da década de 1890 fundou em uma antiga sesmaria abandonada, o Arraial de Belo Monte ou Canudos, como ficaria conhecido. A localidade vai chegar a ter aproximadamente 25.000 moradores que viviam basicamente da agricultura de subsistência, na caça e criação de cabras e gado. As terras eram de toda a comunidade e os que iam chegando construíam seus barracos em volta da igreja do arraial e trabalhavam conforme podiam. Apesar de pobre, Canudos não havia Coronéis, Impostos, Prefeitos, Juízes, o que significava de certo modo Liberdade para a população.

Depois de diversos incidentes com autoridades próximas, Canudos vai começar a despertar a ira da elite baiana e dos proprietários de terras. Oferecendo oportunidades de terras e trabalho, os trabalhadores abandonavam as terras dos Coronéis. O misticismo de Conselheiro também não se encaixava na visão da Igreja Católica que temia a perda de fiéis com o crescimento do movimento.

Com o passar do tempo, as idéias iniciais se difundiram com tanta velocidade, que os jagunços passaram a utilizar-se das mesmas para justificar seus roubos. Devido a enorme proporção que este movimento adquiriu, o governo da Bahia não conseguiu por si só segurar a grande revolta que acontecia em seu estado, por esta razão, pediu a interferência da República. Esta, por sua vez, também encontrou muitas dificuldades para conter os fanáticos. Somente no quarto combate, onde as forças da República já estavam mais bem equipadas e organizadas, os incansáveis guerreiros foram vencidos pelo cerco que os impediam de sair do local no qual se encontravam para buscar qualquer tipo de alimento e muitos morreram de fome. O massacre foi tamanho que não escaparam idosos, mulheres e crianças.

Pode-se dizer que este acontecimento histórico representou a luta pela libertação dos pobres que viviam na zona rural, e, também, que a resistência mostrada durante todas as

batalhas ressaltou o potencial do sertanejo na luta por seus ideais. Euclides da Cunha, em seu livro *Os Sertões*, eternizou este movimento que evidenciou a importância da luta social na história de nosso país.

CONTESTADO: (1912-1916)

Guerra do Contestado - A região denominada "Contestado" abrangia cerca de 40.000 Km² entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná, disputada por ambos, uma vez que até o início deste século a fronteira não havia sido demarcada. As cidades desta região foram palco de um dos mais importantes movimentos sociais do país.

Formação da Região - No século XIX algumas poucas cidades haviam se desenvolvido, principalmente por grupos provenientes do Rio Grande, após a Guerra dos Farrapos, dando origem a uma sociedade baseada no latifúndio, no apadrinhamento e na violência.

Em 1908 a empresa norte americana Brazil Railway Company recebeu do governo federal uma faixa de terra de 30Km de largura, cortando os 4 estados do sul do país, para a construção de uma ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo e ao mesmo tempo, a outra empresa coligada passaria a explorar e comercializar a madeira da região, com o direito de revender as terras desapropriadas ao longo da ferrovia.

A Situação Social - Enquanto os latifundiários e as empresas norte americanas passaram a controlar a economia local, formou-se uma camada composta por trabalhadores braçais, caracterizada pela extrema pobreza, agravada ainda mais com o final da construção da ferrovia em 1910, elevando o nível de desemprego e de marginalidade social. Essa camada prendia-se cada vez mais ao mandonismo dos coronéis e da rígida estrutura fundiária, que não alimentava nenhuma perspectiva de alteração da situação vigente. Esses elementos, somados a ignorância, determinaram o desenvolvimento de grande religiosidade, misticismo e messianismo.

O Confronto (1912-16) - Ao iniciar a Segunda década do século, o país era

governado pelo Marechal Hermes da Fonseca, responsável pela "Política das Salvações", caracterizada pelas intervenções político-militares em diversos estados do país, pretendendo eliminar seus adversários políticos. Além da postura autoritária e repressiva do Estado, encontramos outros elementos contrários ao messianismo, como os interesses locais dos coronéis e a postura da Igreja Católica no sentido de combater os líderes "fanáticos".

O primeiro conflito armado ocorreu na região de Irani, ao sul de Palmas, quando foi morto José Maria, apesar de as tropas estaduais terem sido derrotadas pelos caboclos. No final de 1913 um novo ataque foi realizado, contando com tropas federais e estaduais que, derrotadas, deixaram para trás armas e munição. Em fevereiro do ano seguinte, mais de 700 soldados atacaram o arraial de Taquaruçu, matando dezenas de pessoas. De março a maio outras expedições foram realizadas, porém sem sucesso. A organização das Irmandades continuou a se desenvolver e os sertanejos passaram a ter uma atitude mais ofensiva.

A partir de dezembro de 1914 iniciou-se o ataque final, comandado pelo General Setembrino de Carvalho, mandado do Rio de Janeiro a frente das tropas federais, ampliada por soldados do Paraná e de Santa Catarina. O cerco à região de Santa Maria determinou grande mortalidade causada pela fome e pela epidemia de tifo, forçando parte dos sertanejos a renderem-se.

O MESSIANISMO DE PADRE CÍCERO:



O padre Cícero Romão Batista, ou "Padim Ciço" foi um grande líder religioso e

político da região nordestina e que atuou basicamente durante a República Velha.

Chegando em Juazeiro (CE) por volta de 1880, a fama de milagreiro rapidamente se espalhou pela população do sertão que dirigia-se para a cidade em busca da solução para seus problemas.

Aproveitando-se deste apoio popular, Padre Cícero tornou-se poderoso Coronel local, sendo inclusive eleito como Prefeito de Juazeiro em 1911 e assinando o Pacto dos Coronéis, onde fazendeiros mais importantes do estado se comprometiam a sustentar a oligarquia frente a Política Salvacionista impetrada pelo então presidente **Hermes da Fonseca**.

Padre Cícero morreu excomungado pela Igreja em 1934, mas dono de várias terras, respeitado e temido pelos políticos, e admirado pela população do Nordeste como verdadeiro "Santo".

OS CONFLITOS URBANOS:

Durante a República Velha o país assistira um desenvolvimento dos setores e atividades urbanas. A industrialização começará a acelerar, bem como as cidades que vão se urbanizar e crescer.

O resultado será uma série de revoltas por parte da população que aspira por uma maior participação política, ou contras medidas repressivas adotadas pelos governos.

A entrada de imigrantes introduzirá novas teorias sociais (Socialismo, Anarquismo) que vão ter grande influência na organização de movimentos operários.

Ao mesmo tempo as medidas saneadoras tomadas na Capital da República (RJ), vão provocar a insatisfação em grande parte da população.

A REVOLTA DA VACINA: (1904)

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, era a capital da República e, apesar de possuir belos palacetes e casarões, enfrentava graves problemas urbanos: rede insuficiente de água e esgoto, coleta de lixo precária e cortiços super povoados. Nesse ambiente proliferavam muitas doenças, como

a **tuberculose**, o **sarampo**, o **tifo** e a **hanseníase**. Alastravam-se, sobretudo, grandes epidemias de **febre amarela**, **variola** e **peste bubônica**.

Decidido a sanear e modernizar a cidade, o então presidente da República **Rodrigo Alves** (1902-1906) deu plenos poderes ao prefeito **Pereira Passos** e ao médico **Dr. Oswaldo Cruz** para executarem um grande projeto sanitário de "higienização da cidade". O prefeito pôs em prática uma ampla reforma urbana, que ficou conhecida como *Bota Abaixo*, em razão das demolições dos velhos prédios e cortiços, que deram lugar a grandes avenidas, edifícios e jardins. Milhares de pessoas pobres foram desalojadas à força, sendo obrigadas a morar nos morros e na periferia, expandindo assim as favelas.

Oswaldo Cruz, convidado a assumir a Direção Geral da Saúde Pública, criou as **Brigadas Mata Mosquitos, grupos de funcionários do Serviço Sanitário que invadiam as casas para desinfecção e extermínio dos mosquitos transmissores da febre amarela**. Iniciou também a campanha de extermínio de ratos considerados os principais transmissores da peste bubônica, espalhando raticidas pela cidade e mandando o povo recolher o lixo.

Para erradicar a varíola, o sanitarista convenceu o Congresso a aprovar a *Lei da Vacina Obrigatória* (31 de Outubro de 1904), que permitia que brigadas sanitárias, acompanhadas por policiais, entrassem nas casas para aplicar a vacina à força.

A população estava confusa e descontente. A cidade parecia em ruínas, muitos perdiam suas casas e outros tantos tiveram seus lares invadidos pelos mata-mosquitos, que agiam acompanhados por policiais. Jornais da oposição criticavam a ação do governo e falavam de supostos perigos causados pela vacina. Além disso, o boato de que a vacina teria de ser aplicada nas "partes íntimas" do corpo (as mulheres teriam que se despir diante dos vacinadores) agravou a ira da população, que se rebelou.

A aprovação da Lei da Vacina foi o estopim da revolta: no dia 5 de Novembro, a oposição criava a *Liga contra a Vacina Obrigatória*. Entre os dias 10 e 16 de

novembro, a cidade virou um campo de guerra. A população exaltada depredou lojas, virou e incendiou bondes, fez barricadas, arrancou trilhos, quebrou postes e atacou as forças da polícia com pedras, paus e pedaços de ferro. No dia 14, os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha também se sublevaram contra as medidas baixadas pelo Governo Federal.

A reação popular levou o governo a suspender a obrigatoriedade da vacina e a declarar estado de sítio (16 de Novembro). A rebelião foi contida, deixando 30 mortos e 110 feridos. Centenas de pessoas foram presas e, muitas delas, deportadas para o Acre.

Ao reassumir o controle da situação, o processo de vacinação foi reiniciado, tendo a varíola, em pouco tempo sido erradicada da capital.

A REVOLTA DA CHIBATA: (1910)

Ainda que a Abolição da escravatura tenha ocorrido em 1888, as antigas práticas de punição dos coronéis aos escravos se perpetuaram ao longo dos tempos, metamorfoseadas em outras esferas da sociedade. A violência aparece como uma tentativa de impor força, de supostamente mostrar quem tem o poder frente ao outro. Uma das instituições na qual o comportamento violento de seus superiores mais se evidenciava era a marinha de Guerra do Brasil.

O uso do açoite como medida disciplinar continuou sendo aplicado nos marinheiros, como no tempo em que existia o pelourinho. Todos os marinheiros, na sua esmagadora maioria negros, continuavam a ser açoitados às vistas dos companheiros, por determinação da oficialidade branca. Os demais marujos eram obrigados a assistir à cena infame no convéns das embarcações. Com isto, criaram-se condições de revolta em meio aos marujos. Os seus membros não aceitavam mais passivamente esse tipo de castigo.

Chefiados por **Francisco Dias, João Cândido** e outros tripulantes do Minas Gerais, (embarcação na qual trabalhavam), os marinheiros organizaram-se contra a situação

humilhante da qual eram vítimas. Nos outros navios outros marujos também se organizavam: o **cabo Gregório** conspirava no São Paulo, e no Deodoro havia o cabo **André Avelino**.

No dia 22 de novembro de 1910, primeira semana de governo do novo presidente, o militar, marechal **Hermes da Fonseca**, chegava a informação de que a esquadra, situada na Baía de Guanabara, se sublevara! O movimento que vinha sendo articulado pelos marinheiros foi antecipado em face da indignação dos mesmos contra o espancamento de mais um companheiro: o marinheiro negro **Marcelino**, que recebeu 250 chibatadas aos olhos de toda a tripulação, formada no convés do *Minas Gerais*.

Os marinheiros, tendo João Cândido como líder, resolveram sublevar-se imediatamente. Num golpe rápido, apoderaram-se dos principais navios da Marinha de Guerra brasileira e se aproximaram da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida mandaram mensagem ao presidente da República e ao ministro da Marinha exigindo a extinção do uso da chibata, além de outras reivindicações como aumento do soldo (salário), e o fim do preconceito contra militares negros, que nunca alcançavam as altas patentes, muitas das vezes perdendo as promoções para outros, menos competentes, mas escolhidos por serem brancos.

O governo ficou estarecido. Supôs tratar-se de um golpe político das forças inimigas. O pânico apoderou-se de grande parte da população da cidade. Muitas pessoas fugiram por conta das ameaças dos navios em bombardear a cidade. **Somente em um dia correram 12 composições especiais para Petrópolis, levando 3 000 pessoas.** Todos os navios amotinados hastearam bandeiras vermelhas. Alguns navios fiéis ao governo ainda tentaram duelar com os revoltosos, mas foram logo silenciados.

Com isto os marujos acabaram criando um impasse institucional: de um lado a **Marinha**, que queria a punição dos revoltosos em consequência da morte de alguns oficiais da armada. Do outro, **o governo e os políticos**, que sabiam não ter forças para

satisfazer essa exigência, em vista dos marinheiros estarem fortemente armados, apresentando um risco para a cidade. Os revoltosos naquele momento detinham mais força bélica do que o comando da Marinha de Guerra, pois comandavam, praticamente, a armada inteira e tinham os canhões das embarcações apontados para a capital da República.

Depois de muitas reuniões políticas para tentar resolver o impasse, Rui Barbosa apresentou ao Senado um projeto de lei que concedia anistia aos amotinados; em motivo de urgência, o projeto foi aprovado. Com isto, os marinheiros desceram as bandeiras vermelhas dos mastros dos seus navios. A revolta havia durado cinco dias e terminava vitoriosa, desaparecia, assim, o uso da chibata como norma de punição disciplinar na Marinha de Guerra do Brasil.

As forças militares, não-conformadas com a solução política encontrada para a crise, apertam o cerco contra os marinheiros. João Cândido, sentindo o perigo, ainda tenta reunir o *Comitê Geral da revolução*, inutilmente. Procuram Rui Barbosa e Severino Vieira, que defenderam a anistia em favor deles, mas sequer são recebidos por esses dois políticos. Naquele momento políticos Civis e Militares haviam se unido elaborando um decreto pelo qual qualquer marinheiro podia ser sumariamente demitido. A anistia fora uma farsa para desarmá-los.

São acusados de conspiradores, espalham boatos de que haveria uma outra sublevação. Finalmente, afirmam que a guarnição da ilha das Cobras havia se sublevado. Pretexto para que a repressão se desencadeasse violentamente sobre os marinheiros negros. O presidente Hermes da Fonseca necessitava de um pretexto para decretar o estado de sítio, a fim de sufocar os movimentos democráticos que se organizavam. As oligarquias regionais tinham interesse em um governo *forte*. Os poucos sublevados daquela ilha propõem rendição incondicional, o que não é aceito. Segue-se uma verdadeira chacina. A ilha é bombardeada até ser arrasada. Estava “restaurada” a honra da Marinha.

João Cândido e os seus companheiros de revolta são presos e se tornam incomunicáveis, e o governo e a Marinha resolvem exterminar fisicamente os marinheiros. Embarca-os no navio *Satélite* rumo ao Amazonas.

Os 66 marujos que se encontrava em uma masmorra do Quartel do Exército e mais 31, que se encontravam no Quartel do 1º Regimento de Infantaria, são embarcados junto com assassinos, ladrões e marginais para serem descarregados nas selvas amazônicas. Os marinheiros, porém, tinham destino diferente dos demais embarcados. Ao lado dos muitos nomes da lista entregue ao comandante do navio, havia uma cruz vermelha, feita a tinta, o que significava a sua sentença de morte. Esses marinheiros foram sendo assassinados: fuzilados sumariamente e jogados ao mar.

João Cândido, que não embarca no *Satélite*, juntamente com alguns companheiros foi recolhido a uma masmorra da ilha das Cobras, onde viviam como animais. Dos 18 recolhidos ali, 16 morreram. Uns fuzilados sem julgamento, outros em consequência das péssimas condições em que viviam enclausurados. João Cândido enlouqueceu, sendo internado no Hospital dos Alienados. Tuberculoso e na miséria, consegue, contudo, restabelecer-se física e psicologicamente. Perseguido constantemente, morre como vendedor no Entrepasto de Peixes da cidade do Rio de Janeiro, sem patente, sem aposentadoria e até sem nome, este herói que um dia foi chamado, com mérito, de *Almirante Negro*.



João Cândido lê o decreto de anistia, em novembro de 1910.

O MOVIMENTO TENENTISTA:

É necessário entender o movimento tenentista num contexto maior, de transição eleitoral. O evento considerado o estopim para a revolta teve origem na disputa eleitoral de 1922 para o cargo de presidente da república. Durante o período, cartas ofensivas ao Exército e ao Marechal Hermes da Fonseca, supostamente assinadas pelo candidato **Arthur Bernardes**, que era representante da situação, tornaram-se públicas. A candidatura de Arthur Bernardes naquele momento significava para a **oposição** a manutenção do sistema oligárquico que controlava o país naquele momento e que concentrava o poder nos estados de Minas Gerais e São Paulo (a chamada política do café-com-leite).

Os tenentistas pregavam a moralização da política, **o fim do voto de cabresto**, e a adoção do **voto secreto**, o fortalecimento do poder da República sobre os poderes estaduais, e tinham um projeto nacionalista. É necessário que se entenda que eles não buscavam a democracia, não defendiam a igualdade social, apenas buscavam ampliar o espaço da política nacional, então sob controle da oligarquia cafeeira, a fim de permitir a participação de outros grupos, inclusive os próprios militares. Criticavam duramente a corrupção, as fraudes eleitorais, a subserviência ao capital internacional e os baixos soldos a que estavam submetidos. **Propunham o fim da república oligárquica, a valorização das Forças Armadas e uma ação nacionalista de recuperação da economia e da sociedade brasileira.**

Para pressionar o governo, os tenentes promoveram várias rebeliões, uma delas ficou conhecida como **“Os 18 do Forte”**. Essa rebelião ocorreu em decorrência de um levante no **Forte de Copacabana**, no Rio de Janeiro, em resposta à prisão do Marechal Hermes da Fonseca, determinada pelo então presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Esse levante no Forte, foi rapidamente controlado pelas tropas leais ao presidente. Diante do fracasso, 18 amotinados – que ficaram conhecidos com os 18 do Forte – saíram caminhando armados pelas ruas de Copacabana, em direção a uma tropa de cerca de 300 soldados leais ao governo. No confronto morreram oito dos militares

rebelados, e mais um civil que decidiu os acompanhar no meio do caminho.

A Revolta dos Dezoito do Forte e o movimento Tenentista, que eram numa primeira leitura ligados às forças armadas, representavam também a insatisfação de outros estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia com a divisão política existente. Assim, durante o processo eleitoral, para concorrer contra Arthur Bernardes foi lançada a candidatura do candidato fluminense Nilo Peçanha.

Ao final do longo processo eleitoral, as tentativas em barrar Arthur Bernardes não surtiram efeito, assim, ele foi eleito presidente e **Estácio Coimbra** (substituto de Urbano Santos no pleito) foi eleito vice.

Mesmo com a eleição de Bernardes o movimento não teve fim. **Em 1924** as contradições políticas entre tenentistas e governo chegaram ao seu limite. Em São Paulo ocorre uma nova rebelião tenentista que ocupou um quartel no bairro de Santana, e tentou avançar por outros pontos da cidade. Os militares envolvidos acreditavam que teriam a adesão dos operários, também descontentes com a política do governo federal. Mas não foi o que ocorreu, a população abandonou suas casas, e os tenentes não tiveram o apoio esperado. Assim, as forças ligadas ao presidente contra-atacaram, sitiando São Paulo. Os soldados que haviam ocupado a cidade saíram em direção ao Rio Paraná. Essa marcha, conhecida como Coluna Paulista, seguiu por vários meses até se encontrar em Foz do Iguaçu com a Coluna Gaúcha, comandada por Luís Carlos Prestes.

Da união desses grupos formou-se a Coluna Prestes, com aprox. 1.500 soldados que, por dois anos, manteve pelo interior do país uma guerrilha armada comandada por Prestes que exigia, entre outras coisas, o fim da república oligárquica.

Apesar de o movimento tenentista ter envolvido apenas uma fração dos militares nas revoltas, suas reivindicações eram bem vistas pelo conjunto das Forças Armadas. Com o passar do tempo os ideais tenentistas se tornaram hegemônicos. Os governantes oligárquicos cada vez menos tinham controle

sobre as Forças Armadas, culminando posteriormente, em 1930, no apoio quase unânime dos militares ao golpe que derrubou definitivamente o café-com-leite do poder: A Revolução de 1930.

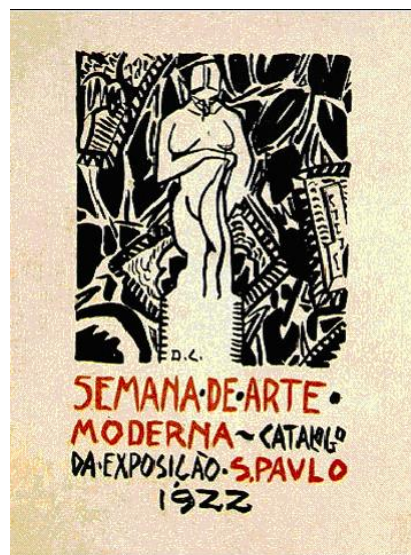
Pontos importantes sobre as Eleições de 1922:

Um aspecto fundamental que devemos ter em mente ao falar das eleições durante a Primeira República é que elas ocorriam de maneira bem diferente do processo eleitoral atual. **Em primeiro lugar** o voto deveria ser feito de maneira aberta, cada eleitor deveria se manifestar publicamente sobre qual candidato iria votar. Como **o voto não era secreto**, a fraude eleitoral era muito comum, os coronéis obrigavam as pessoas a votarem em determinado candidato. Com isso, tornava-se impossível determinar exatamente os resultados corretos. A prática de imposição dos coronéis ficou conhecida por **“Voto de Cabresto”**.

Em segundo lugar, nas eleições havia a votação tanto para o Presidente quanto para o Vice. Dessa maneira o vice-presidente não era atrelado ao Presidente como é hoje. Poderiam ser eleitos Presidentes e vices de partidos e grupos distintos, e além disso os candidatos à Presidência poderiam também se candidatar à vice-presidência. Assim, se um candidato “A” perdesse o pleito para presidente, ele poderia ainda assumir a vice-presidência caso fosse eleito.

Outro aspecto importante é entender o movimento tenentista nos anos de 1922 e 1924 como um conjunto de reações militares ao momento político conturbado do período, exigindo maior participação no processo político e mudanças no mesmo. Assim conseguimos entender o apoio dos militares à oposição civil da época que não queria outro presidente do eixo Minas- São Paulo no cargo, também desejando uma maior participação dos outros estados.

A SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922:



Catálogo da Exposição da Semana de Arte Moderna de 1922, com ilustração de capa feita por Di Cavalcanti

Em meio a esse período conturbado da política brasileira dos anos 1920, sobretudo em 1922, ocorre em São Paulo no período entre 11 e 18 de fevereiro, no Teatro Municipal da cidade, a **Semana de Arte Moderna**. Durante os sete dias foi realizada uma exposição modernista no Teatro, e nas noites dos dias 13, 15 e 17 ocorreram apresentações de poesia, música e palestras sobre a modernidade.

O evento representou uma verdadeira renovação da linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora e na ruptura com o passado. E marcou época ao apresentar novas ideias e conceitos artísticos. A nova poesia através da declamação. A nova música por meio de concertos. A nova arte plástica exibida em telas, esculturas e maquetes de arquitetura. O adjetivo "novo", marcando todas estas manifestações, propunha algo a ser recebido com curiosidade ou interesse.

A Semana de Arte Moderna, representou a ebulição de novas ideias que tinham o futuro em mente. Ideias nacionalistas

que buscavam uma maneira de expressar uma identidade própria, autenticamente brasileira, um conjunto de expressões culturais que pudessem representar o “autenticamente brasileiro”, o nacional. Uma tentativa de se enxergar o país com outros olhos, não mais como um “cachorro morto”, mas sim como um país rico culturalmente, capaz de se expressar de forma independente.

Não se tinha, porém, um programa definido: sentia-se muito mais um desejo de experimentar diferentes caminhos do que de definir um único ideal moderno.



Artistas Participantes da Semana de 1922.

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF

01. UFPE

Na questão a seguir, escreva nos parênteses (V) se for verdadeiro ou (F) se for falso.

Os historiadores designam por República Velha o período que se estende de 1889 a 1930. Sobre acontecimentos históricos desse período, identifique as proposições verdadeiras e falsas.

() Os bancos emissores e a oligarquia açucareira do Nordeste foram responsáveis pela “política dos governadores”.

() O poder político, neste período, esteve controlado pelas oligarquias estaduais e a Revolução de 1930 tenta pôr fim a essa influência.

() O coronelismo é um fenômeno político que surge, no Brasil, na Primeira República.

() O fenômeno do banditismo social, no Brasil, está associado com a questão religiosa e a maçonaria.

02. Unimontes-MG

Concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas de regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado (...).

É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

(LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. In: COSTA, L.C.A.;

MELLO, M. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2000, p. 241.)

Conforme o texto:

a) o coronelismo é a expressão da força do poder privado, em seu momento áureo.

b) o coronelismo resulta da imposição de um modelo político ditatorial, embora civil.

c) o coronelismo se fortalece, à medida que o poder privado emerge no Brasil.

d) o coronelismo advém da assimetria entre o modelo econômico e o modelo político.

03. Enem – 2011.

Completamente analfabeto, ou quase sem assistência médica, não lendo jornais, nem

revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. No plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 (adaptado).

O coronelismo, fenômeno político da Primeira República (1889-1930), tinha como uma de suas principais características o controle do voto, o que limitava, portanto, o exercício da cidadania. Nesse período, esta prática estava vinculada a uma estrutura social:

- a) Igualitária, com um nível satisfatório de distribuição da renda.
- b) Estagnada, com uma relativa harmonia entre as classes.
- c) Tradicional, com a manutenção da escravidão nos engenhos como forma produtiva típica.
- d) Ditatorial, perturbada por um constante clima de opressão mantido pelo exército e polícia.
- e) Agrária, marcada pela concentração da terra e do poder político local e regional.

04. Unifesp

Mete dinheiro na bolsa – ou no bolso, diremos hoje – e anda, vai para diante, firme, confiança na alma, ainda que tenhas feito algum negócio escuro. Não há escuridão quando há fósforos. Mete dinheiro no bolso.

Vende-te bem, não compres mal os outros, corrompe e sê corrompido, mas não te esqueças do dinheiro (...) E depressa, depressa, antes que o dinheiro acabe.

(Machado de Assis, 1896.)

Essa passagem evoca o clima que se criou no país com:

- a) A valorização do café.
- b) A Abolição.

- c) A Guerra do Paraguai.
- d) O Encilhamento.
- e) O ciclo da borracha.

05. Vunesp

Completaram-se, ontem e hoje, 99 anos da reunião dos presidentes de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro que culminou no Convênio de Taubaté. A primeira crise global de café foi provocada pela triplicação da produção brasileira da década de 1980 - de 5,5 milhões a 16,3 milhões de sacas (...)

Folha de S.Paulo, 27.02.2005. Adaptado.

Do Convênio de Taubaté, origina-se a Política de Valorização do Café, que se constituiu:

- a) na isenção tributária sobre todas as mercadorias e serviços relacionados com o café, com o transporte ferroviário.
- b) na proibição de se plantar novos cafeeiros no prazo mínimo de 10 anos, até a produção igualar-se ao consumo externo.
- c) no acordo entre todos os países produtores e exportadores de café de diminuírem a produção em 25% em 5 anos.
- d) no controle dos preços do café por meio da compra da produção excedente, por parte dos governos estaduais.
- e) na criação de um imposto sobre cada saca de café exportada e no incentivo à criação de fazendas de café no Espírito Santo.

06. UFPR

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, tinha uma população próxima a 1 milhão de habitantes, sendo na sua maioria homens pobres remanescentes do sistema escravocrata. No mesmo momento, a dinâmica do mercado internacional apontava para uma rápida modernização econômica e política no país, havendo assim uma forte tensão social. Sobre o assunto, marque V para verdadeiro e F para Falso:

() Diante desse novo fator social, as autoridades brasileiras proibiram rituais religiosos e manifestações culturais associados à tradição negra (a prática da capoeira, por exemplo), como forma de controle sobre a cultura popular.

() Para atender às novas demandas sociais, implantou-se nessa época um sistema de atendimento social e trabalhista, com a criação da consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

() A incipiente industrialização aproveitou-se da existência de mão-de-obra excedente; o número de contratações cresceu, a criação de sindicatos foi estimulada, e com isso impôs-se um ordenamento à questão social.

() O governo brasileiro promoveu uma política oficial de transferência do excedente de mão-de-obra para as colônias agrícolas e de povoamento, no Sul do país.

() Sem infraestrutura e saneamento básico, a cidade do Rio de Janeiro era um ambiente favorável à disseminação de doenças infectocontagiosas, como a varíola e a febre amarela. A situação obrigou o governo a iniciar campanhas de vacinação compulsória, fato que provocou reações populares, como a Revolta da Vacina, em 1904.

() O projeto ideológico da modernização e higienização das cidades levou o governo a colocar em prática um programa nacional de influência positivista e ampliação da cidadania, que consistia na criação das chamadas Casas dos Pobres. Era uma espécie de asilo e local de trabalho que tinha a finalidade de retirar da cidade todos os mendigos, prostitutas, menores abandonados etc., colocados num espaço de cidadania controlada.

() O crescimento da massa de homens pobres e desempregados na cidade do Rio de Janeiro pode ser explicado, entre outros fatores, pela decadência da economia do café no Vale do Paraíba, pela abolição da escravidão e pelo ingresso de trabalhadores europeus. Esses três fatores contribuíram para o aumento não só da exclusão da população pobre do mercado de trabalho como também da marginalidade na cidade.

07. Enem – 2011.

Até que ponto, a partir de posturas e interesses diversos, as oligarquias paulista e mineira dominaram a cena política nacional na Primeira República? A união de ambas foi um traço fundamental, mas que não conta toda a história do período. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas frações. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: EdUSP, 2004 (adaptado).

A imagem de um bem-sucedido acordo café com leite entre São Paulo e Minas, um acordo de alternância de presidência entre os dois estados, não passa de uma idealização de um processo muito mais caótico e cheio de conflitos. Profundas divergências políticas colocavam-nos em confronto por causa de diferentes graus de envolvimento no comércio exterior.

TOPIK, S. A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930. Rio de Janeiro: Record, 1989 (adaptado).

Para a caracterização do processo político durante a Primeira República, utiliza-se com frequência a expressão Política do Café com Leite. No entanto, os textos apresentam a seguinte ressalva a sua utilização:

a) A riqueza gerada pelo café dava à oligarquia paulista a prerrogativa de indicar os candidatos à presidência, sem necessidade de alianças.

b) As divisões políticas internas de cada estado da federação invalidavam o uso do conceito de aliança entre estados para este período.

c) As disputas políticas do período contradiziam a suposta estabilidade da aliança entre mineiros e paulistas.

d) A centralização do poder no executivo federal impedia a formação de uma aliança duradoura entre as oligarquias.

e) A diversificação da produção e a preocupação com o mercado interno unificavam os interesses das oligarquias.

- 3- E
- 4- D
- 5- D
- 6- VFFFV
- 7- C
- 8- A

08. Enem – 2011.



Charge capa da revista “O Malho”, de 1904.
Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com>

A imagem representa as manifestações nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, que integraram a Revolta da Vacina. Considerando o contexto político-social da época, essa revolta revela:

a) A insatisfação da população com os benefícios de uma modernização urbana autoritária.

b) A consciência da população pobre sobre a necessidade de vacinação para a erradicação das epidemias.

c) A garantia do processo democrático instaurado com a República, através da defesa da liberdade de expressão da população.

d) O planejamento do governo republicano na área de saúde, que abrangia a população em geral.

e) O apoio ao governo republicano pela atitude de vacinar toda a população em vez de privilegiar a elite.

GABARITO:

- 1- FVVF
- 2- D



ANTECEDENTES:

A eclosão da guerra foi o resultado de uma série de conflitos menores envolvendo disputas comerciais e/ou militares que a antecederam, todos os conflitos presentes no contexto de expansão capitalista e imperialista das potências econômicas.

Até aproximadamente 1914 a Europa exercia a supremacia econômica, política e ideológica sobre o resto do mundo.

Na esfera econômica, o poder derivava do fato da Europa ser a responsável pela maior parte da produção e investimentos em escala global. Acabou por tornar-se responsável pela importação da maioria dos gêneros primários produzidos pela “periferia” do sistema capitalista.

No campo político, a hegemonia Europeia era garantida pelo Imperialismo associado à influência ou controle direto de áreas como África, Ásia e América Latina.

Agravando o conjunto de fatores que estava por desencadear um conflito global armado, adiciona-se o enfadonho discurso do Velho Mundo sobre a superioridade e modelo de eficácia.

Apesar da “pompa”, havia na Europa uma grande distinção entre todas as nações. Além dos diferentes níveis de influência entre as nações pioneiras (como por ex. Inglaterra e

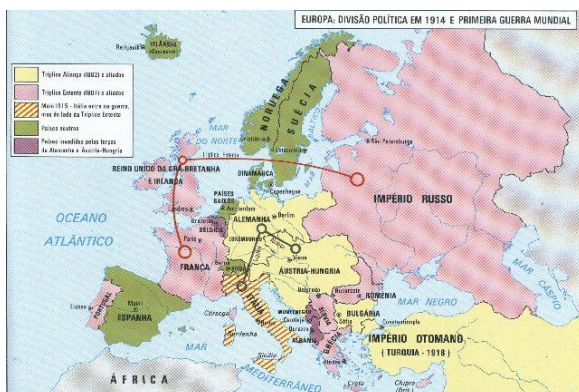
A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL **(1914-1918)**

INTRODUÇÃO:

O crescimento da capacidade de produção mundial provocou uma grande disputa entre as potências mundiais, na procura por novos mercados consumidores e de novas fontes de matérias primas.

A Primeira Guerra Mundial é considerada por muitos historiadores como um marco no início do século XX. Foi a partir da Guerra que novas correlações de forças estabeleceram-se no mundo, marcando o declínio da Europa e a ascensão dos EUA à condição de principal potência mundial.

França) e as mais jovens (como por ex. Itália e Alemanha), havia uma grande contradição no campo social. Mesmo industrializados, muitas destas nações eram governadas por nobres, ao passo que outras, enfrentavam disputas entre interesses de classes burguesas e proletárias. Já nesta época o grande temor capitalista viria a materializar-se na Rússia em 1917: O Socialismo.



Os únicos países que estavam fora da dominação europeia eram os EUA e o Japão, que não só lutavam, mas também, chegavam a ameaçar a supremacia europeia em alguns

lugares do globo, especialmente extremo oriente e na América Latina.

CAUSAS DA PRIMEIRA GUERRA:

a) Rivalidades Econômicas e Imperialismo:

A entrada de novas potências industriais imperialistas no cenário internacional aumentava a rivalidade entre as disputas econômicas e a divisão de mercados e territórios. A necessidade de novos mercados levou as potências europeias a firmar acordos na busca de evitar conflitos imperialistas entre as grandes nações, que isoladamente nunca deixaram de ocorrer, sendo freqüente a quebra de tratados e aumento de tensões diplomáticas. A partilha da África e da Ásia busca atender aos anseios imperialistas, entretanto, foi mais tarde, um dos fatores que acaba gerando a animosidade entre as potências europeias.

b) O Revanchismo Francês: Desenvolveu-se após a humilhação de 1870, onde derrotada, teve que ceder às regiões da Alsácia-Lorena (rica em carvão e minério de ferro). Os

franceses desde então nutrem um sentimento de revanche e vingança contra a Alemanha, o que de certa forma pode ser observado também como uma forma de nacionalismo.

c) Explosão do Nacionalismo: O nacionalismo desenvolveu-se desigualmente nos países imperialistas, fruto das condições anteriores ao imperialismo. Tradicionalmente considera-se a Alemanha como a maior expressão de nacionalismo, na verdade, muito mais pelos desdobramentos que essa mentalidade teve durante a Segunda Guerra, do que pela sua real importância no final do século XIX. Na Itália o

sentimento nacionalista esteve presente em grandes revoluções do século XIX e novamente no processo de unificação. Na França o nacionalismo esteve presente na Revolução Francesa, manifestado principalmente no ideal de "liberdade, igualdade e fraternidade"; se bem que a revolução agudizou a luta de classes, enquanto na Alemanha e na Itália, as unificações baseadas no discurso nacionalista cumpriram o papel inverso, encobrindo as desigualdades, característica fundamental do nacionalismo. Mesmo nos EUA, onde não existe o nacionalismo clássico, este encontrou seu equivalente na Teoria do Destino Manifesto, de origem calvinista, que serviu como justificativa ideológica para o expansionismo ao longo do século XIX e para a formação de sua política intervencionista conhecida por "Big Stick".



Para justificar a disputa de fronteiras e o imperialismo, a propaganda nacionalista é ampliada de diversas formas:

* **Pan-Germanismo:** Acordo que propõe a consolidação de países de origem Germânica, liderados pela Alemanha.

* **Pan-Eslavismo:** Acordo que defende a união de todos os povos de origem eslava da Europa oriental, incluindo os que estão sob o domínio do Império Austro-Húngaro, liderados pela Rússia que buscava uma saída para o para o Mediterrâneo.

* **Crise no Marrocos:** É um dos antecedentes mais imediatos da guerra. Na disputas por domínios coloniais, Alemanha e França reclamam a região de Marrocos. Em acordo em 1906 o território é cedido a França e uma pequena faixa a sudoeste da África é cedida a Alemanha, que não se contenta com a divisão e acaba entrando em conflito com a França. Em 1911 recebe desta parte do território do Congo.

***Crise nos Bálcãs:** Os enfrentamentos entre Sérvia e Áustria na península balcânica também colaboram para acirrar as diferenças nacionalistas entre os países da Europa. Apoiado pelos russos, os sérvios tentam conter a expansão da Áustria. Em 1908 a Áustria anexa e Bósnia-Herzegovina, impedindo que a Sérvia incorpore outras regiões eslavas.

SISTEMA DE ALIANÇAS: Paz Armada

No Início do século XX o grande clima de tensão entre os grandes países é de uma proporção que o conflito já se mostra evidente e iminente. Inicia-se uma corrida armamentista e aproximação de nações que tinham “semelhança de divergências” com seus oponentes. A partir de então a máxima “o inimigo de meu inimigo, é meu amigo” e um novo sistema de aliança, busca a “Paz” a partir da formação duas frentes “Armadas”.

- **Tríplice Aliança:** Formada por nações mais jovens, e que por isso, sentiram-se prejudicadas com a partilha de territórios. Aparentemente mais coesa

era e composta por Alemanha, Austro-Hungria e Itália.

- **Tríplice Entente:** Tem por base a Entente Cordiale, Inglaterra e França, que se opõe à expansão alemã. Mais tarde recebe a adesão da Rússia formando então a Tríplice Entente. Durante a guerra outras nações aliam-se a este grupo e a coalizão passa a ser chamada de Aliados.

O ESTOPIM DA GUERRA:

Em junho de 1914, o então príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro o Arqueduke Francisco Ferdinando, foi assassinato em Sarajevo, enquanto visitava a Bósnia. Os tiros que mataram o herdeiro e sua esposa foram disparados por um estudante bósnio chamado Gavrilo Princip, membro de uma organização secreta responsável por outros ataques terroristas chamados de Mão Negra ou Unidade da Morte. Investigações apontaram que o atentado fora planejado em Belgrado, capital da Sérvia.

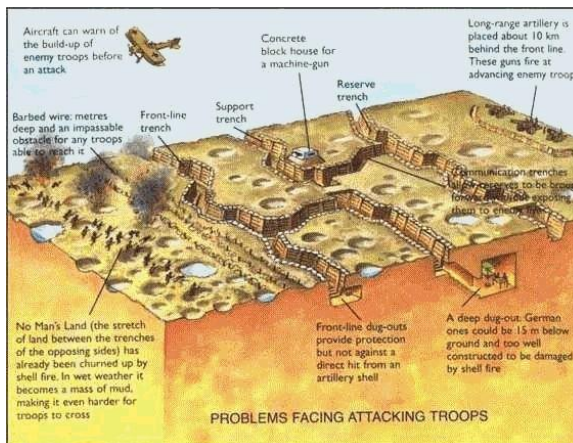
A Áustria exige providências oficiais do governo, como o imediato fechamento dos jornais que se empenhavam em propagandas contra a Áustria; O Fim das sociedades secretas; Exclusão do Governo e/ou das Forças Armadas de membros acusados da campanha antiaustríaca.

A Sérvia aceita praticamente quase todas as exigências, mas a Áustria mesmo assim rompe diplomaticamente e começa a mobilizar seus exércitos. A Rússia não aceitava qualquer intervenção na Sérvia e para tanto contava com o apoio da França. A Alemanha concorda com a necessidade de medidas contra a Sérvia e coloca-se ao lado da Áustria. A movimentação da Alemanha e da Rússia começa com a política de alianças e em julho e agosto de 1914 inicia-se a guerra.

Nenhum dos lados admitiu ser a guerra uma luta entre interesses imperialistas divergentes. Cada lado, sob seu ponto de vista, dizia lutar contra “forças malignas” e atribuía a outra nação a responsabilidade pelo conflito, agindo como forma de defesa e em busca da liberdade.

AS FASES DA GUERRA:

Podemos dividir o conflito em duas fases: **A Guerra de Movimentos (1914)** e **A Guerra de Trincheiras (após 1915)**.



A estratégia de guerra alemã, consistia em derrotar primeiramente a França e depois a Rússia. Preparam a invasão da França pela Bélgica, mas uma ofensiva russa obriga a Alemanha a dividir seus exércitos em duas frentes o que enfraquecendo os ataques aos franceses e detém o avanço alemão. **Batalha de Marne (1914)**.

Com o conflito equilibrado, o próximo passo é conquistar posições, iniciando-se então a guerra de trincheira, recurso que custou a vida de muitos soldados em ambos os lados, em táticas de ataque e contra-ataque em meio à lama, frio, chuva e corpos.

Posteriormente a guerra envolveu outras nações. Os montenegrinos socorrem os sérvios contra a Áustria, pois tinham a mesma origem étnica. O Japão, de olho nas possessões alemãs no oriente e apoiado pela Inglaterra declara-se contra a ofensiva alemã. A Turquia entra do lado alemão e ataca os russos no Mar Negro. A Itália sai da aliança em maio de 1915 quando entra no conflito do lado ao lado da Tríplice Entente sob a promessa de receber parte do território da Áustria e da Turquia.

Na frente oriental o exército russo apesar de número, sofria derrotas para o exército alemão, o que acelerava as crises internas do país. A crise viria mais tarde a desencadear a Revolução Russa e a sua posterior retirada da guerra. através do Tratado de Brest-Litovsk com a Alemanha.

Os Estados Unidos declararam guerra a Alemanha em abril de 1917, alegando lutar contra o autoritarismo e o militarismo

Defendem a criação de uma liga das nações para regular as relações entre os povos, mas o principal objetivo é preservar o equilíbrio de poder na Europa evitando uma possível hegemonia alemã. Vale lembrar que a Entente era a responsável por 3/5 das exportações americanas e uma vitória alemã significaria um abalo na economia americana. Com a entrada dos EUA na guerra, o conflito fica desequilibrado e a derrota do outro lado é só uma questão de tempo.

O FINAL DA GUERRA:

Após os russos saírem da guerra com a assinatura do **Tratado de Brest-Litovsk**, os EUA alegam terem sido agredidos pela Alemanha, resolvem entrar na guerra ao lado dos Aliados e trazem consigo a América Latina em peso, o que foi decisivo para dar novo fôlego a ingleses e franceses quebrando o equilíbrio existente.

Woodrow Wilson, presidente dos EUA e porta voz dos aliados, descarta qualquer possibilidade de manutenção do Kaiser no governo alemão, e partindo do ponto que a paz não teria vencedores, apresentou um plano chamado de **14 pontos de Wilson** que serviria de base para futuros tratados: eliminação da diplomacia secreta em favor de acordos públicos; liberdade nos mares; redução dos armamentos nacionais; retirada dos exércitos de ocupação da Rússia; restauração da independência da Bélgica; restituição da Alsácia e Lorena à França; reformulação das fronteiras italianas; reconhecimento da autonomia dos povos da Áustria-Hungria; independência da Polônia; criação da liga das nações, dentre outros.

Em julho de 1918 as forças inglesas, francesas e norte-americanas lançam um ataque definitivo contra os alemães, obrigando-os a recuar. A Bulgária retira-se do conflito e a Turquia se rende. O Imperador Carlos I da Áustria assina um armistício e abandona o conflito. A guerra continua porque Wilson exige a deposição de Kaiser, mesmo com os alemães aceitando a rendição com base nos 14 pontos.

Assim chega ao fim a Primeira Guerra Mundial.

OS TRATADOS DE PAZ:

Em janeiro de 1919, iniciou-se a Conferência de Paris, onde nem os países vencidos nem a Rússia participaram das deliberações, o que demonstra a severidade da “Paz” aos derrotados. O **Tratado de Versalhes** (que recebe esse nome pelo palácio se Versalhes) estabeleceu culpa à Alemanha pela guerra, recebendo uma série de penalidades: Perda de 1/7 do território; Devolução da Alsácia e Lorena à França; entrega aos vencedores de quase todos seus submarinos e navios; desmilitarização e redução do contingente dos exércitos; proibição de aviação militar e marinha de guerra; pagamento de uma indenização de 33 bilhões de dólares, entre outras.

O tratado criou ainda a Liga das Nações, que no início não contava com a participação da Alemanha e da Rússia e teria como objetivo principal manter a paz mundial. A liga nascia fadada ao fracasso, pois os EUA, a nação idealizadora, não participava pois discordava das formas de acordos estabelecidos no pós-guerra.

Outros acordos são assinados com os aliados da guerra. O Império Austro-Húngaro é desmembrado e surgem a Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, e Iugoslávia. O Império Turco foi igualmente fragmentado, ficando seu antigo sob o controle das potências europeias vencedoras, França, Inglaterra e Itália.

AS CONSEQUENCIAS DA GUERRA:



A Primeira Guerra Mundial, planta as sementes da Segunda Guerra, uma vez que o militarismo e o nacionalismo não desaparecem, pelo contrário, surgem novos totalitarismos. O conflito entretanto

muda o cenário global. As economias despertam para a necessidade de um planejamento mais central e um uso racional da força de trabalho, uma crise do liberalismo.

O comércio mundial ganha novos contornos com a industrialização da América Latina. A inflação surge no cenário econômico internacional. Tem início a participação da mulher no mercado de trabalho e também de sua emancipação.

Além da destruição geral e o grande número de mortos, as principais conseqüências da Primeira Guerra podem ser numeradas a seguir:

- a) Redefinição do mapa europeu.
- b) Elevação do número de desempregados.
- c) Condições humilhantes impostas a Alemanha.
- d) Progressiva degradação dos sistemas democráticos, especialmente na Alemanha e na Itália.
- e) Criação da Liga das Nações.
- f) Declínio da Europa e ascensão dos EUA.

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF

1. (PUC-PR) Uma das causas da Primeira Guerra Mundial foi o rompimento do equilíbrio europeu, representado:

- a) pela França, em crescente expansão após dominar enormes áreas da África do Norte
- b) pela Rússia, cujo crescimento industrial a equiparava à Alemanha
- c) pela Alemanha, unificada em 1870/71, em rápido crescimento industrial e capaz de desafiar o poderio inglês
- d) pela Inglaterra, que monopolizava a produção industrial européia
- e) pelos Estados balcânicos, que ameaçavam dominar o Egito e a Mesopotâmia

02. UFRGS-RS

A Primeira Guerra Mundial singularizou-se por certa conjugação de fatores até então inéditos nos conflitos entre os povos.

Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações a seguir, relativas a esse tema.

() A esperança de suprimir as causas dos litígios levou à fundação da Sociedade das Nações, em que as relações internacionais seriam regulamentadas visando à paz.

() A conferência de paz iniciada em Paris, em janeiro de 1919, realizou-se com a presença dos derrotados e elaborou-se um documento final, chamado Tratado de Versalhes, que previa a destinação de recursos para a reconstrução dos países vencidos.

() A Alemanha, país fortemente envolvido no conflito, considerava-se prejudicada na partilha colonial da Ásia e da África.

() Com a derrota alemã em 1918, surgiu na Alemanha a República de Weimar.

() Em 1917, quando a Rússia estava por se retirar da guerra, os EUA entraram com novas forças.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) F – V – F – F – V

b) V – F – V – F – F

c) F – V – V – V – F

d) V – F – V – V – V

e) F – V – F – V – F

03. PUC-MG

Entre 1914 e 1918, a Europa foi palco de um conflito de consequências materiais e humanas inimagináveis. Faz parte do legado da Primeira Grande Guerra:

a) a proliferação de regimes de cunho socialista na Europa Oriental, constituindo a chamada “cortina de ferro”.

b) a criação da Liga das Nações, organismo supra-nacional, que tinha como um dos seus objetivos assegurar a paz.

c) a emancipação política das antigas colônias européias na África e na Ásia, constituindo o Terceiro Mundo.

d) a expansão da economia mundial, garantindo um longo período de prosperidade, que se estendeu por três décadas.

e) a Liga das Nações, oficializada pelo Tratado de Versalhes, que surgiu como um fórum internacional com a função de garantir a paz mundial.

04. FMTM-MG

Dentre as consequências da Primeira Guerra Mundial, pode-se assinalar:

a) o fim dos impérios austro-húngaro e turco, o declínio da hegemonia europeia e a formação de novos países.

b) a adoção integral dos 14 Pontos de Wilson, a proclamação da República de Weimar na Alemanha e a crise de 1929.

c) o revanchismo da Alemanha, a descolonização afro-asiática e o enfraquecimento dos impérios centrais.

d) a fundação da Liga das Nações, a hegemonia dos EUA e da URSS e a consolidação do capitalismo industrial.

e) o fortalecimento econômico dos EUA, a ascensão do nazi-fascismo e a expansão socialista no Leste Europeu.

05. UFMG

Leia estes trechos de depoimentos de ex-combatentes da Primeira Grande Guerra:

Uma certa ferocidade surge dentro de você, uma absoluta indiferença para com tudo o que existe no mundo, exceto o seu dever de lutar. Você está comendo uma crosta de pão, e um homem é atingido e morto na trincheira perto de você. Você olha calmamente para ele por um momento e continua a comer o seu pão. Por que não?

Aqui desapareceu para sempre o cavalheirismo. Como todos os sentimentos nobres e pessoais, ele teve de ceder o lugar ao novo ritmo da batalha e ao poder da máquina. Aqui a nova Europa se revelou pela primeira vez no combate.

Citados por EKSTEINS, Modris. *A sagração da primavera*.

Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Com base na leitura desses trechos, é correto afirmar que o impacto dessa guerra:

- a) deu origem a um influente movimento contra as guerras, que criou uma ordem internacional pacífica.
- b) acelerou o processo de libertação das colônias afro-asiáticas, que se tornaram Estados independentes a partir de então.
- c) provocou uma crise nos valores dominantes até então, gerando descrédito em relação ao humanismo e ao racionalismo.
- d) levou ao fortalecimento e à consolidação dos regimes liberais já existentes, além de contribuir para o surgimento de novas democracias.

06. Fuvest-SP

As lâmpadas estão se apagando na Europa inteira. Não as veremos brilhar outra vez em nossa existência.

Sobre essa frase, proferida por Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, em agosto de 1914, pode-se afirmar que exprime:

- a) a percepção de que a guerra, que estava começando naquele momento e que iria envolver toda a Europa, marcava o fim de uma cultura, de uma época, conhecida como a *Belle Époque*.
- b) a desilusão de quem sabe que a guerra, que começava naquele momento, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, iria sepultar toda uma política de esforços diplomáticos visando a evitar o conflito.
- c) a compreensão de quem, por ser muito velho, consegue perceber que também aquela guerra, embora longa e sangrenta, iria terminar um dia, permitindo que a Europa voltasse a brilhar.
- d) a ilusão de que, apesar de tudo, a guerra que estava começando iria, por causa de seu

caráter mortal e generalizado, ser o último grande conflito armado a envolver todos os países da Europa.

e) a convicção de que a guerra que acabara de começar e que iria envolver todo o continente europeu, haveria de suceder uma outra, a Segunda Guerra Mundial, antes da paz definitiva a ser alcançada.

07. UFU-MG

Como se explica que um período de tanto progresso pudesse levar o Velho Continente, berço da civilização ocidental, a experimentar novamente a barbárie, como se viu durante a Primeira Guerra Mundial? (...) Em 11 de novembro (1918), terminava a Grande Guerra. Morreram 8 milhões de pessoas, 20 milhões ficaram inválidas, sem falar nos prejuízos econômicos e financeiros que atingiram os países europeus envolvidos diretamente com a guerra.

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História: nossos tempos – O Brasil e o mundo contemporâneo*.

São Paulo: Atual, 1996. v.3.

Tomando como referência a citação mostrada e os seus conhecimentos sobre os antecedentes e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, podemos afirmar que:

- I. no campo das artes, a velocidade, a máquina, o movimento, a energia foram os grandes temas do futurismo no início do século, evocados como símbolos da beleza e da tecnologia da sociedade industrial moderna, provocando, entretanto, mais tarde, grande desilusão por causa da carnificina da guerra.
- II. o discurso internacionalista do movimento operário, que procurava negar as disputas entre os Estados-nações, fez com que os trabalhadores se recusassem a pegar em armas no início da guerra, tal como se verificou na negativa de participação da Rússia e nos motins liderados pelo partido comunista francês em 1914.
- III. entre os fatores que levaram as nações europeias à guerra estavam as disputas imperialistas por novos territórios, os ideais expansionistas incentivados por teorias raciais

e a formação gradual de alianças entre as grandes potências, conhecida como Paz Armada.

IV. como resultado da derrota alemã, o Tratado de Versalhes, assinado depois da guerra, pôs fim ao ódio racial e ao clima de revanchismo na Europa, e a Inglaterra garantiu a sua supremacia no capitalismo internacional.

Assinale a alternativa correta.

- a) II e IV são corretas.
- b) I e IV são corretas.
- c) II e III são corretas.
- d) I e III são corretas.

08. UFRJ (modificado)

A mesma velha trincheira, a mesma paisagem.

Os mesmos ratos, crescendo como mato,

Os mesmos abrigos, nada de novo,

Os mesmos e velhos cheiros, tudo na mesma,

Os mesmos cadáveres no front,

A mesma metralha, das duas às quatro,

Como sempre cavando, como sempre caçando,

A mesma velha guerra dos diabos.

Soldado inglês

Estamos tão exaustos que dormimos mesmo sob intenso barulho. A melhor coisa que poderia acontecer seria os ingleses avançarem e nos fazerem prisioneiros.

Ninguém se importa conosco. Não seremos substituídos. Os aviões lançam projéteis sobre nós.

Ninguém mais consegue pensar. As rações estão esgotadas – pão, conservas, biscoitos, tudo terminou!

Não há uma única gota de água. É o próprio inferno.

Soldado alemão

Marques, Adhemar Martins et al (orgs.). *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 118 e 120.

Os fragmentos apresentam o depoimento de dois soldados, um inglês e outro alemão, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

a) Identifique duas características que estejam presentes em ambos os textos e expressem os sentimentos dos combatentes nessa fase da Primeira Guerra.

b) Cite duas consequências geopolíticas da Primeira Guerra para a Europa entre 1918 e 1939.

09. Fuvest-SP

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o primeiro conjunto de acontecimentos que abalou seriamente o domínio colonial e a existência de impérios europeus no século XX.

Tendo por base o texto, explique:

a) a associação entre o colonialismo europeu e a Primeira Guerra Mundial;

b) a relação entre a Primeira Guerra Mundial e a destruição do Império Russo.

GABARITO

1.C 2.D 3.B 4.A 5.C 6.A 7.D

A REVOLUÇÃO RUSSA

ANTECEDENTES: O CAMINHO PARA O SOCIALISMO:

Assim como a Revolução Francesa em 1789 mostrou-se um modelo clássico de Revolução Burguesa acabando com a velha ordem feudal-aristocrática propiciando o desenvolvimento do capitalismo moderno, a **Revolução Russa de 1917** foi um modelo clássico de revolução proletária que visava o fim do capitalismo e o nascimento de uma nova ordem mundial tornando-se a primeira nação socialista o mundo.



A RÚSSIA ANTES DA REVOLUÇÃO:

A Rússia antes da Revolução era predominantemente agrária e semi-feudal, onde a aristocracia rural e o clero ortodoxo detinham o controle da propriedade da terra e o poder político.

O processo de industrialização iniciara somente no fim do século XIX, concentrado nas áreas de Kiev, Moscou e Petrogrado, sendo que mais da metade do capital era de origem estrangeira: principalmente França, Alemanha e Inglaterra. A industrialização tardia e dependente, concentrada em regiões específicas produziu uma burguesia fraca e imprudente de um lado, e de outro, um proletariado forte organizado e combativo mantendo laços estreitos com os camponeses (ocasionado pelas origens rurais).

OPOSIÇÃO PARTIDÁRIA AO CZAR:

A burguesia russa, mostrava-se fraca e dependente, uma vez que a concentração das terras estava nas mãos dos nobres e o capital das grandes empresas nos grupos estrangeiros, cabendo aos capitalistas russos apenas médios e pequenos empreendimentos.

a) Oposição Burguesa: Buscando uma maior e mais ativa participação na política, a maioria dos burgueses voltava-se para o liberalismo buscando arrumar meios para estabelecer um regime constitucional, capaz de garantir sua representatividade junto ao poder central. Buscavam estabelecer um sistema de governo baseado na divisão de poderes seguindo os moldes na monarquia parlamentarista inglesa. Com isso o Czar continuaria no topo do poder político, mas dividindo suas prerrogativas com uma assembleia legislativa eleita. Organizaram-se no Partido Constitucional Democrático, o Partido Kadete, expressão das reivindicações burguesas e que ainda agregava alguns dos elementos mais “modernos” da nobreza.

b) Oposição Operário-Camponesa: Dentre os partidos de maior expressão destacamos primeiramente o Partido Socialista Revolucionário o mais numeroso partido operário que possuía também uma grande penetração no campo, mas que se encontrava dividido em alas socialistas e anarquistas, e usavam de táticas violentas para tentar derrubar o regime.

O Partido Operário Social Democrata Russo, surgira como um partido socialista marxista autêntico. Em 1903, divergências sobre táticas implementadas na luta pelo poder, dividi-o em duas alas: Bolcheviques e Mencheviques.

Mencheviques (membros da minoria): Propunham a formação de um partido que buscava a formação e implementação de um socialismo seguindo a “evolução natural” da sociedade, permitindo primeiro o amadurecimento do capitalismo para depois fazer a revolução implantando o socialismo, defendendo uma aliança com a burguesia para acelerar o processo. Foi liderado por Trotsky até 1917.

Bolcheviques (membros da maioria): Propunham a formação de um partido com organização profissional de revolucionários, objetivando a insurreição plena e imediata para a conquista do poder, implantando um regime socialista através da posse de terras, indústrias, bancos para o regime revolucionário. A aliança permitida era unicamente entre camponeses e operários (foice e martelo). Mais tarde o partido é rebatizado com nome de Partido Comunista, sendo liderado por Lênin e Trotsky.

O ENSAIO GERAL:

O regime Czarista russo era baseado principalmente na expansão militar. Em 1904 o Czar russo Nicolau II mobilizou tropas em direção ao Pacífico, entrando em choque com o Imperialismo Japonês. A mobilização para a guerra associada a uma derrota para o Japão acentua a fragilidade do sistema czarista e os problemas sociais russos, levando a eclosão de um movimento popular pacífico em frente ao Palácio de Inverno do Czar, mas que foi violentamente reprimido por ordens de Nicolau II. O movimento ficou conhecido como Domingo Sangrento e despertou uma onda de protestos por todo o Império (greves trabalhadoras, rebeliões camponesas e motins militares).



Domingo Sangrento em São Petersburgo

Inicialmente conduzido por operários, o movimento foi aos poucos liderado pela burguesia e pela classe média. Diante da proporção da crise e da organização do movimento o Czar resolve aceitar alguma das reivindicações, estabelecendo algumas concessões como: legalização dos partidos políticos inclusive os de oposição, ampliação de direitos civis como o de associações (**soviets**) e a criação de uma Assembleia Legislativa (**Duma**)

Pouco depois o Czar foi tentando restabelecer o controle do país, dissolvendo a Duma, prendendo líderes opositores e intervindos em soviets, o que só veio a contribuir para aumentar o descontentamento com o regime. O movimento de 1905 ficou conhecido como um “**Ensaio Geral**” para a Revolução de 1917.

A PARTICIPAÇÃO NA GUERRA:

A entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial, acelerou o movimento revolucionário, pois a necessidade de privações e o grande número de mortos no conflito, aumentaram a insatisfação da população. A Rússia não se mostrava em condições para encarar uma guerra de tamanha proporção, com número de mortos estimados na casa dos 4 milhões, mobilizou uma oposição formada pelos soviets, Duma e da sociedade civil.

Com o governo dividido e enfraquecido pela guerra, associado a uma oposição cada

vez mais numerosa e organizada, não haveria outro fim que não a Revolução.

A REVOLUÇÃO E SUAS FASES:

A Primeira Guerra iniciou-se na Europa em 1914, a Rússia apesar de ser um país atrasado “associou-se” junto a Tríplice Entente e enfrentou a Áustria-Hungria e a Alemanha. O custo do conflito logo apareceu, o Exército debilitado logo começa a sofrer baixas, derrotas e perda de território. Associada a uma crise econômica esse foi o cenário que levou a derrocada do Czarismo.

Em 1916 o exército russo tenta uma última investida desesperada contra os alemães, mas apenas adicionou mais uma

derrota. Internamente o descontentamento, a escassez de alimentos e as greves se aglutinam em centros industriais, bem como o apoio dos soldados e operários torna o movimento incontornável, levando Nicolau II a abdicar em fevereiro de 1917.

Surgiram na Rússia dois centros de poder: a **Duma Legislativa controlada pela burguesia liberal**, e os **Soviets, conselhos de camponeses, soldados e operários**. A Duma designa um Governo Provisório presidido por Kerensky. Conhecida como **Revolução de Fevereiro**, teve caráter democrático, liberal e burguês.

Contrariando expectativas populares, o governo liberal comprometido com a burguesia internacional manteve a Rússia na guerra, contribuindo para o fortalecimento dos bolcheviques. No começo de abril, começam a chegar os exilados políticos, **Lênin** assumiu a liderança do partido e lançou as **Teses de Abril**, que propunham: transferência de poder aos soviets; instauração de uma república socialista; distribuição de terras aos camponeses e saída imediata da guerra (conhecida também como as teses ou política de Pão, Paz e terra).



Lênin (1920)

Por meio de uma bem organizada estratégia, os bolcheviques tomam toda a cidade em menos de 24 horas, cercando os

prédios públicos e forçando a fuga de Kerensky. Num II Congresso dos Soviets de maioria Bolchevique formam o primeiro governo socialista da história, formado por operários, soldados e camponeses, tendo a frente figuras como **Lênin, Stalin e Trotsky**. Era a Revolução de Outubro sob o lema de **“Todo Poder aos Soviets”**.

Logo de início, o governo nacionalizou indústrias e bancos estrangeiros, redistribuiu terras (da Igreja, da Coroa e da Aristocracia) e firmou um armistício com a Alemanha, cedendo territórios em troca da paz pós saída da Guerra (Tratado de Brest-Litovsk).

O COMUNISMO DE GUERRA:

Logo que a guerra acaba em 1918, os países capitalistas temendo que os rumos da Revolução Russa pudessem influenciar os trabalhadores europeus, resolvem apoiar os anti-bolcheviques (oficiais do exército russo, czaristas e liberais) que formam o **Exército Branco** para combater o governo socialista. Em contrapartida uma guarnição militar constituída pelos bolcheviques as vésperas da revolução de outubro que originou a guarda vermelha após a tomada do poder tornou-se o **Exército Vermelho** dirigido por Trotsky, foi ampliado para fazer frente ao Exército Branco.



Tropas do Exército Vermelho

O combate entre Brancos e Vermelhos durou de 1918 a 1921, onde nesse meio tempo alguns países declararam guerra aos Russos, mas a vitória coube aos Vermelhos apoiados por outras nações e também pelo bolcheviques.

A vitória no entanto, exigiu medidas extremas que ficaram conhecidas como **Comunismo de Guerra**: centralização da economia; equiparação salarial e em alguns

casos confisco de gêneros alimentícios agrícolas.

Em 1922 surge a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**, uma federação reunindo outras nacionalidades em torno da Rússia: Ucrânia, Biolorússia, Transcaucásia e as Repúblicas da Ásia Central.

A ECONOMIA DE GUERRA E A NEP:

Ao fim da Guerra Civil e das invasões estrangeiras, a vitória estava consolidada. A partir de 1921 estabeleceu-se a **Nova Política Econômica**, que procurou restaurar a economia de mercado abalada pelos anos de guerra. Segundo Lênin tratava-se de **“dar um passo para trás para dar dois adiante”**. Dentre as principais características podemos citar.

- abolição do confisco de gêneros alimentícios, como ocorrera durante o Comunismo de Guerra.
- restabeleceu a distinção salarial.
- permissão para entrada de trabalhadores técnicos estrangeiros, para os setores básicos da economia.
- remessa de parte do capital para o exterior.

Esse plano de medidas durou até 1927, quando transformações no interior da URSS iniciaram uma nova etapa na história como veremos a seguir.

STALINIZAÇÃO:

Após a morte de Lênin em 1924, verificou-se uma disputa pelos rumos da revolução e pela luta do poder político da recém fundada URSS, que discutiam os rumos e propagação do movimento para outros países. **Internacionalistas** defendiam uma **Revolução Permanente ou Mundial**, sendo necessário o apoio de países avançados para manter vivos os ideais da Revolução Russa, sendo liderados por **Leon Trotsky**. Diferentemente, **social-nacionalistas** acreditavam no **modelo socialista único** devendo ser consolidado primeiramente na Rússia, sendo liderados por **Josef Stálin**.



Stálin, Lênin e Kalinin

Com maior apoio político Stálin venceu a disputa e iniciou uma nova era na história da Revolução: O Stalinismo (1927-1953). Seu governo fora marcado por violentos expurgos e condenações de opositores, inclusive Trotsky.

No plano econômico verifica-se a adoção de planos quinquenais que planificavam a atividade econômica objetivando o crescimento industrial através das indústrias de base e a coletivização forçada dos campos após 1928.

No terceiro plano quinquenal a Rússia já era a terceira maior Potência Mundial e a segunda europeia. A agricultura cresce com a socialização da terra através de **fazendas coletivas** (Sokkhozes) e **fazendas cooperativas** (kolkkhozes).

No plano político, Stálin consolidou seu poder assumindo o controle do Partido Comunista. É claro observar que a situação econômica do país melhorara da década de 20 para a de 30, mas a revolução não conseguiu alcançar seu principal objetivo: a total distribuição de renda. A burocracia dirigente, minoria, reservava para si uma série de privilégios, e a massa trabalhadora (maioria) vivia com um padrão inferior ao dos países capitalistas avançados.

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF

01. ... ou o poder se transfere para as mãos dos operários, soldados e camponeses revolucionários; e, nesse caso, significará a abolição total da tirania dos donos de terras, o aniquilamento imediato dos capitalistas, a proposta urgente de uma paz justa. A terra estará garantida para os camponeses, o controle da indústria assegurado aos

operários. Haverá pão para os que têm fome e essa guerra absurda chegará ao fim!...

Pode-se associar ao texto a Revolução:

- a) Americana. d) Gloriosa.
- b) Francesa. e) Puritana.
- c) Russa.

02. Em março de 1921, Lenin afirma:

É necessário abandonar a construção imediata do socialismo para se voltar, em muitos setores econômicos, na direção de um capitalismo de Estado.

Tendo em vista as etapas da Revolução Russa, podemos interpretar essa declaração no sentido de:

- a) representar o abandono do comunismo de guerra e o início da Guerra Civil.
- b) traduzir o insucesso dos planos quinquenais e o retorno a uma economia capitalista.
- c) indicar a possibilidade do socialismo num só país, daí a volta do capitalismo monopolista.
- d) introduzir a Nova Política Econômica, caracterizada por algumas concessões ao capitalismo, a fim de possibilitar o avanço do socialismo.
- e) aceitar a introdução de métodos capitalistas na produção e o retorno à iniciativa privada.

03. Em 1917, liderados por Lenin e Trotski, os bolcheviques ganharam popularidade com as “Teses de abril”, enunciadas na plataforma “paz, terra e pão”, que propunha:

- a) a manutenção da Rússia na Primeira Guerra Mundial, a conquista da Manchúria e a formação dos soviets.
- b) a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a instauração de uma monarquia parlamentar e a formação da Guarda Vermelha.
- c) a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial, a instalação da ditadura do

proletariado e a adoção de uma nova política econômica (a NEP).

d) a manutenção da Rússia na Primeira Guerra Mundial, o domínio dos estreitos de Bósforo e Dardanelos e a formação de um Parlamento (Duma).

e) a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a divisão das grandes propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno.

04. A Revolução Socialista na Rússia, em 1917, foi um dos acontecimentos mais significativos do século XX, uma vez que colocou em xeque a ordem socioeconômica capitalista. Sobre o desencadeamento do processo revolucionário, é correto afirmar que:

- a) os mencheviques tiveram um papel fundamental no processo revolucionário por defenderem a implantação da ditadura do proletariado.
- b) os bolcheviques representavam a ala mais conservadora dos socialistas, sendo derrotados, pelos mencheviques, nas jornadas de outubro.
- c) foi realimentado pela participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, o que desencadeou uma série de greves e revoltas populares em razão da crise de abastecimento de alimentos.
- d) foi liderada por Stalin, a partir de outubro, que estabeleceu a tese da necessidade da revolução em um só país, em oposição a Trotski, líder do exército vermelho.
- e) o Partido Comunista conseguiu superar os conflitos que existiam no seu interior quando estabeleceu a Nova Política Econômica que representava os interesses dos setores mais conservadores.

05. Há controvérsias entre historiadores sobre o caráter das duas grandes revoluções do mundo contemporâneo, a Francesa de 1789 e a Russa de 1917; no entanto, existe consenso sobre o fato de que ambas:

a) fracassaram, uma vez que, depois de Napoleão, a França voltou ao feudalismo com os Bourbons e a União Soviética, depois de Gorbatchev, ao capitalismo.

b) geraram resultados diferentes das intenções revolucionárias, pois tanto a burguesia francesa quanto a russa eram contrárias a todo tipo de governo autoritário.

c) puseram em prática os ideais que as inspiraram, de liberdade e igualdade e de abolição das classes e do Estado.

d) efetivaram mudanças profundas que resultaram na superação do capitalismo na França e do feudalismo na Rússia.

e) foram marcos políticos e ideológicos, inspirando, a primeira, as revoluções até 1917, e a segunda, os movimentos socialistas até a década de 1970.

06. Considerando-se a Revolução Russa de 1917, que derrubou o regime czarista e pretendeu instalar o socialismo naquele país, é possível afirmar que:

- a) a vitória da Rússia na Primeira Guerra Mundial favoreceu a concentração de poder pelo Czar
- b) a política imperialista do Czar levou a Rússia à guerra com a China pela posse da Manchúria
- c) na sua primeira fase, caracterizou-se como uma revolução liberal que separou Estado e Igreja e criou eleições por sufrágio universal
- d) em 1917, constituiu-se o Conselho dos Comissários do Povo, presidido pelo Czar, para resistir à Revolução
- e) Lênin, exilado na Finlândia ficou excluído do processo revolucionário

07. No final de 1921, com o término da guerra civil e a retirada das forças estrangeiras, o Partido Comunista, visando reconstruir a economia do país, decidiu adotar a NEP (Nova Política Econômica). Tal programa de desenvolvimento econômico, com relativa liberalização, adotado pelo governo da União Soviética, permaneceu em vigor até 1928, sendo caracterizado, exceto:

- a) pelas graves divergências político-ideológicas geradas a nível das lideranças do próprio partido, radicalizando as posições
- b) pela privatizações de empresas com menos de vinte trabalhadores e pela autorização aos pequenos artesãos de vender os seus produtos
- c) pela abertura da economia aos investimentos estrangeiros e pelo restabelecimento das relações econômicas com a Inglaterra e a Alemanha
- d) pelo desenvolvimento de segmentos sociais enriquecidos, com os KULAKS (camponeses ricos) e os NEPMEM (comerciantes intermediários)
- e) pela criação da Gosplan, órgão estatal responsável pela elaboração de planos de produção rigorosos e de objetivos precisos para todos os setores econômicos

08.(UFRJ) “Cidadãos do Estado russo: um grande acontecimento se produziu. Graças ao poderoso impulso do povo russo, o Antigo Regime foi derrotado (...). O governo fará todo o necessário para abastecer o exército de tudo que precise para continuar a guerra até seu final vitorioso (...)”.

(Declaração do Governo Provisório, março de 1917)

“O governo provisório caiu (...). O poder soviético proporá uma paz democrática a todas as nações (...)”

(Proclamação da queda do Governo provisório, out.1917)

O movimento de oposição ao regime czarista na Rússia teve seu início no final do século XIX. No entanto, foi durante a 1ª Guerra Mundial que a luta pela queda do regime ganhou maior números de adeptos. Isolado e enfraquecido, política e materialmente, tal regime não resistiu e, em fevereiro de 1917, constituiu-se um governo revolucionário provisório. No ano de 1917, dois acontecimentos marcaram os rumos da 1ª Guerra Mundial: a saída da Rússia, após a queda do Governo provisório, e a entrada dos EUA no conflito.

- a) Cite duas razões que levaram à queda do Governo Provisório Russo em Outubro de 1917
- b) Explique um motivo da entrada dos EUA na 1ª Guerra Mundial, em 1917

09. (FUVEST) “Tinha razão o camponês que declarou no VIII Congresso dos Soviets: tudo vai bem. Mas, se a terra é para nós, o pão é para vocês, isto é, para os comissários; a água é para nós, mas o peixe é para vocês; as florestas são para nós, mas a madeira para vocês”.

(“Izvestia” de Kronstadt, 25/03/1921; Cit na Henri Arvon- A Revolta de Kronsadt)

Qual a política implementada posteriormente por Stálin em relação ao campesinato?

10.(UNICAMP-SP) Em 1924, após a morte de Lênin, dois dos mais destacados dirigentes do Partido Bolchevique se opuseram. Stálin venceu essa disputa e, a partir de então, a figura de Trotsky foi sendo progressivamente retirada dos documentos soviéticos.

- a) Explique a divergência entre Trotsky e Stálin
- b) Explique porque o stalinismo precisou varrer a imagem de Trotsky da História soviética

11. Com processo de desagregação da União Soviética e a crise nos países do Leste Europeu, a discussão sobre o socialismo passou a ter um grande destaque no momento.

Explique o surgimento da economia socialista, caracterizando:

- a) a “Nova Política Econômica” implantada por Lênin
- b) a adoção dos Planos quinquenais e da coletivização das terras

08. a) Enfraquecimento dos mencheviques, manutenção da Rússia na guerra, descontentamento da população com a manutenção da crise econômica.

b) Desejo de maiores lucros, bombardeio de navios estadunidenses pelos submarinos alemães.

09. Stálin incentivou a criação das fazendas coletivas, diminuindo o descontentamento do povo. **10.** Trotsky defendida o socialismo em expansão: “Revolução Permanente”, enquanto Stálin acreditava que o socialismo deveria ser primeiro consolidado no estado russo, “Socialismo em um só país”. **11. a)** A NEP foi o plano econômico proposto por Lênin com o objetivo de aquecer a economia russa. Permitindo a implantação de empresas privadas de pequeno e médio porte e mantendo sob o controle do Estado as empresas de grande porte como indústria bélica e indústria de base.

GABARITO:

01.C 02.D 03.E 04.C 05.E 06. D 07.A

precisavam cada vez mais de roupas, alimentos, armas e dinheiro. Os EUA eram o único país em condições de atender a demanda europeia, e como a princípio não participava do conflito podia comercializar com ambos os lados.

Desta forma, e “neutros politicamente”, enriqueceram muito se tornando o grande credor da Europa. Até aproximadamente 1914, havia grandes investimentos europeus (principalmente Inglaterra e França) nos EUA, e com a guerra as relações econômicas com a Europa mudaram de fluxo. No final da guerra os Estados Unidos eram a maior potência econômica do globo.

Os anos 20 foram marcados por uma explosão de crescimento interno, a produção crescia a uma velocidade considerável, alcançando diversos setores e desenvolvendo novas tecnologias como por exemplo o **rádio**, que em 10 anos passou de raridade a elemento obrigatório principalmente nos lares americanos, onde os anunciantes começam uma disputa pela preferência e atenção dos ouvintes.

A CRISE DE 1929

INTRODUÇÃO:

O período entre guerras (1919-1939) foi marcado pela mais contundente crise do capitalismo desde seu surgimento: A Crise de 1929, uma crise de **superprodução** acompanhada de um **subconsumo**, iniciado nos Estados Unidos e que em maior ou menor grau, atingiu todos os países do mundo capitalista.

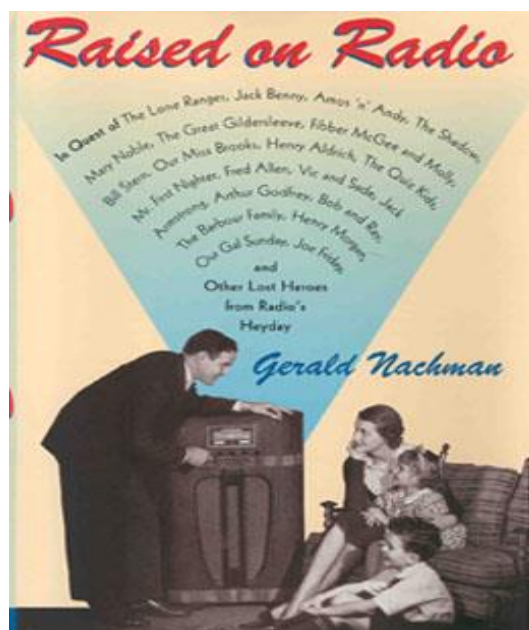
O CRESCIMENTO AMERICANO:

No governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), os Estados Unidos tornam-se efetivamente uma potência mundial e entrou efetivamente na disputa imperialista.

A produção norte americana deu um salto gigantesco em vários setores, destacando-se a indústria bélica, de material de campanha, de alimentos e mesmo de setores destinados ao consumo interno, uma vez que o potencial de consumo no país aumentou com a elevação do nível de emprego; ou ainda para a exportação, principalmente para a América Latina, tomando o lugar que tradicionalmente coube à Inglaterra, e para os demais países da Europa durante a Primeira Guerra Mundial.

OS EUA E A GUERRA MUNDIAL:

Com a Primeira Guerra Mundial, o papel dos EUA no cenário internacional alterou-se. A guerra fora planejada para poucos meses, porém sua longa duração e o envolvimento de diversos países com a política de alianças, gerou o problema de abastecimento, pois os países beligerantes



No plano industrial, há um aumento da produção devido ao incremento de novas formas de energia como a eletrificação, uso do petróleo e derivados. Isso acarretou um efeito de barateamento no custo da produção de aço e crescimento da produção automobilística.

A expansão do crédito incrementava a venda dos produtos, aquecendo a economia. Formaram-se grandes impérios industriais e comerciais nos EUA. Ao final da década de 20 por exemplo, um em cada 5 americanos tinha um automóvel o que encurtou as distâncias e facilitou o deslocamento de mercadorias por todo o país.

O sucesso econômico produziu também o nascimento da indústria do entretenimento, com destaque para o **cinema**, maior instrumento para a difusão do “american way of life” ou **modo de vida americano**, através de Hollywood esse padrão foi exibido para o mundo inteiro, passando a ser invejado, desejado e consumido.



A agricultura também se beneficiou, com um surto de prosperidade acompanhando o crescimento das áreas de eletrificação rural e a emergente mecanização do campo.

A CRISE DE SUPERPRODUÇÃO:

Durante a guerra, a grande demanda do mercado externo garantia o total escoamento da produção americana. Como fornecedor único, houve uma supervalorização dos produtos nos EUA, enriquecendo a sociedade americana. Quando a guerra acabou e quando os países europeus voltaram a produzir, adotaram também medidas protecionistas que garantissem a competição interna. Com isso o produto americano, visto

como caro, não podia mais concorrer com os europeus.

Isso mostra o caráter contraditório do capitalismo, já que o enriquecimento ocorre através da produção e exploração do trabalho gerando o lucro. Mas a mesma produção geradora de lucro ou riqueza, quando demasiada e não acompanhada de consumo pode significar uma queda na lucratividade quando o fluxo de consumo decresce, e foi exatamente isso que aconteceu.

Com os preços baixos os cortes nos custos da produção, tornam-se necessários a demissão maciça de empregados como primeira medida. Ocorre que, com mais desempregados, diminuía o consumo e os preços eram forçados a baixar novamente; cortavam-se mais custos; mais demissões; redução dos preços novamente...

Diante desta situação, os grandes empresários passaram a especular na Bolsa de Valores, atribuindo as suas ações preços irrealistas, muito mais altos. Os investidores passaram a desconfiar e a partir de setembro de 1929, colocaram simultaneamente seus títulos a venda e a bolsa entrou em declínio, mas era o primeiro passo para o colapso.



Wall Street – Símbolo personificado do Capitalismo

No dia 24 de outubro de 1929, a bolsa quebrou e o dia ficou lembrado como a **quinta-feira negra**. Milhões de ações não encontraram compradores e as cotações baixaram vertiginosamente, causando falência nos bancos, empresas, indústrias e comércio. Milhares de funcionários foram demitidos e o mercado entrou em uma retração profunda.

Não só os EUA sofreram com a quebra da bolsa, mas também a Europa que viu os créditos estrangeiros evaporarem, e a

América Latina cujos países não tinham como repassar na mesma proporção suas matérias primas.



A pobreza e o desemprego pós 1929

O NEW DEAL:

A não intervenção do Estado e o estrago causado pelos empresários americanos, foram os fatores fulminantes nos princípios liberais predominantes até então (Liberalismo Econômico Clássico). O custo foi enorme, além da quebradeira geral das empresas e indústrias, o número de desempregados em 1933 chegava a casa dos 15 milhões, apenas nos EUA. A Alemanha por exemplo tinha índices próximos aos 6 milhões. Apenas a URSS que vivia isolada através da política de “cordão sanitário” imposta pelos capitalistas, escapou da crise.

Em 1832 foi eleito para presidente dos EUA Franklin Roosevelt, que anunciou um conjunto de profundas mudanças na economia e sociedade americana. O ponto crucial e que mudaria a política econômica a partir de então, seria a intervenção estatal para salvaguardar o modelo capitalista: estas séries de medidas receberam o nome de **New Deal**.

O plano estimulava investimentos a partir do Estado na economia, através de investimentos na infraestrutura do país: construção de estradas; barragens; auditórios; aeroportos; portos e habitações populares. O aumento de investimentos nos setores produtivos reduziria o contingente de

desempregados e recuperaria se poder de compra.

O governo ainda remunerou agricultores para que não plantassem mais, reduzindo a oferta dos produtos agrícolas limitando a produção. Estabeleceu ainda medidas de proteção social como: seguro desemprego, salário mínimo e aposentadoria.

Apesar dos avanços do New Deal, críticos da intervenção do Estado na economia, setores mais conservadores limitaram a quantidade de capitais investidos nas ações do governo. Desta forma os efeitos da grande depressão de 30, apesar de minorados com o New Deal, só foram totalmente superados com o início da Segunda Guerra Mundial.

EXERCICIOS ENEM/UFJF

01. UFV-MG

O *crash* da Bolsa de Nova York em 1929 afetou a economia mundial. Os Estados Unidos sob o comando do Presidente Franklin Delano Roosevelt, adotaram o *New Deal* como saída para a crise que o país atravessava.

São características do *New Deal*:

- I. a intervenção deliberada do Estado na economia, contrapondo-se à tradição liberal americana.
- II. a criação de um amplo plano de obras públicas, como barragens e auto-estradas, para gerar novos empregos.
- III. o incentivo ao aumento da produção para alimentar a população desempregada.
- IV. a criação de fundo monetário destinado a financiar os países europeus em crise.
- V. a criação de medidas visando o equilíbrio entre o custo da produção e o valor final das mercadorias.

Das alternativas a seguir, assinale aquela que apresenta apenas as características corretas.

- a) I, II e V d) II, III e IV
- b) I, III e IV e) II, III, V
- c) I, IV e V

02. PUC-RJ

A Grande Depressão, iniciada em 1929 com a crise da Bolsa de Nova York, foi, possivelmente, o acontecimento do século XX cujas repercussões se fizeram sentir sobre um maior número de homens e mulheres em todo o planeta.

a) Explique por que os efeitos da Grande Depressão afetaram mais a economia da Alemanha do que a economia da União Soviética.

b) Roosevelt, ao assumir a presidência em 1933, deu início à implementação do *New Deal*, um conjunto de medidas que visava a combater os efeitos recessivos da Grande Depressão sobre a economia norte-americana. Indique 1 (uma) dessas medidas.

05. Vunesp

Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência (...) dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos.

J. M. Keynes. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 1936.

O ponto de vista de Keynes opõe-se a uma teoria econômica que predominou na política governamental dos Estados Unidos da América nos anos imediatamente anteriores à Crise de 1929. Baseando-se nestas informações, responda.

a) A que teoria econômica Keynes se opunha?

b) Exemplifique com duas medidas implementadas pelo *New Deal*, o esforço do governo Roosevelt para superar os efeitos sociais da crise econômica de 1929.

04. PUCCamp-SP

No pós-guerra, a situação de miséria e a crise de 1929 provocaram o descrédito da população no capitalismo liberal e, simultaneamente, criaram condições favoráveis para a expansão das ideias socialistas. Com isso, na Itália e na Alemanha:

a) as burguesias industriais e financeiras apoiaram os regimes nazifascistas, temerosas com o avanço das ideias socialistas.

b) surgiram os movimentos operários de caráter reformista, conduzidos habilmente pela maioria socialista aliada ao Estado.

c) os partidos políticos mais expressivos associaram-se com o intuito de restaurar a credibilidade do Estado.

d) houve um amplo pacto social com o objetivo de estabilizar a vida econômica e política desses países.

e) houve o agravamento das tensões sociais, e a ditadura foi a opção de consenso para que se restabelecessem a ordem e a justiça.

05. UFU-MG

Em 1929, o mundo capitalista passou pela maior crise que o sistema já conheceu. Para fazer frente a ela, os países tentaram políticas de recuperação, entre as quais se destacou o *New Deal*, nos EUA. São medidas do programa econômico-social do *New Deal*, **exceto**:

a) a diminuição da produção agrícola, com os agricultores recebendo para não plantar.

b) a realização de obras públicas para ocupar a mão-de-obra desempregada.

c) o enfraquecimento do liberalismo econômico, substituído por uma vigorosa intervenção do Estado na economia.

d) a diminuição dos salários e o aumento da jornada de trabalho visando a superar a crise em busca de maior produção.

e) a liberação de créditos aos bancos e às empresas, procurando evitar novas falências.

06. Cesgranrio-RJ

Sobre a crise que se instalou na economia e na sociedade norte-americanas, após a quebra da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, são corretas as afirmações a seguir, com **exceção** de uma.

a) Agravamento das tensões sociais, em face do grande número de desempregados nos centros urbanos e nas áreas rurais, pois a crise atingiu a todos os setores da economia: comércio, finanças, agricultura e indústria.

b) A realização de reforma agrária que limitou a extensão da propriedade, assegurando-se, então, a distribuição de parcelas entre as famílias desempregadas.

c) O agravamento das dificuldades no período de 1929/32, revelando a insuficiência das medidas adotadas pelo governo Hoover (republicano), criou condições para a vitória do candidato do Partido Democrata (F. D. Roosevelt).

d) A adoção da política do *New Deal*, que sofreu críticas de alguns segmentos da sociedade, desconfiados com a forma como foi enfrentada a questão social, quer pela garantia de assistência governamental aos desempregados, quer pelo apoio do governo federal aos sindicatos.

e) A adoção do *New Deal*, ampliando a esfera de participação do Estado nos assuntos econômicos, permitiu que a sociedade norte-americana se recuperasse sem prejuízo do regime capitalista e da democracia.

07. ESPM-SP

Para enfrentar os efeitos da crise de 1929, Franklin Roosevelt, eleito presidente dos Estados Unidos, em 1932, colocou em ação um plano sobre o qual é correto afirmar:

a) Foi chamado *New Deal*, plano elaborado por um grupo de renomados economistas e inspirado nas idéias de John Maynard Keynes que recomendava reduzir as taxas de juros e criar um extenso programa de obras públicas.

b) Foi o chamado Plano Dawes e recomendava o repatriamento de capitais investidos na Europa, além da cobrança da dívida de guerra que os alemães deviam desde a Primeira Guerra Mundial.

c) Foi o chamado Plano Hoover que propunha a radicalização do liberalismo com direcionamento de recursos públicos para incentivar o empreendedorismo privado.

d) Foi o chamado Plano Marshall que decidiu direcionar investimentos para a Europa, encontrando na ajuda aos europeus o caminho para revitalizar a economia dos Estados Unidos.

e) Foi o chamado Plano Brady que orientou o processo de recuperação da economia dos Estados Unidos partindo para investimentos na América Latina, especialmente no México, em Cuba e no Panamá.

08. Mackenzie-SP As causas da crise de 1929 foram:

a) aumento das taxas de juros, explosão de consumo, quebra da produção agrícola e nacionalização de empresas.

b) consolidação do nazi-fascismo, aumento do consumo, valorização do mercado financeiro e aumento das exportações.

c) *Crack* da Bolsa de Nova York, aumento dos preços do petróleo, redução dos salários.

d) intervenção do Estado na economia, contradição entre capacidade de consumo e produção e concorrência com produtos asiáticos.

No Brasil a sociedade tinha na Revolução de 1930 uma expectativa de mudanças qualitativas.

OS EFEITOS DA DEPRESSÃO NO BRASIL:

O final dos anos 20 foi marcado por uma crise da agricultura de exportação que já prenunciava as dificuldades que a economia brasileira enfrentaria na década seguinte. Nos anos 30, proprietários de terras em quase todo o país se arruinaram e a oligarquia cafeicultora sofreria um grande enfraquecimento político.

As empresas internacionais passaram a recolher para suas matrizes os investimentos feitos no exterior, reduzindo as já precárias reservas monetárias dos países dependentes onde estavam instaladas.

A política de valorização do café que se baseava em empréstimos subsidiados no exterior, estava comprometida. Paralelamente caíam os preços dos produtos primários no mercado internacional, prejudicando não só os cafeicultores, mas também os produtores de outros gêneros agrícolas de exportação, como açúcar, cacau e algodão.

O GOVERNO PROVISÓRIO:

Às 3 horas da tarde de 3 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, (que vestiu farda militar pela primeira vez na vida, por sugestão de seus assessores, para incutir no povo a "aura revolucionária"), encerrando a chamada República Velha.

Getúlio tornou-se Chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio governava por decretos. Getúlio nomeou **interventores** para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria **Tenentes** que participaram da Revolução de 1930.

A vitória de Vargas e da Revolução de 30 significava um rearranjo de forças políticas no Brasil. Várias forças haviam participado do movimento, como militares, oligarquias dissidentes, membros da classe média e até mesmo membros de parte da oligarquia cafeeira (mineiros que perderam a vez na

ERA VARGAS: DO GOVERNO PROVISÓRIO À ARTICULAÇÃO DO GOLPE DE 1937

INTRODUÇÃO:

Durante a década de 1930, espalhou-se pelo mundo uma grande depressão econômica, fruto de uma crise do sistema capitalista. Neste caso deveu-se a um grande crescimento do nível de produção que não foi acompanhado pelo consumo e poder aquisitivo: SUPERPRODUÇÃO x SUBCONSUMO.

A crise capitalista que marcou o período entre as duas grandes guerras mundiais teve efeitos muito mais amplos do que as crises cíclicas anteriores, culminando na Grande Depressão da década de 1930. Essa crise atingiu o mundo de uma forma tão violenta, que provocou um desacerto geral do sistema capitalista: incorporaram ao contingente de desempregados mais de 40 milhões de pessoas, levando ao caos a economia de dezenas de países.

sucessão presidencial). Vargas surge fortalecido com o papel de mediador político e árbitro entre disputa de interesses destes vários grupos.

No início de seu governo, com a centralização do poder, Vargas iniciou a luta contra o regionalismo. A administração do país tinha que ser única e não ser dividida pelos proprietários rurais como ocorria na República Velha. Muitas medidas que tomou no plano econômico financeiro não resultaram de novas circunstâncias, mas das circunstâncias impostas pela crise mundial.

O Governo Provisório mostrou-se preocupado com a crise do café, pois este continuava sendo o produto responsável pela maior parte de nossas divisas. Em fevereiro de 1931 reiniciava-se a política de valorização do café: o governo federal comprou grandes quantidades de sacas e criou o Conselho Nacional do Café (depois Departamento Nacional do Café) com o objetivo de regularizar e proteger a economia cafeeira. No entanto, a oligarquia cafeeira já não teria os mesmos privilégios, tendo de arcar com uma parcela maior de prejuízos.

Os proprietários do café estavam obrigados a entregar ao Estado uma cota de 20% da produção a preços simbólicos, pagar tributos para novos plantios, além de um imposto por saca de café exportada. Mesmo assim, para diminuir os gastos da estocagem e tentar elevar o preço no mercado internacional, o Estado teve de queimar muitas sacas entre 1931 a 1944.

Mesmo, com a crise mundial, conhecida como “crash de 1929”, houve uma intensa aceleração do desenvolvimento industrial. Entre 1929 e 1939, a indústria cresceu 125%, enquanto na agricultura o crescimento não ultrapassou 20%. Esse desenvolvimento deu-se por causa da diminuição das importações e da oferta de capitais, que trocaram a lavoura tradicional em crise, pela indústria. Mas, foi a participação do Estado, com tarifas protecionistas e investimentos, que mais influenciou nesse crescimento industrial.

A partir de 1930, a sociedade brasileira viveu importantes mudanças.

Acelerou-se o processo de **urbanização** e a burguesia começa a participar cada vez mais na vida política. Com o progresso da **industrialização**, a **classe operária** cresceu muito. Vargas, com uma política de governo dirigida aos trabalhadores urbanos, tentou atrair o apoio dessa classe que era fundamental para a economia, pois tinha em mãos o novo motor do Brasil: a indústria.

A criação do **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, em 1930, resultaram numa série de leis trabalhistas. Parte delas visava ampliar os direitos e garantias do trabalhador: lei de férias, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

Todo esse processo de desenvolvimento, no Brasil, foi acompanhado por uma verdadeira revolução cultural e educacional que acabou garantindo o sucesso de Vargas na sua tentativa de transformar a sociedade.

Em 1920, reformas promovidas separadamente já buscavam a renovação pedagógica. A partir de 1930, medidas para a criação de um **sistema educativo público** foram controladas oficialmente pelo governo. Esta vontade de centralizar a formação e de torná-la acessível aos mais pobres ficou clara com a criação do **Ministério da Educação e Saúde** em novembro de 1930. Com a difusão da instrução básica, Vargas acreditava poder formar um povo mais consciente e mais apto às exigências democráticas, como o voto, e uma elite de futuros políticos, pensadores e técnicos.

Em 1931, o governo decretou a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Esta aproximação entre Estado e Igreja também foi marcada pela inauguração, a 12 de outubro de 1931, da estátua do Cristo Redentor no Corcovado. O historiador Boris Fausto afirmou que a Igreja, em troca, “levou a massa da população católica a apoiar o novo governo”. Em relação ao ensino superior, o governo procurou estabelecer as bases do sistema universitário, investindo nas áreas de ensino e pesquisa.

Além de haver um desenvolvimento educacional, houve uma verdadeira revolução cultural em relação à República Velha. O

modernismo, tão criticado antes de 1930, tornou-se o movimento artístico principal a partir do golpe de Vargas. A Academia de Letras, tão admirada antes, não tinha mais nenhum prestígio. A cultura predominante era a popular que, com o rádio, desenvolveu-se por todo o Brasil. Nos anos 30 e 40, por exemplo, o samba e a marcha, antes praticamente confinados aos morros e subúrbios do Rio, conquistaram o país e todas as classes

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932:

A oligarquia paulista não aceitou sua marginalização e, tentando retomar o poder, aproveitou-se do descontentamento da população diante das dificuldades econômicas para insurgir-se contra o centralismo preconizado pelos Tenentistas. O Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista se uniram sob as palavras de ordem: “interventor civil e paulista”, exigindo também uma nova Constituição para o país.

O governo central cedeu à primeira reivindicação, nomeando Pedro de Toledo como interventor. Em seguida, apesar da oposição Tenentista, Getúlio mandou publicar o novo código eleitoral e o anteprojeto da Constituição. Porém as manifestações continuavam, e a reação contra um grupo de estudantes culminou na morte de quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, os estudantes mortos, tiveram as iniciais de seus nomes transformadas na sigla do movimento paulista: MMDC.



Cartazes chamam voluntários para se alistarem

Em 09 de julho de 1932 em SP iniciou-se a luta armada, e contou inicialmente com o

apoio de rebeldes mineiros, apoio que acabou não se concretizando.

Não possuindo estrutura bélico-militar necessária, e acusado de estar realizando um movimento separatista, SP teve de render-se às forças federais depois de três meses de guerra civil.

Embora denominada Revolução Constitucionalista de 1932 tivesse sido um fracasso do ponto de vista militar, no campo político seus reflexos foram positivos: em 1933, Vargas promoveu eleições para a Assembleia Constituinte e em novembro do mesmo ano tiveram início os trabalhos dos constituintes eleitos, os quais resultariam na promulgação de uma nova Constituição.

A CONSTITUIÇÃO DE 1934:

Inspirada na constituição alemã de Weimar preserva o liberalismo e o presidencialismo e mantinha a independência dos três poderes, além de fixar em caráter excepcional a eleição do primeiro presidente por voto indireto da Assembleia. Getúlio Vargas foi confirmado na presidência derrotando seu opositor Borges de Medeiros.

O Poder Executivo passava a ter direito de realizar intervenções nas áreas políticas e econômicas, assim como os ministérios deveriam adotar uma acessória técnica. O Poder Legislativo passava a ser eleito proporcionalmente ao número de habitantes por cada estado, evitando assim que os mais populosos tivessem grandes representações.

O voto secreto e também o feminino foi uma das conquistas formalizada nessa Constituição, bem como a instituição do mandado de segurança, importante instrumento jurídico de garantia dos direitos do cidadão perante o Estado.

Outra novidade inserida na nova Constituição foi a eleição, como parlamentares, de representantes dos sindicatos, dos empresários e dos empregados. Mas a grande diferença foi a incorporação de uma legislação específica referente aos trabalhadores.

Em 1930 já havia sido criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1934, o texto constitucional proibiu diferenças salariais por discriminação de sexo, idade, nacionalidade e estado civil, ficando

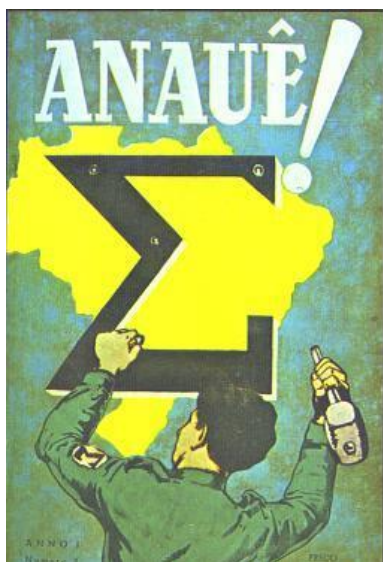
estabelecidos também os salários mínimos regionais, a jornada de trabalho de 8 horas, o descanso semanal, as férias anuais e remuneradas, a indenização do trabalhador em caso de demissão sem justa causa, a regulamentação das profissões, a proibição do trabalho para menores de 14 anos e a proibição do trabalho noturno a menores de 16 anos.

Essas conquistas foram resultados da imensa movimentação dos trabalhadores em defesa de seus interesses. A elite dominante, concedendo algumas das reivindicações, procurava frear a organização do proletariado com uma ideologia própria. A legislação por seu lado buscava submeter os trabalhadores a direção direta e tutela do Estado, como aconteceram, por exemplo, com a vinculação direta dos sindicatos ao Ministério do Trabalho.

Essa Constituição apresentava grandes avanços, sociais e políticos, ao mesmo tempo em que não questionava pontos essenciais da sociedade brasileira como a estrutura agrária ou a distribuição de renda.

O Movimento Tenentista foi gradualmente superado, pois suas antigas propostas são esvaziadas através das conquistas da nova Constituição, os vários "Tenentes" vão aderindo às novas ideologias que se difundem no país neste período.

AIB x ANL:



A saudação "anauê", adotada pelos integralistas Brasileiros, de provável origem tupi, significando "você é meu irmão".

A crise econômica estendeu-se por toda a década de 1930, aumentando o desemprego e diminuindo os salários. As lutas políticas internacionais também se refletiam no Brasil. Na Europa difundiam-se o nazismo e o fascismo, que se opunham ao modelo socialista, implantado na União Soviética em 1917. Tanto o nazismo quanto o fascismo conseguiram se impor em alguns países europeus nas décadas de 1920 e 1930.

O anticomunismo foi a fórmula encontrada pela alta burguesia de grande número de países europeus para superar a crise econômica da época, passando a ser perseguidos comunistas, socialistas e liberais.

A onda nazifascista chegou ao Brasil em 1932, com a formação na Ação Integralista Brasileira, movimento de extrema direita (Estado ditatorial, ultranacionalista e anticomunista) liderado por Plínio Salgado. Sob o lema "Deus, pátria e família", seu objetivo era um estado corporativo e antidemocrático. Da Ação Integralista faziam parte bandos armados, denominados camisas verdes, que promoviam pancadarias e perseguições aos cidadãos acusados de comunistas.

No Brasil, a propagação do integralismo, o agravamento das condições de vida dos assalariados e o autoritarismo governamental provocaram a união de vários setores. Em março de 1935, a ala reformista e esquerdista dos Tenentes, camadas liberais, socialistas, comunistas e líderes sindicais de diversas tendências progressistas criaram uma frente popular chamada Aliança Nacional Libertadora.

Foi eleito para presidi-la o Cap. Herculano Cascardo, líder ativo da rebelião Tenentista de 1924, em SP. Luís Carlos Prestes, líder da coluna que aderiu ao Partido Comunista Brasileiro, foi eleito seu presidente de honra. Era o primeiro movimento de massa nacional com intenções democráticas, anti-imperialistas e reformistas, que congregava várias oposições a Vargas.

Reivindicações:

* Suspensão do pagamento da dívida externa;

- * Nacionalização das empresas estrangeiras;
- * Realização da reforma agrária, acompanhada de incentivos aos pequenos e médios proprietários;
- * Formação de um governo popular

A adesão popular superou as expectativas: nos dois primeiros meses, cerca de 50 mil pessoas se filiaram à Aliança Nacional Libertadora, apenas no RJ. Ergueram-se por todo o país aproximadamente 1600 núcleos, contingente capaz de ameaçar os interesses das oligarquias e do capital estrangeiro. A reação contra esta frente popular foi rápida. Em abril aprovou-se uma lei de segurança nacional com o objetivo bastante claro: frear o crescimento da ANL.

Não adiantaram os protestos do Clube Militar, da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos, pois a lei entrou em vigor apoiada pelos setores mais conservadores da sociedade. Em junho, o governo decretou o fechamento dos núcleos da ANL, que aquela altura, já contava com quase 400 mil filiados. A ação foi acompanhada de severa repressão aos membros simpatizantes da ANL.

Diante da extinção da ANL, sua facção de esquerda, na qual predominavam comunistas, preparou um golpe com características de uma insurreição, sob o comando de Luis Carlos Prestes. A tentativa golpista teve início em Natal (Rio Grande do Norte), onde os revoltosos conseguiram controlar o poder por quatro dias.

Levantaram-se em seguida em Recife e Olinda, após no Rio de Janeiro então Capital Federal, onde os rebeldes resistiram na Escola de Aviação e no II Regimento de Infantaria.

Acabaram sendo bombardeados ininterruptamente, até a rendição. Esse episódio passou a ser conhecido como Intentona Comunista. Na verdade, a Intentona Comunista deu a Vargas a "justificativa" para silenciar a oposição e amadurecer a ideia de um possível Golpe de Estado e a necessidade de fortalecer sua posição no poder.

A CAMPANHA SUCESSÓRIA:

Em meados de 1936, as forças oposicionistas mais contestadoras já estavam enfraquecidas pela intensa perseguição. Nestas condições, as divergências no bloco dominante se acentuavam, o que se expressou nos preparativos das eleições de 1938.

A primeira candidatura foi a de Armando Sales Oliveira, fonte de esperança de alguns setores paulistas de retomar o poder. Sales Oliveira contava com o apoio do Partido Constitucionalista continuador do Partido Democrático, do Partido Republicano Mineiro (apoiado pelo governador gaúcho Flores da Cunha) e de facções de oligarquia de outros estados.

Poucas semanas depois surgia à candidatura de José Américo de Almeida, ex-ministro da aviação. Recebia o apoio Partido Republicano Rio-Grandense; do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, do Partido Republicano Paulista, do governo de Minas e da maioria das oligarquias nordestinas. Seu programa só diferia do outro candidato em alguns traços nacionalistas, o que lhe valeu a simpatia dos remanescentes do Tenentismo.

Havia ainda um terceiro candidato lançado pela Ação Integralista, Plínio Salgado.

Getúlio Vargas apoiou outro candidato paulista, Macedo Soares, ex-presidente da Associação Comercial, numa clara tentativa de abalar as pretensões de Armando Sales Oliveira. Percebendo a intenção divisória, a oligarquia paulista rejeitou a candidatura de Macedo Soares. A partir de então Getúlio mostrou-se favorável a José Américo, embora seu objetivo fosse o continuísmo. Isto é, Vargas optava, na verdade, por continuar ele mesmo no poder.

Para qualquer movimento golpista Vargas necessitava do apoio dos setores Militares. Embora se esforçasse desde 1930, Getúlio não conseguira impor-se às Forças Armadas, tendo somente conquistado a neutralidade dos oficiais mais graduados e o afastamento dos Tenentes de esquerda. O Exército não estava ainda "Getulizado", ao contrário do que acontecia no Congresso Nacional e com a maioria dos estados sob sua intervenção.

Vargas conseguiu apoio entre dois Generais: Góes Monteiro e Eurico Gaspar

Dutra, que pelo uso de manobras, promoveram expurgos nas Forças Armadas, montando o esquema necessário para o golpe continuísta. Paralelamente, Getúlio realizou uma nova política de intervenção nos estados durante o primeiro semestre de 1937, eliminando assim as oposições remanescentes.

O ESTADO NOVO

INTRODUÇÃO:

A partir de 1937, o Brasil vive o Estado Novo, um regime autoritário com características do fascismo europeu. A censura aos órgãos de imprensa e a propaganda política são alguns dos instrumentos que o Estado Novo usa para cultivar a imagem de seu líder, o presidente Getúlio Vargas.

A conspiração continuísta de Getúlio e Góes Monteiro foi instaurada a parecer justificável. Forjou-se uma situação de pânico (Medo) entre os setores dominantes para que estes visassem no golpe um movimento de “salvação nacional”.

Algum tempo depois, descobriu-se que o Plano Cohen, forjado por um militar, Olímpio Mourão Filho, era apenas uma estratégia de treinamento de militares que astutamente fora utilizado para gerar um clima necessário para o golpe. Entrava-se assim na fase do Estado Novo, também denominado Nova Ordem ou Estado Nacional, nomes que pretendiam mascarar seu caráter antidemocrático.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL:

Após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), começaram a se fortalecer na Europa as tendências políticas contrárias aos ideais burgueses nascidos no século XVIII: o liberalismo e a democracia. A ideologia burguesa passou a ser criticada tanto pela direita (fascismo e nazismo) como pela esquerda (marxismo).

A primeira crítica não era revolucionária e buscava, através de um **regime ultranacionalista, belicoso e**

ditatorial, uma saída para a crise do capitalismo, sem, contudo o destruir. A segunda, revolucionária, preconizava a **superação do capitalismo**, com a tomada do poder pela classe operária e a transformação da sociedade. Em outras palavras, o fim da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado.

Essas duas tendências políticas (ultrarreacionária e revolucionária) estavam em luta acirrada durante o período entre guerras e refletiram-se no Brasil com a formação da **Ação Integralista Brasileira** (tendência fascista) e da **Aliança Nacional Libertadora** (tendência esquerdista).

Esses dois partidos eram bem diferentes daqueles até então existentes, pois tinham um programa político bem delineado e haviam superado os antagonismos regionais, substituindo-os pelos antagonismos de classes. Portanto, já não eram agrupamentos políticos de defesa de um estado ou outro, de uma região ou outra. Ao contrário, defendiam claramente os pontos de vista de uma classe, independentemente da área geográfica.

A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NOVO:

Em 1937, após um golpe continuativo, Getúlio Vargas suprimiu a Constituição de 1934 e outorgou uma Carta Constitucional com características fascistas. A partir daí, patrocinaria com habilidade diversos acordos entre as classes dominantes e manejaria a política econômica de forma a não prejudicar a maior parte dos setores dominantes.

O Estado Novo tinha características que o aproximavam ideologicamente das ditaduras europeias de Mussolini e Hitler:

- * Poder pessoal, autoritário e arbitrário do governante;
- * A organização de um Estado Totalitário;
- * Impossibilidade de atuação política do povo fora dos parâmetros estabelecidos pelo próprio Estado;

* Propaganda, censura e repressão empregadas como meio de controle político;

* Sentimentos e ideias nacionalistas exageradas;

O dia 10 de novembro de 1937 começou como qualquer outro para os brasileiros, só que mudanças ocorreram de tal maneira que o país já não era mais o mesmo: Vargas continuaria no poder, com força total. As eleições estavam suspensas, a democracia afastada, e uma nova Constituição em vigor no país.

A CONSTITUIÇÃO DE 1937:

Na mesma manhã de 10 de novembro de 1937, era apresentada ao País uma nova Constituição, procurando legitimar a ditadura getulista. Elaborada por Francisco Campos, o ideólogo do Estado Novo, essa Carta inspirava-se na Constituição autoritária polonesa; daí a denominação de “**Polaca**”, embora incorporasse elementos da Constituição da Itália fascista e da Carta Del Lavoro de Mussolini.

De acordo com ela, o presidente detinha plenos poderes, inclusive o de legislar por decreto-lei; as greves eram proibidas e a palavra escrita ou oral era passível de censura; os recursos minerais, fontes de energia e as indústrias de base eram nacionalizados.

Foi instituída a pena de morte, a critério do presidente e nos casos de ameaça à ordem política; Dissolveu todos os partidos políticos; Acabou com a liberdade de imprensa, instituindo a censura prévia, com a criação do **DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda – que só deixava notificar os fatos favoráveis ao governo e aprovado pelos censores.

A POLÍTICA E ECONOMIA:

A economia, assim como todos os setores da vida brasileira passaram a ser controlados e dirigidos pelo Presidente da República, assessorada pelos conselhos técnicos e mantendo o sistema das “**cotas de**

sacrifício”, ou seja, a queima do café para controlar os preços e regular a produção.

Por outro lado, o Estado promoveu uma **intervenção para garantir e estimular a diversificação da produção agrícola**, financiando os produtores e auxiliando na experimentação e na divulgação das técnicas mais evoluídas de cultivo.

A exemplo de seus governos provisório e constitucional, Getúlio Vargas deu sequência à política de desenvolvimento baseada **no nacionalismo econômico e no intervencionismo estatal**, procurando modernizar e integrar o Brasil ao capitalismo industrial.

O governo incentivou a plantação e a produção de algodão em São Paulo, sendo que a Alemanha e o Japão foram grandes consumidores desta produção, durante a primeira fase da 2ª Guerra Mundial. Em 1937, para estimular o mercado consumidor interno, foram abolidas taxas interestaduais, o que gerou a formação de um mercado nacional.

Uma das preocupações do Governo Vargas foi a de **estimular o desenvolvimento industrial do país**. Visando alcançar seu objetivo, o governo aumentou os impostos de importação, elevando desta forma os preços dos produtos estrangeiros, além de diminuir os impostos sobre a indústria nacional.

Em consequência desta política, as empresas nacionais aumentaram, e a essas indústrias somaram-se algumas filiais de empresas estrangeiras, ligadas à produção química, farmacêutica e frigorífica.

A proposta de Vargas era a de substituir gradativamente as importações por produtos nacionais. A grande dificuldade para concretização deste modelo de política econômica era a inexistência de **indústrias de base**.

Para suprir esta lacuna, o governo promoveu uma intervenção na economia, fundando as **empresas estatais**, para atuar nesses setores de base da economia, principalmente no campo da mineração e da siderurgia.

O governo do Estado Novo deu muita importância a indústria nacional. Para ajudar a industrialização, planejou a hidrelétrica de Paulo Afonso no rio São Francisco para fornecimento de energia, fundando ainda a **Companhia Vale do Rio Doce**, para extrair e exportar ferro e em 1943 a **Companhia Siderúrgica Nacional**, em Volta Redonda, para fornecer aço para a indústria nacional. Ainda no Estado Novo temos: **Fábrica Nacional de Motores, SENAI, SESI.**

Quem financiou a construção da Usina de Volta Redonda foi o capital norte americano, em troca do Brasil entrar na 2ª GM ao lado dos aliados (Inglaterra, França, Rússia e EUA) contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Além dos investimentos em Volta Redonda, o governo brasileiro cedeu aos EUA bases navais em Natal, Belém, Salvador e Recife, provocando desta forma a quebra da neutralidade política do Brasil, mantida até me tão no cenário internacional.

A entrada do Brasil na 2ª GM foi determinada supostamente pelo torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães em agosto de 1942, fato que levou a opinião pública a pressionar Getúlio a declarar guerra à Alemanha e a Itália dentro de mesmo mês.

TRABALHISMO E POPULISMO:

Durante o período getulista, o desenvolvimento urbano de São Paulo e Rio de Janeiro atraíram para essas cidades grande número de trabalhadores rurais que imigravam principalmente do nordeste, fugindo da miséria, da exploração e das secas, tal situação acabou gerando uma grande quantidade de mão de obra disponível nas cidades.

Com o progresso da indústria, cresceu o número de operários. Ao mesmo tempo, ampliou-se também a consciência dos trabalhadores de que era preciso lutar pelos seus direitos. Diante de tal fato, Getúlio acabou por elaborar uma política trabalhista com dupla função.

1º Conquistar simpatia e, conseqüentemente apoio;

2º **Exercer o domínio sobre eles, controlando seus sindicatos;**

Desta forma, foram criadas neste período inúmeras leis trabalhistas que asseguravam aos operários seus direitos básicos, tais como:

- **Salário mínimo;**
- **Férias remuneradas;**
- **Jornada diária não superior a oito horas;**
- **Proteção ao trabalho da mulher e do menor;**
- **Estabilidade de emprego;**



A foto acima mostra as comemorações do Dia do Trabalho, no Estádio Vasco da Gama, em 1942

Em 1943, estas leis foram reunidas e codificadas na chamada Consolidação das leis trabalhistas (CLT) que marcou a história da legislação trabalhista e as relações entre trabalhadores e patrões no Brasil.

Apoiando-se nas leis trabalhistas, Getúlio usava a propaganda para apresentar seu governo como “grande protetor” dos trabalhadores, utilizando-se do estilo populista, marca registrada de seu governo: *O pai dos pobres...* (e a mãe dos ricos).

Pregava a conciliação nacional entre trabalhadores e empresários. Colocava o governo como Juiz supremo dos conflitos entre patrões e empregados, usando para tal o Ministério do Trabalho.

De um lado o populismo de Getúlio Vargas reconhecia as necessidades e desejos dos trabalhadores e, por outro lado, fazia concessões como meio de controlar os trabalhadores e impedir revoltas mais profundas que pudessem ameaçar a estabilidade do governo.

Por tudo isso, o governo Vargas representou para a classe empresarial brasileira uma garantia da manutenção da ordem pública e de estabilidade social.

O FIM DO ESTADO NOVO:

As sucessivas vitórias aliadas na 2ª GM e o avanço dos aliados contra as tropas alemãs desenhavam o fim da guerra e a expansão de uma onda de liberalismo pelo mundo. Aproveitando-se deste momento, grupos liberais brasileiros começavam a combater o fascismo no interior do Estado Novo.

Sentindo a onda de liberdade que tomava conta do país, Getúlio Vargas procurou liderar a abertura democrática do país, estimulou e comandou a reorganização da vida partidária do país, visando sempre fortalecer a sua imagem política enfraquecida pela derrota do modelo nazi-fascista da 2ª GM.

Em fevereiro de 1945, o governo fixou prazo para a próxima eleição presidencial, além de uma série de outras medidas, tais como:

- Concedeu ampla anistia a condenados políticos;
- Soltou os comunistas que estavam na cadeia, entre eles Luis Carlos Prestes.
- Permitiu a volta de exilados políticos ao país;
- Reorganizou os partidos políticos que estavam fechados desde o golpe de 1937. Vários partidos apareceram a nível estadual, porém a nível nacional, os partidos que se constituíram foram:

UDN: (União Democrática Nacional), partido que representava grupos ligados ao capital internacional e da classe média brasileira, vinculada a um modelo consumista.

PSD: (Partido Social Democrático), partido representativo da tradicional oligarquia rural e

de setores conservadores da sociedade brasileira.

PTB: (Partido Trabalhista Brasileiro), partido liderado por Vargas e que buscava explorar as leis trabalhistas e, conseqüentemente, controlar a classe trabalhadora brasileira.

PCB: (Partido Comunista Brasileiro) cuja legalidade foi concedida, tirando-o da clandestinidade.

Foi marcada para dezembro de 1945 para eleições presidenciais, nas quais concorreriam três candidatos:

- O General Eurico Gaspar Dutra, candidato pela coligação PSD/PTB, contando com o apoio de Vargas;
- O Brigadeiro Eduardo Gomes concorrendo pela UDN;
- O Engenheiro Yedo Fiúza pelo PCB;

No entanto, durante a campanha eleitoral, começou a se desenvolver um movimento de apoio e defesa da continuidade de Vargas no poder político do país, este movimento foi chamado de QUEREMISMO.

QUEREMISMO:

Durante o desenvolvimento da campanha eleitoral, Vargas apoiava Dutra, porém estimulava através de órgãos e elementos a ele ligado, um movimento popular que pedia sua permanência no poder. Era o chamado "Queremismo", termo derivado dos gritos e manifestações populares que aclamavam: "Queremos Getúlio".

Os grandes defensores deste movimento eram os partidos: Trabalhista (PTB) e Comunista (PCB), devido à manipulação feita junto as camadas mais pobres da sociedade brasileira na época, lembrando da imagem de Getúlio como "*pai dos pobres*".

Aproveitando-se do momento de prestígio político junto ao trabalhador, Vargas decretou em junho de 1945, a Lei Antitruste, que dificultava as atividades do capital estrangeiro no Brasil. Essa lei provocou enorme reação junto a empresas e grupos ligados ao capital estrangeiro no Brasil.

Diante do crescimento do movimento queremista, grupos ligados às formas da oposição, temendo pelo continuísmo de Vargas e pela não ocorrência de eleições

presidenciais, passaram a tramar a sua derrubada ao poder.

Em outubro de 1945, tropas do exército ligadas a setores conservadores da sociedade brasileira cercaram o Palácio do Catete sede do governo, e obrigaram Vargas a renunciar. Assumiu o cargo temporariamente o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares.

Vargas foi afastado do poder e assim terminava o chamado Estado Novo, com Vargas sendo afastado do poder, não recebendo nenhuma punição política e, pelo contrário, ainda conseguindo eleger seu sucessor o General Dutra para presidência.

CONCLUSÃO:

A ditadura getulista sustentou-se em agências criadas pelo próprio Estado e na prática do controle das pressões sociais através dos sindicatos. Com relação aos órgãos oficiais, destacavam-se o DASP e o DIP.

O primeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público, assegurava o controle da máquina burocrática do Estado, supervisionando, entre outras atribuições, a ação dos interventores nos Estados, além de funcionar como um grande cabide de empregos.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, exercia o controle ideológico da Nação através da censura total aos meios de comunicação, da publicidade do governo e do controle sobre a opinião pública. Entre as ações do DIP, podem-se mencionar o confisco temporário do jornal O Estado de S. Paulo, com a prisão e o exílio de dois de seus diretores; a difusão da “boa imagem” do governante como um verdadeiro culto à personalidade, através de fotos, passeatas, concentrações ou outros eventos; por fim, a criação da Hora do Brasil, programa radiofônico de emissão obrigatória por todas as estações de rádio do País.



A propaganda política do DIP investe no culto à figura do líder. As crianças são um dos alvos desta propaganda. As cartilhas escolares divulgam uma imagem de Getúlio Vargas como um "Pai" para o Brasil. Esta ilustração de uma cartilha mostra uma multidão de crianças embevecidas ouvindo Vargas.

Além disso, pode ser acrescentada a eficiente Polícia Política da ditadura estado novista, comandada por Filinto Müller e responsável pela prisão, morte e tortura de milhares de “inimigos” do regime. Por outro lado, a política trabalhista de Vargas, de caráter nitidamente populista, suprimiu a luta entre capital e trabalho através da organização corporativa dos sindicatos e da eficiente política do “peleguismo”. O ponto culminante do populismo getulista, voltado para o operariado urbano, deu-se com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), concedida em 1943.

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF:

01. UFRN A atuação do Estado no Brasil difere nos governos de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma vez que:

a) para Vargas, ao Estado cabia explorar as riquezas nacionais, base para a construção de uma nação forte; para FHC, ao Estado cabe estimular os investimentos privados, que inserem o país na economia internacional.

b) para Vargas, o Estado tinha a função de organizar os trabalhadores em sindicatos internacionais; para FHC, o Estado situa-se acima das classes sociais, estando assim

impossibilitado de intervir nas questões trabalhistas.

c) Vargas concebia um Estado capaz de promover a aliança entre a burguesia nacional e a burguesia internacional; FHC concebe um Estado independente em relação aos diferentes grupos econômicos.

d) Vargas estimulou a criação de empresas privadas com capital nacional em substituição às empresas públicas; FHC defende a privatização das empresas estatais como meio de manter a estabilidade da economia.

02. UEL-PR

Em outubro de 1930, iniciou-se um largo período - podemos dizer um quarto de século - em que Getúlio Vargas foi a figura predominante no cenário político nacional; isso parece propiciar uma certa ideia de continuidade para uma história política vista a partir das grandes figuras, como a que predominou muito tempo na historiografia e permanece até hoje no senso comum.

(BORGES, V. P. Anos trinta e política: história e historiografia. in: FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p.159.)

Sobre os anos 30 e a figura de Getúlio Vargas, considere as seguintes afirmativas:

I. A década de 1930 iniciou-se com uma ruptura jurídico-política, consagrada como “Revolução de 30”, que remete ao importante tema dos dilemas da democracia no Brasil.

II. A partir dos acontecimentos de 30, passou a vigorar um acordo entre as elites políticas de Minas Gerais e São Paulo, que se revezaram na presidência da República.

III. Por muito tempo, memorialistas e historiadores conceberam Getúlio Vargas como o responsável pela concessão dos direitos trabalhistas no Brasil.

IV. Como alternativa à tradicional conciliação dos detentores do poder, surgiu a Liga de Ação Revolucionária, que teve seu projeto nacionalista e democrático derrotado pelos eventos de outubro de 1930.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.

b) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

c) Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

d) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.

e) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

03. UFV-MG

A Revolução de 30 foi um marco na história brasileira. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder inicia-se um novo período de desenvolvimento para o país, chegando ao fim a república dos coronéis, que teve na agricultura e no poder econômico e político, vinculado à propriedade da terra, o seu centro de referência.

Faça um delineamento desse novo padrão de desenvolvimento econômico iniciado no Brasil a partir de 1930.

04. Fuvest-SP

... o que avulta entre os fatores da revolução de 1930 é o sentimento regionalista, na luta pelo equilíbrio das forças entre os estados federados. Minas Gerais, aliando-se ao Rio Grande do Sul, combatia a hegemonia paulista, que a candidatura do Sr. Júlio Prestes asseguraria por mais quatro anos.

Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a revolução de outubro - 1930* (1933).

a) Explique a questão do regionalismo político no período que antecedeu 1930.

b) Apresente a situação política de São Paulo na federação, depois da tomada do poder, por Getúlio Vargas, em 1930.

05. FGV-SP

O general Góis Monteiro, Ministro da Guerra de Getúlio Vargas, afirmava em uma carta dirigida ao presidente, em 1934: *O desenvolvimento das ideias sociais preponderantemente nacionalistas e o combate ao estadualismo (provincialismo, regionalismo, nativismo) exagerado não devem ser desprezados, assim como a organização racional e sindical do trabalho e da produção, o desenvolvimento das comunicações, a formação das reservas territoriais e milícias cívicas etc., para conseguir-se a disciplina intelectual desejada e fazer desaparecer a luta de classes, pela unidade de vistas e a convergência de forças para a cooperação geral, a fim de alcançar o ideal comum à nacionalidade.*

No trecho dessa carta estão expressos pontos centrais do regime instalado após a Revolução de 1930, entre elas:

- a) organização de milícias estaduais, regulamentação das relações trabalhistas e educação.
- b) estímulo à autonomia dos Estados, organização de milícias estaduais e nacionalismo.
- c) organização de milícias estaduais, centralização política e educação.
- d) centralização política, regulamentação das relações trabalhistas e nacionalismo.
- e) estímulo à autonomia dos Estados, regulamentação das relações trabalhistas e educação.

06. Unicamp-SP

Diferenças significativas distinguem o sindicalismo operário brasileiro das primeiras décadas do século 20, do sindicalismo criado após 1930 pela legislação trabalhista do governo Vargas. Quais são essas diferenças?

07. PUC-RS

Entre as características da nova ordem política brasileira implantada com o Estado Novo estava:

- a) a formação de um governo democrático que fizesse frente à escalada da Ação Integralista Brasileira.
- b) a mobilização política do campesinato, para fortalecer as bases de apoio das oligarquias tradicionais.
- c) a participação do Estado na economia, para assegurar a industrialização no contexto internacional, caracterizado pela ascensão de regimes fortes.
- d) a formação de uma aliança da esquerda com os liberais, numa frente única nacionalista.
- e) a retirada do apoio brasileiro aos sistemas de acordos interamericanos.

08. Mackenzie-SP

Sobre o Estado Novo, implantado por Vargas em 1937, é **incorreto** afirmar que:

- a) o nacionalismo econômico e o intervencionismo estatal foram traços marcantes desse período da Era Vargas.
- b) a forte centralização política mantinha, por meio do DIP e do DOPS, o controle da opinião pública e a repressão aos inimigos do regime.
- c) a CLT representou uma conquista nas relações entre o capital e o trabalho, embora a manipulação e o paternalismo do governo impedissem um sindicalismo livre.
- d) o regime tinha, dentre suas bases de sustentação, as forças armadas e a burocracia estatal.
- e) o liberalismo econômico e a neutralidade brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial, consolidaram o governo Vargas após o conflito.

09. PUC-MG São características do modelo autoritário do Estado

Novo (1937-1945), implantado por Getúlio Vargas, **exceto**:

- a) ampliação dos poderes do chefe do Executivo Federal.

b) estabelecimento de formas de controle da vida política.

c) estrutura corporativa dos mecanismos de inserção no sistema político.

d) sistema de cooptação dos estados através da adoção do federalismo.

GABARITO

01. A 02. A

03. A Era Vargas foi marcada pelo estímulo à industrialização e modernização do país, procurando diminuir a dependência econômica em relação ao capital estrangeiro. Estimulou-se a indústria de base sob o gerenciamento do Estado, uma vez que a burguesia incipiente era incapaz de promover grandes investimentos, principalmente no setor da indústria pesada.

04. a) O sistema federativo estabelecido pela Constituição de 1891 e a “Política dos Governadores”,

OS REGIMES TOTALITÁRIOS: NAZISMO E FASCISMO

INTRODUÇÃO:

Totalitarismo é um termo que representa uma ideologia e prática política caracterizada pela **total subordinação dos indivíduos aos interesses do Estado**. Num regime totalitário o Estado possui poderes absolutos sobre toda a vida política, social, cultural, religiosa e econômica. O totalitarismo foi particularmente visível nas ditaduras europeias surgidas após o final da Primeira Guerra Mundial, constituindo uma das características principais do fascismo, do nazismo, do franquismo, do salazarismo e do comunismo soviético.

É importante lembrar que, ao fim a Primeira Guerra Mundial, a Europa passava por uma grave crise econômica, principalmente na Itália e Alemanha. No cenário de inflação, miséria e desemprego surgem líderes político-ideológicos antidemocráticos, pregando o discurso da necessidade de um governo forte capaz de restaurar o equilíbrio da nação.

Foi ainda no decorrer da Primeira Guerra Mundial que começou a nascer o Totalitarismo, fenômeno político que marcou o

século XX. Com a necessidade de direcionar a produção industrial para as demandas geradas pela guerra, os governos das frágeis democracias liberais europeias tiveram de se fortalecer, acumulando poderes e funções de Estado, em detrimento do poder parlamentar, para agilizar as decisões importantes em tempos de guerra. Quando voltasse a paz, dizia-se, que esses poderes seriam retornados à distribuição democrática usual. Mas não foi isso que aconteceu.

O Estado com **executivo forte e legislativo debilitado** que se constituiu durante a Primeira Guerra acabou sendo a semente do **modelo de Estado autoritário** que surgiria na década seguinte. Das várias monarquias parlamentares europeias em 1914 (Reino Unido, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Noruega, Sérvia, Bulgária, Romênia, Grécia, Áustria-Hungria e outras), só a britânica terminou o século sem ter passado por uma ditadura de inspiração fascista.

Nas suas origens íntimas, os regimes totalitários revelam-se como um ímpeto de reação contra os males do liberalismo filosófico, político, social e econômico, males que contribuíram decisivamente para a quebra de unidade religiosa, política e social da Europa, a partir do Renascimento. Os regimes totalitários, por sua vez, divinizando os bens criados – Estado, Partido, Chefe, Raça, Nação – procuram falsamente substituir os valores desalojados pelo liberalismo.

A PROPAGANDA TOTALITÁRIA:

Buscando o domínio total da população em regimes pautados por teorias conspiratórias e uma realidade fictícia criada em meio a um desprezo pela realidade dos fatos, a propaganda totalitária foi essencial para, num primeiro momento, a conquista das massas e arregimentar em torno de si uma enorme quantidade de simpatizantes. Já empossados da máquina governamental, o terror, ainda restrito na ascensão dos movimentos ao poder, assume sua forma mais acabada, e, com isso, constitui-se no melhor instrumento de propaganda destes regimes: dão realidade às afirmações fictícias do regime. Como exemplo, Stalin, ao divulgar que acabara com o desemprego na URSS, uma inverdade de fato, extinguiu os programas de benefícios para desempregados. Ao

afirmarem, os nazistas, que poloneses não tinham intelecto, começaram o extermínio de intelectuais poloneses.

Desta forma, o uso da violência é tido como parte da propaganda. E a primeira só vai substituir a segunda na medida em que a dominação vá se efetuando completamente. A propaganda é destinada aos elementos externos ao movimento, àqueles que ainda não se dominam completamente, já o terror é perpetrado entre aqueles já dominados e que não mais oferecem resistência ao regime, alcançando sua perfeição nos campos de concentração onde a propaganda é totalmente substituída pela violência.

O FASCISMO ITALIANO:

O despertar do sentimento nacionalista na Itália do Pós Primeira Guerra Mundial foi extremamente forte, ocasionado principalmente pela não obtenção de territórios estratégicos nos tratados do pós-guerra. Somem-se ainda o número de mortos italianos no conflito que chegaram à casa dos 650.000. As “recompensas” territoriais concedidas à Itália foram consideradas insignificantes o que despertou um sentimento de frustração e necessidade de conquista de novos territórios

A situação econômica depois da guerra era grave. O país passava por problemas como atrasos ou heranças de guerra: destruição, inflação causada pelo emissão, dívidas de empréstimos, desemprego, depreciação da moeda local a lira, e etc.

Dentro deste cenário a crise logo se transformou em ingredientes para uma revolução. O número de greves cresceu assustadoramente após 1919; revoltas e pilhagens em conduzidas pela população desempregada; nos campos as revoltas camponesas também aumentavam.

O poder político mostrava-se incapaz de acabar com a crise. A burguesia sentia-se ameaçada pela revolta social e pela crescente simpatia a teorias sociais alternativas como o comunismo. Decidiram então apoiar um grupo político pequeno, mas muito bem organizado e disposto a acabar com a onda revolucionária: Os Facistas.

O partido foi fundado em 23 de março de 1919 em Milão. Dentre seus membros

encontravam-se membros das mais diferentes tendências políticas: anarquistas, sindicalistas, nacionalistas e principalmente antigos combatentes ainda não acostumados à vida civil.

Concorreram as eleições em 1919, mas foram derrotados sem conseguir uma cadeira no Parlamento. O fracasso demonstrou sérias deficiências no partido e um de seus líderes Benito Mussolini resolveu reorganizá-lo só que

agora em moldes paramilitares. Fundado como uma associação nacionalista (o *Fasci di Combattimento*), o movimento fascista de Mussolini converteu-se num partido nacional (o *Partito Nazionale Fascista*) após ter ganhado 35 assentos nas eleições ao parlamento de Maio de 1921.

Em Julho de 1922, a violência fascista conseguiu evitar uma greve geral decretada pelos partidos de esquerda. Foi preparada uma demonstração de força que deveria ser apoiado militarmente com uma marcha sobre Roma. Em 26 de outubro, Mussolini dirigiu-se ao Rei Vitor Emanuel exigindo o poder. O monarca organizou um novo ministério composto de vários membros do partido fascista. No dia seguinte o exército desfilou pelas ruas da cidade sem encontrar nenhuma resistência, movimento que ficara conhecido como a **MARCHA SOBRE ROMA**.

Em 03 de janeiro de 1925, Mussolini anunciou o estabelecimento de um regime totalitário de governo onde a oposição foi eliminada, a constituição reformulada, o Primeiro Ministro passaria a ter poderes plenos do legislativo desaparecendo com a Câmara e o Senado.

O fascismo foi de certa forma o resultado de um sentimento geral de ansiedade e medo dentro da classe média na Itália do pós-guerra, que surgiu no seguimento da convergência de pressões inter-relacionadas de ordem econômica, política e cultural. Sob o estandarte desta ideologia autoritária e nacionalista, Mussolini foi capaz de explorar os medos perante o capitalismo numa era de depressão pós-guerra, o ascendente de uma esquerda mais militante, e um sentimento de vergonha nacional e de humilhação que resultaram da "vitória mutilada" da Itália nos tratados de paz pós Primeira Guerra Mundial. Tais aspirações

nacionalistas não realizadas (ou frustradas) manchavam a reputação do liberalismo e do constitucionalismo entre muitos sectores da população italiana.

O feito político mais duradouro deste regime foi talvez o **Tratado de Latrão** de Fevereiro de 1929 entre o Estado italiano e a Santa Sé, pelo qual ao Papado foi concedida a soberania sobre a Cidade do Vaticano e recebeu a garantia do livre exercício do Catolicismo como a única religião do Estado em toda a Itália em retorno da sua aceitação da soberania italiana sobre os anteriores domínios do Papa.

. O NAZISMO ALEMÃO:

Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi palco de uma revolução democrática que se instaurou no país. A primeira grande dificuldade da jovem república foi ter que assinar, em 1919, o **Tratado de Versalhes** que, impunha pesadas obrigações à Alemanha.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, além de perder territórios para França, Polónia, Dinamarca e Bélgica, os alemães são obrigados pelo Tratado de Versalhes a pagar pesadas indenizações aos países vencedores. Essa penalidade faz **crescer a dívida externa e compromete os investimentos internos, gerando falências, inflação e desemprego em massa**. As tentativas frustradas de revolução socialista (1919, 1921 e 1923) e as sucessivas quedas de gabinetes de orientação socialdemocrata criam condições favoráveis ao surgimento e à expansão do nazismo no país.

À medida que os conflitos sociais foram se intensificando, surgiram no cenário político-alemão, **partidos ultranacionalistas, radicalmente contrários ao socialismo**. Curiosamente, um desses partidos chamava-se **Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães** (Partido Nazista) e era liderado por um ex-cabo de nome Adolf Hitler. As eleições presidenciais de 1925 foram vencidas pelo velho Von Hindenburg que, com a ajuda do capital estrangeiro, especialmente norte-americano, conseguiu com que a economia do país voltasse a crescer lentamente. Esse crescimento, porém, perdurou somente até 1929.

Foi quando a crise econômica atingiu com tal força a Alemanha, que, em 1932, já havia no país mais de 6 milhões de desempregados. Nesse contexto de crise, os milhões de desempregados, bem como muitos integrantes dos grupos dominantes, passaram a acreditar nas promessas de Hitler de transformar a Alemanha num país rico e poderoso. Assim, nas eleições parlamentares de 1932, o Partido Nazista conseguiu obter 38% dos votos (230 deputados), mais do que qualquer outro partido.

Valendo-se disso, os nazistas passaram a pressionar o presidente e este concedeu a Hitler o cargo de chanceler (chefe do governo). No poder, Hitler conseguiu rapidamente que o Parlamento aprovasse uma lei que lhe permitia governar sem dar satisfação de seus atos a ninguém. Em seguida, com base nessa lei, ordenou a dissolução de todos os partidos, com exceção do Partido Nazista. Em agosto de 1934, morreu Hindenburg e Hitler passou a ser o presidente da Alemanha, com o título de **Führer** (guia condutor, criando o 3º Reich - Terceiro Império).



Fortalecido, o Führer lançou mão de uma propaganda sedutora e de violência policial para implantar a mais cruel ditadura que a humanidade já conheceu. A propaganda era dirigida por Joseph Goebbles, doutor em Humanidades e responsável pelo Ministério da Educação do Povo e da Propaganda. Esse órgão era encarregado de manter um rígido controle sobre os meios de comunicação, escolas e universidades e de produzir discursos, hinos, símbolos, saudações e palavras de ordem nazista. Já a violência policial esteve sob o comando de Heinrich Himmler, um racista extremado que se utilizava da SA (guarda do Exército), SS

(guarda especial) e Gestapo (polícia política) para prender, torturar e eliminar os inimigos do nazismo implantando o terror com a perseguição aos judeus, dos sindicatos e dos políticos comunistas, socialistas e de outros partidos.



Bandeira da Gestapo (polícia política de Hitler)

No **plano econômico**, o governo hitlerista estimulou o **crescimento da agricultura, da indústria de base e, sobretudo, da indústria bélica**. Com isso, o desemprego diminuiu, o regime ganhou novos adeptos e a Alemanha voltou a se equipar novamente, ignorando os termos do Tratado de Versalhes. O intervencionismo e a planificação econômica adotados por Hitler eliminam, no entanto, o desemprego e provocam o rápido desenvolvimento industrial, estimulando a indústria bélica e a edificação de obras públicas, além de impedir a retirada do capital estrangeiro do país. Esse crescimento deve-se em grande parte ao apoio dos grandes grupos alemães, como Krupp, Siemens e Bayer, a Adolf Hitler.

Desrespeitando o Tratado de Versalhes, Hitler reinstalou o serviço militar obrigatório (1935), remilitariza o país. Nesse mesmo ano, cria o Serviço para a Solução do Problema Judeu, sob a supervisão das SS, que se dedica ao extermínio sistemático dos judeus por meio da deportação para guetos ou campos de concentração. Anexa a Áustria (operação chamada, em alemão, de Anschluss) e a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia (1938). Ao invadir a Polônia, em 1939, dá início à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

NAZISMO X FASCISMO:

O Nazismo é geralmente considerado uma forma de fascismo, mas o Nazismo, em contraste com o Fascismo, viu o objetivo do Estado no serviço de um ideal daquilo que o Estado supostamente deveria ser: as suas pessoas, raças, aspectos da cultura. Por seu lado, o fascismo de Mussolini continuou fiel à ideologia de que todos estes fatores existiam para servir o Estado e que não era necessariamente no interesse do Estado servir ou manipular algumas daquelas características.

O único objetivo do governo sob o fascismo era autovalorizar-se como a maior prioridade da sua cultura, simplesmente sendo o Estado em si, quanto maior a sua dimensão, melhor. Enquanto o Nazismo era uma ideologia Metapolítica, vendo a si mesmo apenas como uma utilidade pela qual uma condição alegórica do seu povo era o seu objetivo, o fascismo era uma forma sinceramente antissocialista de Estadismo que existiu por virtude de e com fins em si mesmo.

O movimento Nazi falou da sociedade baseada em classes como o seu inimigo e pretendia unificar o elemento racial acima de classes estabelecidas, enquanto que o movimento fascista tentou preservar o sistema de classes e sustentou-o como a fundação de cultura estabelecida e progressiva.

Por mais que certos tipos de socialismo possam parecer-se superficialmente ao fascismo, deve ser destacado que as duas ideologias se chocam violentamente em muitos assuntos. O papel do Estado, por exemplo. No Socialismo, considera-se que o Estado é meramente uma "ferramenta do povo", algumas vezes chamado de "mal necessário", que existe para servir aos interesses do povo e proteger o bem comum (e algumas formas de socialismo, como o socialismo libertário, rejeitam completamente o Estado). Já o Fascismo crê no Estado como um fim em si mesmo, e digno de obediência e subserviência por parte do povo.

O Fascismo rejeita as doutrinas centrais do Marxismo, que são a luta de classes e a necessidade de substituir o capitalismo por uma **sociedade controlada pelo operariado**, na qual os **trabalhadores sejam proprietários dos meios de produção**.

PARA LER E APRENDER:

"...Já a observação mais superficial nos mostra, como lei mais ou menos implacável e fundamental, Presidindo a todas as inúmeras manifestações expressivas da vontade de viver na Natureza, o processo em si mesmo limitado, pelo qual esta se continua e se multiplica. Cada animal só se associa a um companheiro da mesma espécie. O abelheiro cai com o abelheiro, o tentilhão com o tentilhão, a cegonha com a cegonha, o rato campestre com o rato campestre, o rato caseiro com o rato caseiro, o lobo com a loba etc.

Só circunstâncias extraordinárias conseguem alterar essa ordem, entre as quais figura, em primeiro lugar a coerção exercida por prisão do animal ou qualquer outra impossibilidade de união dentro da mesma espécie. Ai, porém, a Natureza começa a defender-se por todos os meios, e seu protesto mais evidente consiste, ou em privar futuramente os bastardos da capacidade de procriação ou em limitar a fecundidade dos descendentes futuros.

Na maior parte dos casos, ela priva-os da faculdade de resistência contra moléstias ou ataques hostis. Isso é um fenômeno perfeitamente natural: todo cruzamento entre dois seres de situação um pouco desigual na escala biológica dá, como produto, um intermediário entre os dois pontos ocupados pelos pais. Significa isto que o filho chegará provavelmente a uma situação mais alta do que a de um de seus pais, o inferior, mas não atingirá, entretanto à altura do superior em raça. Mais tarde será, por conseguinte, derrotado na luta com os superiores. Semelhante união está, porém em franco desacordo com a vontade da Natureza, que, de um modo geral, visa o aperfeiçoamento da vida na procriação. Essa hipótese não se apoia na ligação de elementos superiores com inferiores, mas na vitória incondicional dos primeiros. O papel do mais forte é dominar. Não se deve misturar com o mais fraco, sacrificando assim a grandeza própria. Somente um débil de nascença poderá ver nisso uma crueldade, o que se explica pela sua compleição fraca e limitada. Certo é que, se tal lei não prevalecesse, seria escusado

cogitar de todo e qualquer aperfeiçoamento no desenvolvimento dos seres vivos em geral.

Esse instinto que vigora em toda a Natureza, essa tendência à purificação racial, tem por consequência não só levantar uma barreira poderosa entre cada raça e o mundo exterior, como também uniformizar as disposições naturais. A raposa é sempre raposa, o ganso, ganso, o tigre, tigre etc. A diferença só poderá residir na medida variável de força, robustez, agilidade, resistência etc., verificada em cada um individualmente. Nunca se achará, porém, uma raposa manifestando a um ganso sentimentos humanitários da mesma maneira que não há um gato com inclinação favorável a um rato.

(Fragmento extraído do livro “Minha Luta” de Adolf Hitler, do Capítulo XI – O POVO E A RAÇA.)

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF

01. (UNICAMP-2003) A tentativa dos nazistas de dissimular suas atrocidades nos campos de concentração e de extermínio resultou em completo fracasso. Muitos sobreviventes desses campos sentiram-se investidos da missão de testemunhar e não deixaram de cumpri-la, alguns logo depois de serem libertados e outros, quarenta e até cinquenta anos mais tarde. (Adaptado de Tzvetan Todorov, *Memória do mal, tentação do bem. Indicações sobre o século XX. ARX, 2002, p.211*)

- Caracterize o contexto histórico em que surgiram os campos de concentração e de extermínio.
- Que parcelas da população foram aprisionadas nesses campos?
- Com base no texto, explique a importância do testemunho das sobreviventes.

02. Leia os trechos abaixo e responda à questão:

“Após a Primeira Guerra Mundial, a República de Weimar teve controle muito limitado sobre as forças militares e policiais necessárias à manutenção da paz interna. No

final, a República caiu em consequência dessa limitação, fragilidade explorada por organizações da classe média, as quais achavam que o regime parlamentar-republicano as discriminava e, assim, procuraram destruí-lo.

(Adaptado de Norbert Elias, *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.199 e 204)

A exigência da anulação da “paz imposta” pelo Tratado de Versalhes foi, ao lado do antissemitismo, o ponto mais importante na propaganda nazista durante a república de Weimar.

(Adaptado de Peter Gay. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 31 e 168).

- Relacione a “paz imposta” com a ascensão da ideologia nazista?
- Discorra sobre a relação estabelecida entre a ideologia nazista e os meios de comunicação.

03. Aponte as características dos regimes totalitários, destacando as especificidades do fascismo e do nazismo.

04. *“Jamais na História das crises dos 50 últimos anos, a renda nacional sofreu uma queda semelhante a esta. Não poupando funcionários, nem agricultores.”*

No período entre guerras (1919-1939) a sociedade liberal capitalista foi afetada por uma crise sem precedentes, afetando todas as categorias sociais.

Relacione tal crise à ascensão dos regimes totalitários, destacando a influência destes no II conflito mundial.

05. O elo que liga a Guerra de 1914-1918 à crise econômica iniciada com o crack da Bolsa de Nova York, em 1929, pode ser expresso da seguinte maneira:

- Os EUA entraram em crise de produção e começaram a baixar

perigosamente os índices de sua economia após a Europa, recuperada da guerra, ter-se soerguido economicamente e voltado a controlar os mercados mundiais.

- b) O sucesso da Revolução Russa na década de vinte provocou uma retração das exportações americanas para a Europa, pois os EUA tinham receio que os “planos quinquenais” soviéticos fossem adotadas pelos países da Europa Ocidental.

A economia norte-americana em expansão não suportou a desorganização dos mercados europeus que ainda sofriam a retração da produção e a falta de mão-de-obra.

- c) O governo dos EUA, excessivamente preocupado em promover as economias europeias, desviou as aplicações em sua própria economia e inverteu maciçamente na Europa, desorganizando a economia norte-americana na década de vinte.
- d) A França, a Inglaterra e a Alemanha criaram um mercado comum na década de vinte para fazer frente ao crescimento econômico norte-americano, fato que abalou profundamente a produção agroindustrial dos EUA no período.

06. Todas as alternativas contêm informações corretas sobre a crise de 1929, exceto:

- a) Favoreceu a prática de uma intervenção nas economias capitalistas para controlar suas crises
- b) Mostrou as limitações do liberalismo em manter a economia em equilíbrio dinâmico
- c) Resultou de um processo cuja característica principal foi a subprodução e o superconsumo
- d) Adquiriu um caráter mundial quando os EUA reduziram sua produção e deixaram os resto do mercado mundial vazio.

07. As repercussões da crise econômica de 1929, dentro dos EUA, foram de tal ordem que exigiram uma profunda modificação na política econômica dos pais. O capitalismo liberal teve de ceder lugar ao capitalismo monopolista.

Ao assumir o governo Roosevelt cercou-se de especialistas e formulou sua política de New Deal, responsável pela recuperação do país. Uma das medidas adotadas foi:

- a) O aumento da produção de carvão, petróleo e produtos agrícolas, para manter os preços fixados pelo governo
- b) Estimular a diminuição dos salários visando conter o poder aquisitivo dos assalariados e, ao mesmo tempo frear o mercado interno.
- c) Proibir empréstimos aos fazendeiros, que tiveram suas terras hipotecadas.
- d) Dar plena liberdade às empresas de energia elétrica, visando aumentar sua produção
- e) Incentivar as obras públicas como forma de reduzir o desemprego e realimentar o consumo

08.” *Durante a Grande Depressão, à medida que os negócios e a indústria privados entravam em colapso, e o desemprego das massas crescia tanto quanto o seu desespero, a construção civil viu-se transformada de empresa privada em empreendimento público e em um grave e urgente imperativo público. Virtualmente tudo o que foi construído de importante na década de 30- pontes, parques, estradas, túneis, barragens- foi obra dos recursos federais, sob os auspícios de grandes agências do New Deal. Tais projetos foram elaborados em torno de complexas e bem articuladas metas sociais.*”

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a crise de 1929 e o New Deal, assinale a alternativa correta:

- a) A depressão econômica iniciada com a queda da bolsa de Nova York, em 1929, teve como resposta a política do presidente Roosevelt, cujos objetivos foram criar atividade econômica, fomentar o consumo e estimular o setor privado
- b) New Deal foi a designação dada à política federal de financiamento para reconstrução do que fora destruído durante a guerra civil americana
- c) A década de 1930 caracterizou-se pelo triunfo do liberalismo clássico nos EUA, pelo fortalecimento da iniciativa privada e sua total emancipação em relação ao Estado

- d) Os Estados Unidos saíram enfraquecidos da Primeira Guerra Mundial, não conseguindo alcançar um desenvolvimento agrícola e industrial voltado para as crescentes demandas internas e externas
- e) A construção civil foi um setor da economia norte-americana pouco atingido pela crise de 1929, mantendo-se como exemplo da capacidade de autonomia da iniciativa privada naquele país.

05.C 06.D 07. E

08. A

GABARITO

01. a) Os Campos de concentração e de extermínio em massa se desenvolveram juntamente com a expansão do princípio de superioridade racial ariana. Após o início da segunda guerra e a expansão do nazismo os campos forma se alastrando por toda a Europa.

b) Todos os grupos considerados inferiores aos alemães, principalmente judeus.

c) Os sobreviventes são considerados testemunhas vivas das violências cometidas contra diversos grupos de seres humanos.

02. Após a Primeira Guerra o tratado que punia os alemães pelo conflito impôs diversas punições ao governo alemão, a crise econômica e política alemã incentivou o sentimento de revanchismo e nacionalismo exacerbado, característicos da ideologia nazista.

b) A expansão dos ideais raciais nazista foi feita em grande parte pelos meios de comunicação, o rádio e a propaganda escrita serviram como formas de aproximação do Furher com a população.

03. Nacionalismo exacerbado, romantismo, militarismo. Nazismo: Superioridade ariana. Fascismo: Corporativismo

04. A crise econômica e política sofrida pela Alemanha após a derrota na primeira guerra mundial incentivou o sentimento revanchista e o nacionalismo exacerbado ingredientes fundamentais para a consolidação da ideologia nazista. Adotando uma postura militarista e expansionista os alemães incentivaram o inicio do segundo conflito mundial.

travada em todos os continentes (direta ou indiretamente). O número de mortos superou os cinquenta milhões havendo ainda uns vinte e oito milhões de mutilados.

É difícil de calcular quantos outros milhões saíram do conflito vivos, mas completamente inutilizados devido aos traumatismos psíquicos a que foram submetidos (bombardeios aéreos, torturas, fome e medo permanente). Outra de suas características, talvez a mais brutal, foi a supressão da diferença entre aqueles que combatem *no front* e a população civil na retaguarda. Essa guerra foi total.

A **Segunda Guerra Mundial** (1939–1945) opôs os Aliados às Potências do Eixo, tendo sido o conflito que causou mais vítimas em toda a história da Humanidade. As principais potências Aliadas eram a China, a França, a Grã-Bretanha, a União Soviética e os Estados Unidos. O Brasil se integrou aos Aliados em 1943. A Alemanha, a Itália e o Japão, por sua vez, perfaziam as Forças do Eixo. Muitos outros países participaram na

guerra, quer porque se juntaram a um dos lados, quer porque foram invadidos, ou por haver participado de conflitos laterais.

AS CAUSAS DA 2ª GM:

Um conflito desta magnitude não começa sem importantes causas ou motivos. Podemos dizer que vários fatores influenciaram o início deste conflito que se iniciou na Europa e, rapidamente, espalhou-se pela África e Ásia. Um dos mais importantes motivos foi o surgimento, na década de 1930, na Europa, de **governos totalitários** com fortes objetivos militaristas e expansionistas.

Na Alemanha surgiu o nazismo, liderado por Hitler e que pretendia expandir o território Alemão, desrespeitando o Tratado de Versalhes, inclusive reconquistando territórios perdidos na Primeira Guerra. Na Itália estava crescendo o Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini, que se tornou o Duce da Itália, com poderes sem limites.

Tanto a Itália quanto a Alemanha passavam por uma **grave crise econômica** no início da década de 1930, com milhões de cidadãos sem emprego. Uma das soluções

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

(1945-1949)

INTRODUÇÃO:

A Primeira Guerra Mundial - "feita para pôr fim a todas as guerras" - transformou-se no ponto de partida de novos e irreconciliáveis conflitos, pois o Tratado de Versalhes (1919) disseminou um forte **sentimento nacionalista**, que culminou no totalitarismo nazi-facista. As contradições se aguçaram com os efeitos da Grande Depressão.

Além disso, a política de apaziguamento, adotada por alguns líderes políticos do período entre guerras e que se caracterizou por concessões para evitar um confronto, não conseguiu garantir a paz internacional.

A Segunda Guerra Mundial, iniciada setembro de 1939, foi a maior catástrofe provocada pelo homem em toda a sua longa história. Envolveu setenta e duas nações e foi

tomadas pelos governos fascistas destes países foi a industrialização, principalmente na criação de indústrias de armamentos e equipamentos bélicos (aviões de guerra, navios, tanques etc).

Na Ásia, o Japão também possuía fortes desejos de **expandir seus domínios para territórios vizinhos** e ilhas da região. Estes três países, com objetivos expansionistas, uniram-se e formaram o Eixo. Um acordo com fortes características militares e com planos de conquistas elaborados em comum acordo.

A POLÍTICA EXPANSIONISTA DE HITLER:

Logo após o abandono da Liga das Nações (que já se ressentia da ausência dos Estados Unidos, URSS e Brasil) pelo Japão, foi a vez da Alemanha retirar-se. Anunciando a saída da representação germânica, Hitler declarou que o não desarmamento das outras nações obrigava a Alemanha àquela forma de protesto. Embora na realidade ele simplesmente desejasse furtar-se da oposição à sua política militarista, o Führer teve o cuidado de reiterar os propósitos pacifistas de seu governo. Aliás, nos anos seguintes, Hitler proclamaria suas intenções conciliatórias em várias oportunidades, como meio de acobertar objetivos expansionistas.

O plano de Hitler organizava-se segundo etapas bem calculadas. Em 1938 com o apoio da maioria da população austríaca, anexou Áustria-Alemanha no episódio que ficou conhecido como **Anschluss** (conexão ou anexação). Em seguida, reivindicou a integração das minorias germânicas que habitavam os **Sudetos** (região montanhosa da Tchecoslováquia).

Como a Tchecoslováquia não estava disposta a ceder, a guerra se mostrava iminente. Ingleses e franceses tentam na **Conferência de Munique** (1938), apaziguar os ânimos cedendo às vontades Hitler parte do território.

Hitler que havia prometido na conferência não fazer novas exigências após receber a região dos Sudetos, no ano seguinte (1939) **invade e ocupa** o resto do território da

Tchecoslováquia, e em seguida volta-se para a **Polônia** buscando uma saída para o mar.

Para poder invadir a Polônia, havia a necessidade da neutralização de uma das potências vizinhas da Alemanha. A Inglaterra e a França já haviam cedido a Tchecoslováquia e provavelmente iriam à guerra se a Polônia fosse invadida. Qual a reação da URSS? Hitler, veterano da Primeira Guerra Mundial sabia que a Alemanha não poderia repeli-la, isto é, ser obrigada a lutar simultaneamente, no Ocidente e no Oriente. Assim pensou em fazer **um acordo com Stalin**, temeroso que uma invasão (os exércitos russos haviam sido desbaratados pelos alemães entre 1914/16) pusesse abaixo as conquistas industriais da Rússia Soviética, não hesitou.

Em agosto de 1939, é assinado o **Pacto de não agressão germano-soviético**, cujas cláusulas secretas implicam na partilha da Polônia, reconhecendo a hegemonia soviética sobre os Estados Bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia). A estrada da guerra estava aberta

A 1 de Setembro de 1939, o exército alemão lançou uma forte ofensiva de surpresa contra a Polônia, com o *principal objetivo* de **reconquistar seus territórios perdidos na Primeira Guerra Mundial** e com o objetivo secundário **de expandir o território alemão**. As tropas alemãs conseguiram derrotar as tropas polacas em apenas um mês. A União Soviética tornou efetivo o acordo (Ribbentrop-Molotov) com a Alemanha nazi e ocupou a parte oriental da Polônia. A Grã-Bretanha e a França, responderam à ocupação declarando guerra à Alemanha, mas não entrando, porém, imediatamente em combate. A Itália, nesta fase, declarou-se "país neutro".

A REAÇÃO NA EUROPA:

a) A Guerra relâmpago: Em maio de 1940, o exército alemão lançou uma ofensiva, também de surpresa, contra os Países Baixos, dando início a Batalha da França. Os alemães visavam contornar as poderosas fortificações francesas da Linha Maginot, construídas anos antes na fronteira da França com a Alemanha. Com os britânicos e franceses julgando que se

repetiria a guerra de trincheiras da Primeira Guerra Mundial, e graças à combinação de ofensivas de paraquedistas com rápidas manobras de blindados em combinação com rápidos deslocamentos de infantaria motorizada (a chamada "**guerra-relâmpago**" - Blitzkrieg, em alemão), os alemães derrotaram sem grande dificuldade as forças franco-britânicas, destacadas para a defesa da França. O Marechal Pétain (francês) assumiu então a chefia do governo em França, que ficou conhecido como o governo de Vichy, assinou um armistício com Adolf Hitler e começou a colaborar com os alemães.

b) A guerra na África: A Setembro de 1940, após a tomada da França pelas forças alemãs, as tropas italianas iniciaram uma série de ofensivas contra o Egito, então colônia da Grã-Bretanha, com vista a dominar o canal de Suez e depois atingir as reservas petrolíferas do Iraque, também sob domínio britânico. Os efetivos ingleses destacados no norte da África realizaram uma espetacular contraofensiva contra as forças italianas que foram empurradas por 1200 km de volta à Líbia, perdendo todos os territórios anteriormente conquistados. Esta derrota custou aos italianos a destruição de 10 divisões, a perda de 130.000 homens feitos prisioneiros, além de 390 tanques e 845 canhões. Foi enviada a África duas divisões alemãs em auxílio aos Italianos. Os Alemães conseguiram reverter a iminente derrota italiana e empreenderam uma ofensiva esmagadora contra as forças britânicas enfraquecidas empurrando-as de volta à fronteira egípcia. Após uma sucessão de batalhas memoráveis os alemães e italianos são detidos por falta de combustível e provisões. Finalmente, a Outubro de 1942, após 4 meses de preparação os Britânicos contra-atacaram sob o comando do General Montgomery. Rechaçadas pelas bem supridas forças britânicas, as tropas ítalo-alemãs iniciaram um grande recuo. Finalmente, cercado pelos exércitos americano (que havia desembarcado no Marrocos) e britânico o restante do contingente italiano na África do Norte, se rendem aos aliados na Tunísia em maio de 1943, dando fim à guerra na África.

c) A invasão da URSS: Em 22 de Junho de 1941, os exércitos do eixo lançaram-se à

conquista do território soviético, com a chamada Operação Barbarossa. Grandes partes das tropas soviéticas estavam estacionadas na região leste do país, na fronteira com a China ocupada, antecipando a possibilidade de mais um ataque japonês contra a União Soviética, conforme acontecera em março de 1939. Apesar de tudo isto, a invasão começa a junho de 1941 e só é contida em 1943. Dos trezentos mil soldados alemães, noventa mil morrem de frio e fome e mais de cem mil são mortos nas três semanas anteriores à rendição. Devido às **rigorosas dificuldades do inverno nesse ano**, que dificultava a subsistência até da população local, um grande número dos soldados alemães, sem proteção contra o frio nos campos de prisioneiros, não sobreviveu, sendo que poucos retornaram a sua terra natal após a guerra.

A GUERRA TORNA-SE MUNDIAL:

Podemos elencar dois fatores como os responsáveis da guerra europeia transformar-se em mundial, ambos em 1941: a **invasão da União Soviética** pela Alemanha e ao **ataque a base americana de Pearl Harbor** no Hawaii pelos japoneses.

Durante vários meses após esse ataque, os japoneses realizaram várias conquistas: China, Indochina, Filipinas, Indonésia e chegando até a ameaçar a Austrália. As conquistas no Pacífico indicavam que logo o território estaria sobre domínio nipônico.

Quando o Japão atacou os Norte Americanos, a Alemanha logo declarou guerra aos EUA, mesmo estando envolvida em grandes batalhas na parte oriental com a URSS. Vale lembrar que a guerra contra a União Soviética não era apenas uma disputa territorial, **o Comunismo era um dos grandes senão o maior dos inimigos do governo Totalitário** de Adolf Hitler.

OS FRACASSOS DE HITLER:

Na batalha de Stalingrado, os soviéticos derrotam o poderoso exército alemão levando ao fim o mito da invencibilidade do poderoso exército alemão.

Representou também o início da contra ofensiva soviética. Foi na Rússia que a Alemanha começou a perder a guerra.

A 6 Junho de 1944, no chamado **Dia D**, os **Aliados efetuaram um desembarque nas praias da Normandia (Operação Overlord)**, em que participaram o Exército Britânico, o Exército Americano e o Exército Canadense. Os americanos sofreram por volta de duas mil baixas, pois os tanques Sherman, (disfarçados de balsas pelo Exército Americano para escondê-los, e torná-los um fator surpresa) afundaram. Já o Exército britânico não teve muitas baixas em Gold e Sword, pois seus tanques blindados e especializados conseguiram ultrapassar. Era o início da Batalha da Normandia.

A Wehrmacht, não conseguiu responder ao ataque devidamente, pois o comandante da área (à época, General Erwin Rommel) não estava presente, pois seu carro havia sido bombardeado durante uma viagem à Alemanha e, encontrava-se internado num hospital da Luftwaffe. A juntar a este fato, a Wehrmacht era naquela zona principalmente constituída por homens recrutados à força, em países invadidos pelos alemães.

Outro fator que também atrasou a movimentação das divisões blindadas para a zona costeira foi a sabotagem, principalmente dos caminhos de ferro, por parte da resistência francesa. Na madrugada do dia 6, antes do desembarque, paraquedistas (Airborne) já haviam saltado atrás das linhas alemãs. O objetivo destes paraquedistas era neutralizar as peças de artilharia alemãs colocadas no interior, que naturalmente iriam bombardear as tropas aliadas assim que estas chegassem às praias.

Com a Alemanha derrotada na frente oriental pelos soviéticos, e agora na frente ocidental pelos aliados, recuou até ficar cercada em Berlim em fevereiro de 1945, acabando por se render incondicionalmente em maio de 1945.

A PERSISTÊNCIA JAPONESA:

Além das batalhas travadas no continente europeu, ocorreram outras em pleno oceano Pacífico e em suas inúmeras ilhas.

Na Guerra do Pacífico, o porta-aviões representou um dos recursos mais

importantes, pois a maioria das batalhas foi disputada pela aviação e pela marinha.

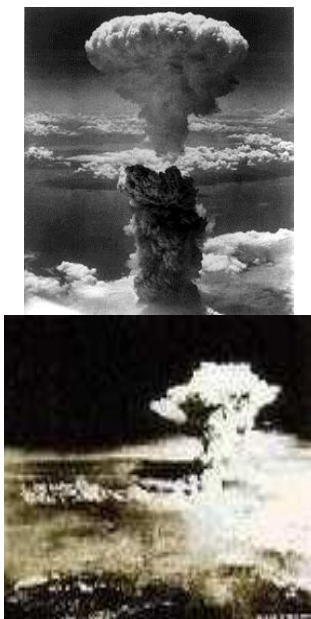
Um aspecto fora do comum nesta guerra e que ganhou grande fama, foram os pilotos suicidas japoneses denominados Kamikazes (vento divino) que se lançavam juntamente com seus aviões carregados de bombas contra os alvos inimigos.



Em inícios de Agosto o Imperador Hirohito, verificando as elevadas perdas nos últimos conflitos, autorizou que o embaixador japonês na União Soviética apresentasse uma rendição do Japão. **Os Aliados pediam ao Japão uma rendição incondicional**, contudo o Japão decidiu não responder devido aos termos de rendição dos Aliados não especificarem o futuro do Imperador — visto como um Deus para o povo japonês — tal como o sistema imperial.

Harry Truman, após a sua chegada à conferência, recebeu uma mensagem que indicava que o teste da bomba atômica "Trinity" tinha sido bem sucedido; decidido a ganhar a guerra deu indicações para ignorar a mensagem.

A 6 de Agosto, a bomba atômica "Little Boy", foi lançada sobre Hiroshima do B-29 "Enola Gay", pelo "esquadrão Atômico", contudo esta bomba não teve o efeito esperado, não tendo qualquer reação no Imperador Hirohito e do Gabinete de Guerra japonês. Muito do povo japonês desconhecia ainda o ataque a Hiroshima, pois as estações de rádio e jornais não relataram nada sobre o ataque, apenas sobre um novo tipo de bomba desenvolvido.



Bombas de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente.

Truman decidiu não esperar por uma resposta do Japão, ordenando assim o lançamento de uma segunda bomba atômica, a "**Fat Man**" que foi lançada pelo B-29 "Bock's Car" sobre Nagasaki a 9 de Agosto. A 14 de Agosto o Japão **rende-se incondicionalmente**, após aquelas cidades terem sido atingidas pelos engenhos nucleares, que causaram cerca de 300 mil mortos instantaneamente, e um número indeterminado de vítimas posteriormente, devido à contaminação pela radiação. As chefias militares norte-americanas justificaram esta ação afirmando que uma invasão do Japão teria custos elevados em termos de vidas de soldados americanos.



Diplomata japonês assina a rendição a bordo do couraçado USS Missouri.

AS DECISÕES DIPLOMÁTICAS:

No decorrer da Segunda Guerra os Aliados realizaram inúmeras conferências,

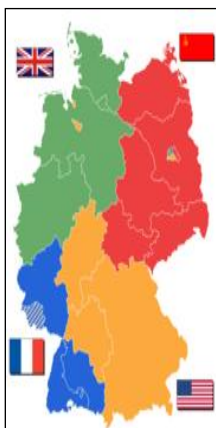
cujas decisões produziram grandes consequências no mundo do pós-guerra.

a) Conferência do Cairo: Em novembro de 1943, após as capitulações da Itália e durante a contra-ofensiva norte americana no pacífico, realizou-se a primeira reunião dos Aliados, a Conferência do Cairo, no Egito. Dela participara Roosevelt (EUA), Churchill (ING) e Chiang Kai-Shek (CHI), para discutir o destino da Ásia após a derrota do Japão. Os aliados resolveram devolver à China os territórios ocupados pelos japoneses, bem como conceder independência à Coreia e outros países ocupados pelo Japão.

b) Conferência de Teerã: Em dezembro de 1943, os três grandes, Roosevelt, Churchill e Stalin, se reúnem no Irã. Decidiu-se pela abertura da segunda frente de batalha na Europa e a Normandia foi o lugar escolhido para desembarque das tropas aliadas.

c) Conferência de Yalta: Em fevereiro de 1945, as vésperas da queda do III Reich, os três grandes voltaram a se reunir em Yalta (URSS). Ali decidiram que a Polônia receberia os territórios ocupados pelos alemães situados no rio Oder, assim como a divisão da Alemanha em zonas de ocupação. Decidiu-se finalmente, a entrada da URSS na guerra contra o Japão em concessões territoriais no oriente.

d) Conferência de Potsdam: Em julho de 1945, após a queda do III Reich, os Aliados realizam uma nova conferência em Potsdam, subúrbio da cidade de Berlim. Participaram Stálin, Cletet Attle (ING) e Harry Truman (EUA). Nesta conferência foi decidido que a Alemanha pagaria 20 bilhões de dólares de indenização de guerra para os países Aliados. Decidiu-se também pelo julgamento dos líderes nazistas por crimes de guerra, a ser realizado em um tribunal na cidade de Nuremberg. Finalmente confirmou-se a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação dos países aliados. No lado Oriental, ficaria a administração sob incumbência da União Soviética e, no lado Ocidental, a administração ficaria sob incumbência dos Estados Unidos, França e Inglaterra, tendo estas duas últimas desistido da incumbência. A Itália perderia todas as suas colônias.



AS CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA:

Os prejuízos foram enormes, principalmente para os países derrotados. Foram **milhões de mortos e feridos, cidades destruídas, indústrias e zonas rurais arrasadas e dívidas incalculáveis**. O **racismo** esteve presente e deixou uma ferida grave, principalmente na Alemanha, onde os nazistas mandaram para campos de concentração e mataram aproximadamente seis milhões de judeus.

Com o final do conflito, em **1945, foi criada a ONU** (Organização das Nações Unidas), cujo objetivo principal seria a **manutenção da paz** entre as nações. Inicia-se também um período conhecido como Guerra Fria, colocando agora, em lados opostos, Estados Unidos e União Soviética. Uma disputa geopolítica entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético, onde ambos os países buscavam ampliar suas áreas de influência sem entrar em conflitos armados.



O AUMENTO DO BLOCO SOCIALISTA:

Com a derrota do Eixo houve um aumento do bloco socialista. Os países do leste europeu, ocupados pelo Exército Vermelho, foram adotando constituições e sistemas de governo semelhantes ao governo soviético, formando o **bloco dos países das repúblicas populares do leste europeu**.

A Coreia do Norte, também ocupada pelo exército da URSS, criou um sistema político e econômico semelhante ao soviético. Na Iugoslávia guerrilheiros comunistas expulsaram os nazistas do país e adotaram o sistema socialista.

O mesmo aconteceu na Albânia até a morte de Stálin por discordar da nova orientação política rompeu e aliou-se a China. Com a morte de Mao Tse Tung, rompeu com o novo governo que acusou de revisionista e passou a viver isolada na Europa.

Em 1949 formou-se no Oriente a República Popular da China. No mesmo ano, os Aliados ocidentais criavam a República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) e os soviéticos, a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental).

Com o progresso do movimento de descolonização africana e asiática, muitas repúblicas populares foram formadas nestes continentes. Em 1959 surgia o primeiro país socialista na América, Cuba.

EXERCICIOS ENEM/UFJF

01. *A viagem levou uns vinte minutos. O caminhão não parou; via-se um grande portão e, em cima do portão, uma frase bem iluminada (cuja lembrança ainda hoje me atormenta nos sonhos): ARBEIT MACHT FREI – o trabalho liberta. Descemos, fazem-nos entrar numa sala ampla, nua e fracamente aquecida. Que sede!*

O leve zumbido da água nos canos da calefação nos enlouquece: faz quatro dias que não bebemos nada. Há uma torneira e, acima, um cartaz: proibido beber, água poluída (...). Isto é o inferno. Hoje, em nossos dias, o inferno deve ser assim: uma sala grande e vazia, e nós, cansados, de pé, diante de uma

torneira gotejante, mas que não tem água potável, esperando algo certamente terrível acontecer, e nada acontece, e continua não acontecendo nada. (LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 20.)

A descrição acima – de um prisioneiro chegando a Auschwitz – revela angústia e horror. Os campos de concentração nazistas eram:

- a) lugares de reabilitação de doentes mentais, criminosos comuns e prisioneiros políticos, adversários do Nazismo.
- b) instalados apenas na Alemanha e, neles, foram alojados, durante a Segunda Guerra Mundial, judeus, homossexuais e comunistas.
- c) lugares de execução sumária e imediata de inimigos nacionais alemães e de pessoas que se recusavam a trabalhar.
- d) instalados para acolher os imigrantes que, vindos da Europa Oriental, tentavam penetrar no território do Terceiro Reich sem autorização.
- e) lugares onde os considerados “indesejáveis” eram submetidos a humilhações, trabalhos forçados ou execuções em massa.

02. Em agosto de 1945, três meses após a capitulação da Alemanha, os Estados Unidos jogaram, sobre as cidades japonesas de Hiroshima e de Nagasaki, a sua mais nova invenção militar: a bomba atômica, um artefato com capacidade de destruição várias vezes superior ao que se conhecia até então. Com relação ao bombardeio de Hiroshima e de Nagasaki, assinale o que for correto.

- 01. Os japoneses consideravam-se divinamente protegidos e a rendição era incompatível com os antigos ideais samurais.
- 02. O bombardeio foi um modo de impedir a aliança dos “tigres asiáticos”, ou seja, a aliança entre o Japão e a República Popular da China.
- 04. Após o bombardeio, foi obtida a rendição incondicional do Japão, oficializando o final da Segunda Guerra Mundial.

08. Movidos pelas vitórias em Pearl Harbor e pelo apoio da China e da Rússia, as tropas japonesas não aceitavam a rendição e não depunham suas armas.

16. A decisão de bombardear essas cidades japonesas foi a última opção que restou aos norte-americanos, de modo a garantir o controle do Mediterrâneo e o desembarque de tropas em Pearl Harbor.

32. A destruição dessas cidades foi quase completa. Só posteriormente os sobreviventes ficaram sabendo que estavam contaminados pela radiação e que não eram sobreviventes, mas sim “mortos de médio e longo prazo”.

Some os números dos itens corretos.

03. Em junho de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada por cinquenta países com o propósito, entre outros, de zelar pela segurança internacional e evitar novos conflitos. Com relação à estrutura e funções da ONU, é correto afirmar que:

- I. o Conselho de Segurança, órgão mais importante da ONU, funciona como um poder executivo, pelo qual passam todas as decisões, sendo constituído por cinco membros permanentes com direito a veto e dez membros eleitos com mandato de dois anos e sem direito a veto.
- II. a ONU pode mobilizar tropas, constituir exércitos e realizar intervenções militares para preservar os interesses de seus membros. O exemplo mais recente foi o ataque contra o Iraque para depor o governo de Saddam Hussein.
- III. a ONU mantém uma Assembleia Geral com representantes de todos os países membros. Este é um fórum de discussão para os principais problemas políticos, econômicos e humanitários que afetam a segurança mundial.
- IV. a ONU mantém uma série de órgãos especializados, subordinados ao Conselho de Segurança, dentre os quais se destaca o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assinale:

- a) se somente I e II estão corretas.

- b) se somente I e III estão corretas.
- c) se somente I, III e IV estão corretas.
- d) se somente II e III estão corretas.
- e) se todas as alternativas estão corretas.

04. *Uma das ironias deste estranho século XX é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro de 1917, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz...*

(Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Extremos*. 1995)

De acordo com a argumentação do autor, a União Soviética salvou o capitalismo graças à:

- a) vitória militar na Segunda Guerra Mundial e ao planejamento econômico para substituir a economia de mercado.
- b) neutralidade na Primeira Guerra Mundial e à utilização da economia de mercado para fomentar a industrialização.
- c) aliança com a Alemanha nazista, em 1939, e ao colapso dos planos quinquenais para desenvolver a economia.
- d) derrota na Guerra Fria, entre 1945-1962, e ao fracasso na tentativa de fomentar a industrialização da Europa oriental.
- e) retirada dos mísseis de Cuba, em 1962, e ao sucesso na ajuda à implementação da economia socialista na China.

05. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou:

Apesar de ser um tema recorrente no cinema, na mídia e na literatura, 89% dos brasileiros não sabem o que foi o holocausto (...). Em 14 países pesquisados na Europa e América Latina (...), os brasileiros ficaram na penúltima colocação, com 11% (...). Os dados no Brasil foram coletados pelo IBOPE... . (17.7.2001, p. A-8.)

O holocausto foi a perseguição e o massacre de judeus ocorridos no contexto da Segunda Guerra Mundial.

- a) Cite dois argumentos que os responsáveis pelo holocausto utilizaram na época para justificar seus atos.
- b) Indique outro evento de mesma natureza, registrado pela história após 1945.

06. Em dezembro de 1943 foi realizada por Roosevelt, Churchill e Stalin, a Conferência de Teerã, que decidiu a abertura de um novo *front* da Guerra com a invasão da Normandia. Esta reunião assinala alteração na situação estratégica da Alemanha, que passa a atuar na defensiva.

A inversão no quadro da guerra se deveu à:

- a) ruptura do pacto germano-soviético pela URSS, que libertou a França.
- b) unificação da Coreia e ao controle do petróleo romeno pelos norte-americanos.
- c) aliança da URSS com o Japão, obrigando o Eixo a recuar na Ásia.
- d) ofensiva soviética iniciada na Batalha de Stalingrado e à capitulação italiana frente aos aliados.
- e) proclamação da República Social Italiana por Mussolini, que rompeu o pacto com a Alemanha e arrastou a Iugoslávia.

07. *O ataque mais devastador já ocorrido contra um prédio da ONU chocou os funcionários na sede da entidade, em Nova York, levando alguns às lágrimas. O atentado com um caminhão-bomba ocorreu na terça-feira em Bagdá e matou o chefe da missão da ONU no Iraque, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, e pelo menos 15 subordinados dele. As bandeiras dos 191 países da ONU, que enfeitam a fachada da sede em Manhattan, foram retiradas. Ficou só o pavilhão azul e branco da ONU, a meio-mastro, em sinal de respeito pelos mortos.*

(Morte de Vieira de Mello repercute no mundo. In *Terra* - 19/08/2003)

A morte do representante especial da ONU no Iraque, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, chocou o mundo pela violência do atentado e pela clara demonstração de que a ONU, apesar de seu papel humanitário, não é vista com bons olhos por todo o povo iraquiano. Esse fato nos faz lembrar que:

a) a ONU foi fundada em plena Segunda Guerra Mundial, como forma de evitar que mais judeus sofressem perseguição e morte nos campos de concentração.

b) a ONU foi fundada em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, na tentativa de evitar um novo embate como o vivido entre 1914-1919, porém falhou em seu intuito.

c) a ONU foi fundada após as guerras napoleônicas com o intuito de evitar que uma nova nação tentasse realizar uma guerra de anexação, como a França de Napoleão Bonaparte.

d) a ONU foi fundada em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de fomentar a paz e os direitos humanos entre as nações.

e) a ONU foi fundada após a construção do muro de Berlim para evitar que mais países tivessem seus filhos, mães e pais separados fisicamente por um muro e ideologicamente por blocos políticos.

08. Os ataques aéreos às torres gêmeas do WTC em Nova Iorque e ao prédio do Pentágono em Washington, ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, fizeram com que os americanos e a imprensa evocassem o ataque à base militar de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941.

a) O que foi o ataque a Pearl Harbor?

b) Qual foi a arma utilizada pelos americanos para obrigar à rendição o país que os atacou?

c) Cite duas diferenças políticas entre o ataque a Pearl Harbor e os ocorridos em 11 de setembro de 2001.

GABARITO

01.E 02.36 03.A 04.A

05.a) a inferioridade de grupos como comunistas, homossexuais, e principalmente judeus, juntamente com a ideia de superioridade da raça ariana.

b) Podemos citar como exemplos a russificação feita pelo stalinismo e lutas étnicas na ex-Iugoslávia, após a morte do Marechal Tito, e no continente africano.

06.D 07.D

08. a) Ataque militar japonês à base norte-americana situada no Havaí, utilizado como pretexto para a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial.

b) As bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki.

c) O ataque a Pearl Harbor foi um ato de guerra do Estado Japonês contra os EUA, enquanto o ataque às torres gêmeas do WTC foi um atentado terrorista. No primeiro caso, o contexto histórico evidenciava um choque entre potências imperialistas; no segundo, uma suposta ação de um grupo contra a nação que hoje é a potência hegemônica mundial.

RECONSTRUÇÃO DA EUROPA NO PÓS GUERRA

INTRODUÇÃO:

A 2ª Guerra Mundial consolidou a hegemonia econômica dos EUA sobre o mundo capitalista. Esta guerra foi benéfica para os americanos, por não terem sofrido destruições e devastações em seu território. Além disso, a **economia de guerra** montada pelo país, propiciou um crescimento econômico que superou os efeitos negativos da Crise de 1929: a produção industrial quase duplicou entre 1939 e 1947; o desemprego caiu; fortalecimento da burguesia americana.

Em um grande contraste a **Europa e o Japão estavam totalmente devastados, incapazes de competir com o capitalismo americano**. O grande adversário dos EUA estava no Leste Europeu, a URSS, que havia se expandido com a criação das Repúblicas

Populares. Era necessário impedir esta expansão.

O clima de destruição da Europa e do Japão favorecia, porém a expansão socialista, uma vez que na Itália e França, países onde a esquerda fora importante, os partidos socialistas e comunistas estavam se crescendo. Tornava-se então, necessário fortalecer as burguesias europeias e japonesa.

O PLANO:

Para o fortalecimento foi criado um **Plano de Reconstrução Europeia**, que, por ter sido anunciado pelo secretário de estado Marshall em 5 de julho de 1947, recebeu o nome de **Plano Marshall**.

O plano de reconstrução foi desenvolvido em um encontro dos Estados europeus participantes em julho de 1947. A União Soviética e os países da Europa Oriental foram convidados, mas Josef Stalin viu o plano como uma ameaça e não permitiu a participação de nenhum país sob o controle soviético.

O plano permaneceu em operação por quatro anos fiscais a partir de julho de 1947. Durante esse período, algo em torno de US\$ 13 bilhões de assistência técnica e econômica — equivalente a cerca de US\$ 130 bilhões em 2006, ajustado pela inflação — foram entregues para **ajudar na recuperação dos países europeus** que se juntaram à Organização Europeia para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Quando o plano foi completado, a economia de cada país participante, com a exceção da Alemanha, tinha crescido consideravelmente acima dos níveis pré-guerra. Pelas próximas duas décadas a Europa Ocidental iria gozar de prosperidade e crescimento. O Plano Marshall também é visto como um dos primeiros elementos da integração europeia, já que anulou barreiras comerciais e criou instituições para coordenar a economia em nível continental. Uma consequência intencionada foi a adoção sistemática de técnicas administrativas norte-americanas.

Observações:

a) O Plano Marshall de ajuda às Índias Orientais (atual Indonésia) foi estendido à Holanda antes da oficialização da

independência das Índias Orientais da Holanda. A ajuda econômica para as Índias Orientais chegou ao total de 101.4 US\$ milhões, recebendo uma doação de 84.2 US\$ milhões e um empréstimo de 17.2 US\$ milhões.

b) Para o continente como um todo.

Esse plano incluía não só **dinheiro mais também tecnologia, projetos, matérias-primas e peritos americanos**. As nações europeias se ajudariam umas as outras por intermédio dos empréstimos, troca de favores, acelerando o crescimento do comércio mundial. Os EUA buscavam além do fortalecimento do capitalismo nesses países, a integração econômica da Europa, pois viam na reconstrução um excelente mercado para a alocação de seus capitais, tecnologias e matérias primas.

O Plano Marshall revitalizou a reconstrução do Japão e dos Estados Europeus ocidentais, **combatendo o perigo do avanço socialista nesses países**. Mas ele contribuiu muito mais para o capitalismo americano, pois a exportação de máquinas e equipamentos impediu no pós-guerra, uma crise de superprodução e subconsumo nos EUA. Além do mais, como o **dólar passou a ser o padrão monetário internacional**.

A integração econômica da Europa também aumentou os lucros das grandes empresas americanas na medida em que a abolição ou redução de tarifas alfandegárias aumentou o mercado consumidor para elas. Os americanos ainda foram favorecidos pela descolonização da África e da Ásia, pois à medida que as colônias se libertavam das metrópoles as empresas americanas estabelecidas nos EUA ou na Europa, ocupavam estes mercados.

A CONJUNTURA DO PÓS-GUERRA:

A conjuntura estabelecida após a Primeira Guerra difere consideravelmente do que se afirmou ao fim da Segunda Guerra.

Ao final da Primeira Guerra foi realizada uma desmobilização bélica, cessando a produção de armamentos em quase todos os países. Apenas com as crises da década de 30 é que os países nazifascistas estimularam a indústria de armamentos, seguidos pela União Soviética, que se

considerava agredida pelo isolamento ao qual foi submetida após a Revolução de 1917.

Os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial seriam caracterizados por uma atitude diferente. EUA, Inglaterra e URSS não só conservavam os exércitos mobilizados, como também **ampliaram a produção bélica** e incentivaram exaustivas pesquisas para a criação de novos armamentos.

Havia outras circunstâncias a se considerar. Países antes unidos contra um inimigo comum, o nazi-fascismo, com ideologias que resultavam em propostas políticas, sociais e econômicas antagônicas. Os estabelecimentos de Democracias Populares na Europa Ocidental e Central, acompanhado do triunfo de Mão Tse Tung na China, ampliaram profundamente os rumos do comunismo. As potências capitalistas inquietavam-se.

A FUNDAÇÃO DA ONU:

No plano das relações internacionais, o fracasso da Sociedade das Nações em evitar a guerra levaria à criação de uma nova instituição, a Organização das Nações Unidas. Fundada em Junho de 1945, apresentou como objetivos assegurar a paz e a cooperação internacional. Uma das razões apontadas para o fracasso da Liga das Nações foi a igualdade entre países pequenos e grandes, que bloqueava o processo de tomada de decisões. A ONU vai distinguir na sua organização interna, cinco grandes países tidos como detentores de maiores responsabilidades, e os restantes; estes cinco países possuem assento permanente no Conselho de Segurança, principal órgão da ONU, onde possuem direito de veto. Os outros membros do Conselho de Segurança são seis países eleitos rotativamente.

* **Assembleia Geral:** Dela participam todos os países pertencentes a ONU; possui apenas um papel consultivo, estudando os problemas a ela apresentados e dando um “voto de recomendação”, sem poder de imposição. Além disso, elege o Conselho de Segurança.

* **Conselho de Segurança:** Órgão essencial da ONU constituiu-se de dez membros, eleitos a cada dez anos. Cinco são permanentes (EUA, ING, FRA, URSS [Rússia]

e CHI), caracterizando-se assim a sua dominação pelas grandes potências. Os membros permanentes possuem direito de veto, ou seja, qualquer um deles pode impugnar decisões do Conselho.

A GUERRA FRIA:

A Guerra Fria foi a designação atribuída ao **conflito político-ideológico** entre os Estados Unidos (EUA), defensores do capitalismo, e a União Soviética (URSS), defensora do socialismo, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991).

É chamada “fria” porque não houve qualquer combate físico, embora o mundo todo temesse a vinda de um novo conflito mundial por se tratar de duas superpotências com grande arsenal de armas nucleares. Norte-americanos e soviéticos travaram uma luta ideológica, política e econômica durante esse período. Se um governo socialista fosse implantado em algum país do Terceiro Mundo, o governo norte-americano via aí logo uma ameaça aos seus interesses; se um movimento popular combatesse um governo alinhado aos EUA, logo receberia apoio soviético.



Sob a influência das duas doutrinas, o mundo foi dividido em dois blocos liderados cada um por uma das **superpotências**: a Europa Ocidental e a América Central e do Sul sob influência

cultural, ideológica e econômica estadunidense, e a maior parte da Ásia e o leste europeu, sob domínio soviético. O mundo estava assim polarizado em duas ideologias opostas: **O Capitalismo e o Socialismo**.

Em resposta ao plano econômico estadunidense (**Plano Marshall**), a União Soviética propôs-se a ajudar também seus países aliados, com a criação do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua). O COMECON fora proposto como maneira de impedir os países-satélites da União Soviética de demonstrar interesse no Plano Marshall, e não abandonarem a esfera de influência de Moscou.

Em 1949 os EUA e o Canadá, juntamente com a maioria da Europa capitalista, criaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), uma aliança militar com o objetivo de proteção internacional em caso de um suposto ataque dos países do leste europeu.

Em resposta à OTAN, a URSS firmou entre ela e seus aliados o Pacto de Varsóvia (1955) para unir forças militares da Europa Oriental. Logo as alianças militares estavam em pleno funcionamento, e qualquer conflito entre dois países integrantes poderia ocasionar uma guerra nunca vista antes.

A tensão sentida pelas pessoas com relação às duas superpotências acentuou-se com o início da **corrida armamentista**, cujo “vencedor” seria a potência que produzisse mais armas e mais tecnologia bélica. Em contraponto, a corrida espacial trouxe grandes inovações tecnológicas e proporcionou um grande avanço nas telecomunicações e na informática.

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF

01. Uma nova ordem internacional surgiu após a Segunda Guerra Mundial.

I. O conflito Leste-Oeste baseou-se na bipolarização do mundo sob a liderança da URSS e dos EUA.

II. O plano Marshall representou uma tentativa no sentido de possibilitar a distensão nas relações Leste-Oeste.

III. As potências europeias que saíram vitoriosas da Segunda Guerra Mundial aumentaram seu controle sobre as áreas afro-asiáticas.

IV. O esforço militar empreendido pela URSS na Guerra Fria exigiu grandes sacrifícios da economia soviética e da sua mão-de-obra.

V. A política de não-alinhamento foi adotada por países emergentes do Terceiro Mundo.

a) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

b) Apenas as afirmativas I, II e V são verdadeiras.

c) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.

d) Apenas as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras.

e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

02. “... inspirado por razões humanitárias e pela vontade de defender uma certa concepção de vida ameaçada pelo comunismo, constitui também o meio mais eficaz de alargar e consolidar a influência norte-americana no mundo, um dos maiores instrumentos de sua expansão (...). Tem por consequência imediata consolidar os dois blocos e aprofundar o abismo que separava o mundo comunista e o Ocidente...”

... as partes estão de acordo de que um ataque armado contra uma ou mais delas na Europa ou na América do Norte deve ser considerado uma agressão contra todas; e, conseqüentemente, concordam que, se tal agressão ocorrer, cada uma delas (...) auxiliará a parte ou as partes assim agredidas (...).”

Os textos identificam, respectivamente:

a) a Doutrina Monroe e a Organização das Nações Unidas (ONU).

b) o Plano Marshall e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

c) o Pacto de Varsóvia e a Comunidade Econômica Europeia (CEE).

d) o Pacto do Rio de Janeiro e o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon).

e) a Conferência do Cairo e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

03. *A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhava no que se pode encarar, razoavelmente, como Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos.*

(Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos, o breve século XX 1914-1991*, São Paulo, Cia das Letras, 1995.)

Com relação ao período conhecido como Guerra Fria, verificamos que:

a) a humanidade vivia sob constante ameaça de uma guerra nuclear, em que dois países decidiriam o destino do mundo.

b) o bloco socialista sempre defendeu o desarmamento, apesar da rivalidade entre as duas potências.

c) o texto fez referência a uma Terceira Guerra Mundial, porém o bloco capitalista nunca interferiu na política latino-americana.

d) ao longo do século XX, não se observaram movimentos contestatórios à bipolarização.

e) o mundo assistiu passivamente à disputa entre as duas potências, portanto não podemos concordar com a idéia de a Guerra Fria ser um fenômeno mundial.

04. Leia os trechos da mensagem do presidente Harry Truman, dos Estados Unidos da América, ao Congresso, em 1947.

No momento atual da história do mundo quase todas as nações se vêem na contingência de escolher entre modos alternativos de vida. E a escolha, algumas vezes, não é livre. Acredito

que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação tentada por minorias armadas ou por pressões vindas de fora. Acredito que precisamos ajudar os povos livres a elaborar os seus destinos à sua maneira. (...) Se fraquejarmos em nossa liderança, poderemos pôr em perigo a paz do mundo e poremos seguramente em perigo o bem-estar da nossa nação.

(Ricardo de Moura Faria e outros. *História*. Belo Horizonte: LÊ, 1993. p. 366-7.)

Os princípios contidos na mensagem serviram como justificativa para que o governo dos Estados Unidos da América:

a) ajudasse, militar e economicamente, a luta de independência dos países africanos e asiáticos.

b) contribuísse para a proliferação de governos democráticos em todo o continente americano.

c) desse continuidade à política intervencionista visando garantir sua hegemonia no mundo.

d) reconhecesse os direitos políticos e a liberdade de expressão dos cidadãos do seu próprio país.

e) desencadeasse uma política de pacificação e ajuda econômica no Oriente Médio.

05. O final da Segunda Guerra Mundial possibilitou a emergência das superpotências que se enfrentaram numa “Guerra Fria”, explícita a partir de 1947, e a divisão do mundo em blocos de poder bipolar. Como aspectos desse processo, apresentam-se os itens abaixo.

I. A “Doutrina Truman”, enunciada pelo presidente dos EUA, e o plano Marshall, de ajuda econômica à Europa.

II. O Comecon e a criação do Kominform pelos partidos comunistas europeus.

III. A intensificação da corrida pelo desenvolvimento dos armamentos nucleares e a divisão da Alemanha.

Quais deles apresentam corretamente aspectos do processo citado?

- a) Apenas I. d) Apenas II e III.
- b) Apenas II. e) I, II e III.
- c) Apenas III.

06. Após o término da Segunda Guerra Mundial, o governo norte-americano lançou o Plano Marshall, que se constituiu em uma manobra estratégica fundamental no interior da Guerra Fria. Este plano visava a:

- a) garantir, aos norte-americanos, o fim das hostilidades entre o Vietnã do Sul e o Vietnã do Norte.
- b) obter a vitória, no Senado, dos republicanos, os quais defendiam o retorno do isolacionismo norte-americano em relação às guerras na Europa.
- c) assegurar a livre penetração dos capitais norte-americanos no continente europeu e nos países da Europa Oriental.
- d) difundir uma doutrina político-ideológica que alertasse quanto ao perigo do macartismo na década de 1950, nos Estados Unidos.
- e) estabelecer a “coexistência pacífica” entre os Estados Unidos e os países do Leste Europeu, através da política de investimentos no bloco soviético.

07. Fim da 2ª Guerra Mundial – Bomba Atômica Sessenta anos de terror nuclear

Destruídas por bombas, Hiroshima e Nagasaki hoje lideram luta contra essas armas

Domingo, 31 de julho de 2005 - *O Globo*

(Gilberto Scofield Jr. Enviado especial · Hiroshima, Japão)

Shizuko Abe tinha 18 anos no dia 6 de agosto de 1945 e, como todos os jovens japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, ela havia abandonado os estudos para se dedicar ao esforço de guerra. Era um dia claro e quente de verão e às 8h, Shizuko e seus colegas iniciavam a derrubada de parte das casas de madeira do centro de Hiroshima para tentar

criar um cordão de isolamento anti-incêndio no caso de um bombardeio incendiário aéreo. Àquela altura, ninguém imaginava que Hiroshima seria o laboratório de outro tipo de bombardeio, muito mais devastador e letal, para o qual os abrigos antiincêndio foram inúteis.

Hiroshima, Japão. Passear pelas ruas de Hiroshima hoje – 60 anos depois da tragédia que matou 140 mil pessoas e deixou cicatrizes eternas em outros 60 mil, numa população de 400 mil – é nunca esquecer o passado. Apesar de rica e moderna com seus 1,1 milhão de habitantes circulando em bem cuidadas ruas e avenidas, os monumentos às vítimas do terror atômico estão em todos os lugares.

Por que foi a bomba atômica lançada no dia 6 de agosto? Se razões militares explicam o recurso a este engenho, a data pode ser explicada por considerações de ordem diplomática. De fato, sem esse recurso, a ofensiva soviética teria alcançado todos os seus objeti-vos, militares e políticos. Os Estados Unidos veriam os exércitos soviéticos percorrerem a Manchúria e capturarem pelo menos meio milhão de homens, ao passo que eles mesmos teriam permanecido em Iwo Jima e Okinawa. Quiseram evitar esta situação, e realmente a evitaram, utilizando a bomba atômica.

(Delmas, Claude. *Armamentos Nucleares e Guerra Fria*. São Paulo: Perspectiva, 1979)

a) Extraia do texto uma justificativa do autor de que o uso da bomba atômica pelos EUA não foi direcionada a derrotar o Japão, mas sim a conter a URSS.

b) A política que orientou os EUA a conter o avanço da União Soviética por meio da bomba atômica lançada sobre o Japão foi sistematizada por meio da chamada Doutrina Truman. Identifique a finalidade da Doutrina Truman.

08. “Guerra improvável, paz impossível”.

Em que esta frase de *Raymond Aron* ilustra as relações americano-soviéticas de 1945 a 1989?

09. Tendo em vista os princípios básicos em que assentam as sociedades pertencentes ao Mundo Socialista, é possível resumi-los em:

- a) propriedade estatal dos meios de produção, partido único, classes hierarquizadas.
- b) planificação total da economia, pluripartidarismo, equilíbrio entre as diversas classes.
- c) propriedade privada dos meios de produção sob controle estatal, partido único, ditadura do proletariado.
- d) propriedade privada dos meios de produção, partido único, sociedade sem classes.
- e) propriedade coletiva dos meios de produção, partido único, ditadura do proletariado.

GABARITO

01.C 02.B 03.A 04.C 05.E 06.C

07. a) *De fato, sem esse recurso a ofensiva soviética teria alcançado todos os seus objetivos, militares e políticos.*

b) Através dessa doutrina, os EUA tinham a intenção de conquistar a hegemonia no cenário político internacional enfrentado assim a chamada “ameaça comunista” onde quer que se fizesse notar.

08. A frase do pensador francês R. Aron ilustra o estado prolongado de tensão entre países, encabeçados pelos EUA e pela URSS, sem chegar a uma guerra de verdade, permanecendo no âmbito ideológico, conhecido como Guerra Fria.

09.A

OS GOVERNOS DESENVOLVIMENTISTAS (1946/1964)

O GOVERNO DUTRA

INTRODUÇÃO:

O General Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência pelos PSD, venceu as eleições e assumiu a Presidência em 1946. No mesmo ano, Dutra convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar a quinta Constituição do país.

Todos os partidos políticos, inclusive o Partido Comunista, participaram da elaboração da nova Constituição. Apesar disso, na Assembleia dominaram os representantes do liberalismo, **vinculados aos setores rurais com sentido conservador (PSD).**



Influências político-partidárias:

PTB: de ideologia populista, que mantinha e reforçava a tradição inaugurada por Vargas.

UDN: reunia elementos antigetulistas e eram de ideologia liberal.

PSD: inspirado por Getúlio, partido do Presidente que apoiado pelo PTB venceu as eleições com a maioria esmagadora dos votos.

PCB: de base urbana, com penetração no meio militar e apoiado pelo operariado.

A CONSTITUIÇÃO DE 1946:

A nova Constituição apresentava algumas características liberais, mas com sentido conservador. Mantinha alguns elementos antigos e inovava em novos pontos:

* Manutenção da República Federativa Presidencialista, voto secreto e universal para

maiores de 18 anos, excetuando-se soldados, cabos e analfabetos;

* Divisão do Estado em 3 Poderes;

* Preservava a estrutura de unidade da terra, não se tocando nos latifúndios;

* A estrutura sindical de cunho fascista foi mantida, embora algumas inovações progressistas tivessem sido aprovadas, como a implantação de um sistema tributário que fixava taxas mais altas para os detentores de mais rendas;

Não foram aprovadas propostas de nacionalização de minas, bancos de depósitos e empresas de seguros, além de federalização da justiça que diminuía o controle das oligarquias rurais sobre o judiciário;

POLÍTICA E ECONOMIA:

Dutra procurou apoiar-se em vários partidos a fim de combater o crescimento do PCB e de movimentos populares.

O próximo passo foi à **suspensão das eleições sindicais** e, finalmente em 1947, a determinação da ilegalidade do PCB, cassando o mandato de seus representantes no congresso, inclusive Luis Carlos Prestes, que fora eleito o senador mais votado.

Mantendo esta política, o governo, até o fim de 1948, acabou por determinar a intervenção em todos os sindicatos de trabalhadores do país.

No plano da política externa, a Guerra Fria envolvendo a disputa por áreas de influência entre EUA e URSS, acabou por afetar a vida política brasileira, fazendo com que o governo Dutra acentuasse seus vínculos com os Estados Unidos.

Em 1946, durante a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, ocorrida em Petrópolis, o presidente dos EUA Harry Truman esteve no país, o que fortaleceu a posição do Brasil que, neste mesmo ano acabou **rompendo relações diplomáticas com a União Soviética**.

Em 1948, era fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA) com ampla e ativa participação do Brasil no seu estabelecimento.

Dutra também foi o responsável pela tentativa de colocar em prática o primeiro plano de governo do país, o chamado **Plano SALTE** (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Em seu governo ainda pavimentou a rodovia Rio São Paulo e instalou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Ainda no plano econômico foram consumidos os saldos acumulados durante a 2ª GM, graças à chamada **Lei das Importações**, que liberou a entrada de produtos estrangeiros no país.

Junto com este processo veio também um pesado processo inflacionário, visto que, para acompanhar o crédito, cresceu assustadoramente a emissão de papel moeda. Tal situação gerou uma forte alta dos preços no mercado interno, diminuindo bruscamente o poder aquisitivo da população, principalmente nos primeiros anos do governo Dutra.

A partir de 1948, as importações começaram a precisar de uma licença prévia fornecida pelo governo, o que reduziu um pouco as importações, favorecendo a indústria nacional.

Ao mesmo tempo, o governo elevou o preço do café e das matérias primas no mercado internacional, procurando equilibrar a balança de comércio brasileiro. Essa situação econômica com diminuição do poder aquisitivo da população acabava favorecendo ao governo de Vargas, devido à comparação que era feita involuntariamente pela população entre os dois governos.

A NOVA ERA VARGAS (1951-1954)

A POLÍTICA NACIONALISTA DE VARGAS:

Getúlio sempre buscou realizar um governo nacionalista cuja característica fosse à defesa dos interesses nacionais. Dizia que era preciso "atacar a exploração das forças

ameaça de esquerda aos interesses capitalistas.

A ECLOSÃO DA CRISE POLÍTICA E O SUICÍDIO DE VARGAS:

A UDN e a imprensa de oposição continuaram a atacar violentamente o governo de Vargas, e os abusos de poder de outros elementos do governo, ligados ao Presidente.

Em agosto de 1954, o líder da oposição, Carlos Lacerda, acabou sendo vítima de um atentado de morte, ocorrido na porta do prédio onde morava em Copacabana (Atentado na Rua Toneleros).

Lacerda escapava do atentado ferido com um tiro no pé, mas seu guarda costas e também Major da Aeronáutica que o acompanhava, Rubem Vaz, acabou morrendo no atentado.

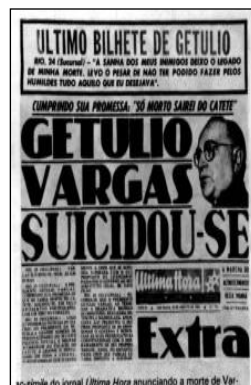
As investigações feitas pela Aeronáutica após o atentado, acabaram levando a prisão dos assassinos e a vinculação destes com Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, criando-se desta forma, a relação de que a oposição precisava para pressionar Vargas a deixar o cargo de presidente.

A situação de Getúlio mostrou-se insustentável: Seus Ministros começaram a pressioná-lo para que se afastasse temporariamente do governo; os Militares, porém queriam que ele renunciasse definitivamente.

Diante de tal situação as pressões aumentaram e em 22 e 23 de agosto surgiram manifestações militares exigindo a renúncia de Getúlio Vargas. O presidente, entretanto, recusava-se deixar o cargo, mesmo denunciando as manobras oposicionistas, o presidente ficava cada vez mais isolado no poder.

Na noite de 23 de agosto de 1954, Getúlio teve uma reunião com todo o Ministério e, ao encerrá-la, afirmou: "como não chegaram a nenhuma conclusão, declaro que aceito a licença. Mas, se vierem depor-me, encontrarão o meu cadáver".

Finalmente, em 24 de agosto Getúlio recebe mais um ultimato, desta vez com a assinatura do Ministro de Guerra Zenóbio da Costa, exigindo seu afastamento. Isolado no palácio do Catete, Getúlio Vargas prepara seu último ato político, redige uma carta testamento e se suicida com um tiro no coração.



acabá-lo do jornal Última Hora anunciando a morte de Var-

A morte de Vargas comoveu grande parte da população, gerando um clima de comoção nacional. Carlos Lacerda fugiu do país, com medo de uma reação popular. Os diretórios da UDN por todo o país foram destruídos pelo povo.



Os meses que ainda faltavam para completar o mandato de Getúlio, a sucessão da presidência caberia ao vice Café Filho, que se afastou do poder por motivos de saúde. Pela ordem sucessória, seria a vez de Carlos Luz Presidente da Câmara dos Deputados, porém como era da UDN renuncia e assume Nereu Ramos, na época Presidente do Senado.

Assumindo o poder, deflagrou o processo de sucessão eleitoral, desviando para esta disputa a atenção da nação. O quadro político, neste momento era bastante simples:

PTB: Com a morte de Getúlio, ficava sem um grande nome, visto que João Goulart, que poderia assumir a liderança, fora contestado em face de sua pouca idade e experiência política.

UDN: Apontada como causadora da morte de Getúlio, estava desgastada e não tinha condições de apresentar qualquer nome, naquele momento, que pudesse ganhar as eleições.

PSD: Partido que estava coligado com o PTB e que, portanto, poderia apresentar uma candidatura, o ex Governador de MG, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

INTRODUÇÃO:

O período de um ano e meio que vai da morte de Getúlio Vargas até a posse do novo presidente, foi marcado por uma grande turbulência social e política. Completando o período do governo dos substitutos de Vargas, foram realizadas novas eleições presidenciais em 1955, com vencedores JK e como vice João Goulart.

Após sua vitória nas urnas, Juscelino teve que contar com o apoio do General Henrique Teixeira Lott, seu Ministro de Guerra, para sufocar dois movimentos de setores militares, que tentavam impedir a sua posse, sob a alegação que sua candidatura e de João Goulart (Vice) tinham sido financiadas por grupos comunistas internacionais.

DESENVOLVIMENTO X CRESCIMENTO:

JK orientou todo o seu governo para promover transformações radicais na estrutura econômica do país, era o nacional-desenvolvimentismo substituindo o nacionalismo econômico de Vargas. Pretendia acelerar o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, contando com o chamado, Plano de Metas, um programa de governo cujo slogan era: “fazer o Brasil crescer 50 anos em 5”. Para tal, era necessário à entrada de empresas multinacionais, sendo as primeiras

às indústrias automobilísticas (Ford, GM, Willys, VW).



Paralelamente, pretendia superar o subdesenvolvimento resultante do atraso do setor primário da economia. Para cuidar dos problemas regionais do nordeste, criou a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste em 1959).

É importante lembrar que neste mesmo ano, a Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro e ajudado por Che Guevara, derrubava o governo de Fulgêncio Batista em Cuba, provando que a situação agrária era capaz de provocar uma revolução social de profundidade.

A construção de Brasília: a nova capital, símbolo do Brasil Moderno e Industrializado, significou a abertura de uma nova frente de colonização. A transferência do centro das decisões políticas para o centro do território pretendia servir de fator de integração nacional.



Os anos JK foram, realmente um período de euforia social e crescimento econômico. A implantação da indústria automobilística, a construção de Brasília, o “respeito” às liberdades democráticas, além da notável habilidade do presidente em lidar com as crises políticas e as pressões sociais, tudo isso alimentou um clima de liberdade e progresso.

No entanto, houve várias reações a política de JK, e partiram de vários setores da sociedade:

As classes médias estavam insatisfeitas com a política desenvolvimentista, pois esta havia provocado um significativo aumento da inflação e um endividamento do país com o exterior, em especial bancos norte-americanos.

Os problemas sociais de fome, analfabetismo e desemprego não se resolveram, a despeito de medidas como a construção de Brasília; por um lado à construção da nova capital demandou enorme utilização de mão de obra, por outro, aumentou a inflação por causa dos vultosos recursos gastos.

Setores rurais não se beneficiaram da modernização, pois a política clientelística dos coronéis emperrava qualquer iniciativa inovadora. Assim os desequilíbrios entre o campo e a cidade se acentuaram.

“50 anos em 5?”. Certamente não. Mas houve transformações importantes: a expansão da industrial, a urbanização, a consolidação democrática nos termos da constituição vigente. O modelo desenvolvimentista de JK, porém pagou um preço alto: abertura total da economia ao capital estrangeiro, às grandes multinacionais, e a submissão político-econômica à hegemonia norte americana. O custo social interno foi igualmente elevado; descontrole inflacionário, pesando especialmente sobre os assalariados.

Parece claro que crescimento econômico não significa desenvolvimento econômico. No governo JK houve um crescimento econômico e uma maior concentração de renda nas mãos da burguesia nacional e estrangeira, das camadas altas e médias, não houve, portanto desenvolvimento econômico.

Tal crescimento ocorreu sobre a base de três pilares: investimentos diretos estrangeiros, empréstimos externos e emissionismo.

UMA NOVA ERA CULTURAL:

Por fim não foi apenas no campo da estabilidade política e do crescimento econômico que o governo Juscelino foi

excepcional. Seu quinquênio correspondeu também a um momento de grande produção cultural, de novas propostas literárias, de grande politização do pensamento e de uma euforia no campo das artes plásticas, da música, dos esportes.

Em 1956 é publicada a obra de Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, e dois anos depois Jorge Amado publica Gabriela, Cravo e Canela.

A temática passa a ser o centro das atenções de alguns cineastas e teatrólogos. Gianfrancesco Guarnieri encena “Eles não usam Black Tie”, retratando aspectos da vida operária. Já o cinema buscava romper com a linguagem convencional. Dentre as filmes de cunho social, podemos citar Rio 40º, de Nelson Pereira dos Santos, que retrata a população pobre dos morros cariocas.

A juventude se libertava dos bens comportados “bailinhos familiares”, desconsolava os rostos, e se soltava ao som de um novo balanço: “O Rock and Roll”.

O GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)

INTRODUÇÃO:

Jânio governou o país, num momento de forte crise financeira, com uma extensa inflação e um déficit na balança de pagamentos, acompanhado por uma crecente dívida externa. Para combater tal situação, Jânio instaurou uma política anti-inflacionária, restringindo os créditos, congelando os salários e incentivando as exportações.

A inflação estava altíssima, decorrente das constantes emissões monetárias e a dívida externa, a desvalorização da moeda, a falta de correspondência entre o aumento dos salários e do custo de vida. A presença de grandes tensões sociais decorrentes desses fatores, culminavam em violentas disparidades regionais, e na a existência de bolsões de miséria.

Os constantes êxodos de nordestinos e camponeses de outros estados que procuravam nas cidades industrializadas fugir da miséria do campo e as exigências do capital monopolista trouxeram para Juscelino um resultado eleitoral inesperado nas eleições

de 1960: a derrota de seu candidato Enrique Teixeira Lott.

Pela primeira vez, desde 1945, a coligação PTB/PSD perdia uma eleição presidencial, isto só se explica pelos graves problemas nacionais expostos.

O vitorioso Jânio da Silva Quadros, que já fora vereador, prefeito e governador de SP, possuidor de um carisma e de uma habilidade que lhe permitiram manobrar a massa trabalhadora com discursos e gestos populistas, e com promessas de salva-los dos problemas mais sérios. Sua campanha tinha como símbolo uma vassoura, para “varrer a corrupção” conforme ele mesmo pregava.



Seus principais apelos políticos eram dirigidos às classes médias urbanas, que desejavam um governo dinâmico e honesto, com um líder carismático capaz de beneficiá-los economicamente.

A POLÍTICA ANTIINFLACIONÁRIA:

Jânio Quadros assumiu a presidência em janeiro de 1961, e desde os primeiros momentos de seu governo buscou colocar em prática as promessas feitas durante a campanha: uma austera política externa independente que preservasse a imagem do Brasil como nação autônoma, o combate à corrupção e a especulação.

A crise financeira herdada da gestão anterior não era de fácil solução. Soma-se ao alto índice de inflação e dívida externa. De acordo com compromissos assumidos pelo governo JK, o Brasil teria de pagar 2 bilhões

de dólares de dívida, durante o governo de Jânio, e só em 1961 deveria ser saldado 600 milhões. Era sem dúvida uma situação que exigia de Jânio Quadros esforços extraordinários, e em busca de uma solução o presidente lançou uma política antiinflacionária ortodoxa, sintetizada numa reforma cambial e no congelamento dos salários.

A desvalorização da moeda tinha por objeto principal o incremento das exportações que resultaria no aumento das reservas em moeda estrangeira e redução do déficit governamental. A austeridade da política econômica de Jânio teve o aval do FMI, cuja relação com o Brasil havia sido interrompida no governo de JK. Isso facilitou as novas negociações com os credores externos, resultando em um novo empréstimo de 2 bilhões de dólares.

Os novos empréstimos significavam que Jânio, no início de seu governo, ganhava confiança da comunidade financeira internacional, aliviada com a possibilidade de estabilização financeira que poderia equilibrar as contas estrangeiras no Brasil.

Contudo, internamente, a situação era diferente. A política de redução do crédito bancário, e a retirada de subsídios, afetava as empresas de pequeno e médio porte, acostumadas com os “favores” cambiais do governo anterior. As classes trabalhadoras também se manifestavam e protestavam contra o congelamento dos salários e os aumentos do pão e dos transportes, provocados pela retirada dos subsídios do trigo e dos combustíveis.

Com essa política Jânio começava a ter contra si as mesmas forças urbanas que o elegeram. O preço político de sua ortodoxia econômica tornava-se alto demais. E isso traria consequências desagradáveis a toda nação em curtíssimo prazo.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE:

Em nível de política externa, o Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, procurou desenvolver uma política independente, tentando desvincular o país dos dois grandes blocos políticos: EUA e URSS.

Restaurou as relações diplomáticas com a União Soviética, além de condecorar um dos líderes da revolução cubana, o argentino Ernesto “Che” Guevara. Apoiara o ingresso da República Popular da China

(comunista) na ONU. Tais atitudes começaram a preocupar os representantes norte-americanos, assim como os setores brasileiros ligados ao capital internacional.

A postura independente assumida pelo presidente, cujo objetivo econômico era a ampliação dos mercados externos e o conseqüente aumento das exportações brasileiras, provocara acirrada campanha interna da conservadora oposição civil e militar.

As facções conservadoras, principalmente as ligadas a UDN, em concordância com grupos norte-americanos e europeus que atacavam a política econômica independente, na medida em que ela contrariava seus interesses político-econômicos, afirmavam que era preciso evitar a “esquerdização” do país e faze-lo retornar à liderança dos EUA.

A RENÚNCIA:

A UDN rompe definitivamente com Jânio e um de seus mais ferrenhos opositores foi o governador do estado da Guanabara Carlos Lacerda, que acusou o presidente de estar preparando um golpe de Estado. Sem apoio dos setores populares, não restou a Jânio outra alternativa senão renunciar o cargo.

A renúncia faria parte de um plano para instituir um governo forte, pretendia que seus Ministros militares não aceitassem a renúncia e garantindo-lhe maiores poderes. Pretendia também, que os militares não aceitassem a entrega da Presidência ao vice João Goulart contra o qual havia uma generalizada indisposição militar. O Tiro saiu pela culatra.



Alegando pressões das chamadas “forças ocultas” o presidente, renunciou após sete meses de governo, provocando uma crise política, já que seu vice estava ausente no

país em visita a China (Comunista). Como solução, foi dada a posse ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.

O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

INTRODUÇÃO:

O passado getulista de Goulart, além de suas ligações com os sindicatos e sua proposta reformista e nacionalista, levou a formação de duas correntes de opiniões.

Uma opositora liderada por Carlos Lacerda e representantes da UDN, que procurou, com o apoio de setores e de ministros militares, e do grande empresariado, impedir a posse de João Goulart, sob a alegação de que o mesmo se ausentara do país sem autorização, logo ficando impedido de tomar posse.

Outra corrente defendia a legalidade constitucional, com grande parcela dos sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários, apoiando a posse de Goulart, já que o mesmo estava representando o governo brasileiro e, portanto, em condições legais para assumir o poder.

Diante de tal quadro de dualidade, o Exército acabou dividido entre as duas correntes, mas o apoio do Marechal Lopes comandante do III Exército, Jango acabou tendo sua posse garantida.

Para que a posse ocorresse, foi necessário um acordo político entre as duas correntes, resultando deste acordo à adoção do sistema parlamentarista de governo em setembro de 1961.

Por essa medida, os poderes do presidente ficavam limitados, sendo esta a condição negociada para Goulart assumir o poder. Para o cargo de Presidente do conselho de Ministros, foi eleito pela Câmara dos Deputados Tancredo Neves.

Contando com um forte apoio popular, Jango convocou um plebiscito para 6 de janeiro de 1963, onde o povo foi consultado sobre a manutenção ou não do sistema parlamentarista. O resultado foi à vitória esmagadora do presidencialismo, devolvendo assim, os poderes retirados em 1961 a João Goulart.

POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE:

Após o resultado do plebiscito, Goulart assumiu plenamente o poder presidencial, reforçando a partir de então, sua linha de governo de tendência nacionalista e política externa independente.

Jango tomou posse num momento em que crescia assustadoramente o déficit governamental, declinavam as receitas totais das exportações, aumentava sensivelmente a taxa de inflação e reduziam-se os empréstimos externos e os financiamentos.

A rápida deterioração da economia exigia que o governo buscasse soluções para o profundo impasse e dificuldades por que passava a sociedade brasileira. O governo tinha que canalizar esforços que possibilitassem o aumento dos empréstimos externos, a renegociação da dívida externa, a retomada do crescimento econômico, o alívio das tensões sociais e o combate à inflação.

A crise econômica, no entanto era uma realidade, obrigando o Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica, Celso Furtado, a implementar o chamado Plano Trienal que havia sido elaborado ainda durante o período parlamentarista, para combater os problemas de ordem econômica.

A proposta do Plano Trienal acabava entrando em colisão com a política de mobilização popular, isto porque o plano econômico visava combater a inflação e promover o desenvolvimento da economia a partir do setor industrial. No entanto, exigia também uma ampla austeridade econômica e financeira. O Plano buscava:

- Promover uma melhor distribuição das riquezas nacionais, atacando os latifúndios improdutivos para defender os interesses sociais;
- Encampar as refinarias particulares de petróleo;
- Reduzir a dívida brasileira;
- Diminuir a inflação e manter o crescimento econômico, sem sacrificar exclusivamente os trabalhadores;

Na época as massas trabalhadoras mobilizavam-se cada vez mais contra as

explorações das classes dominantes. Apavorados com as ideias de perder seus lucros e privilégios, os empresários começavam a se articular contra Jango.

As revoltas aumentaram depois que um conjunto de medidas, denominadas Reformas de Base, anunciadas por Jango, incluindo:

A Reforma Agrária, com a divisão dos latifúndios, para facilitar o acesso a terra a milhões de lavradores que desejavam trabalhar e produzir no campo, controlando, com isso o êxodo rural;

A Reforma Eleitoral, para dar aos analfabetos o direito de votar e participar da vida pública;

A Reforma Urbana, para socorrer milhões de favelados e moradores de cortiços nas grandes cidades;

A Reforma Tributária para corrigir as desigualdades sociais na distribuição dos deveres entre ricos e pobres, patrões e empregados;

A Reforma Universitária, ampliando as vagas nas faculdades públicas e acesso de estudantes a órgãos diretivos educacionais.

Tais transformações ameaçavam os interesses dos setores tradicionais da sociedade brasileira, que reforçaram a oposição a Jango.

Jango deu ênfase ainda a sua política nacionalista, elaborando leis, limitando a remessa de lucros para o exterior, monopolizou a importação do petróleo e tomou posse das refinarias de petróleo particulares.

O GOLPE E A DEPOSIÇÃO DE JANGO:

A tensão atingiu o auge quando Jango criou a lei implementando o 13º salário, que foi recusado pelo Congresso, levando os trabalhadores a entrarem em greve. Ao mesmo tempo, os movimentos populares pressionavam o governo para que as reformas fossem concretizadas e até ampliadas.

Sob aplauso de trabalhadores, decretava a nacionalização das refinarias de petróleo e desapropriava terras à margem das

ferrovias, rodovias e em regiões de irrigação de açudes.



Tais medidas atendiam aos setores particulares e rurais da sociedade brasileira, inclusive as Ligas Camponesas, que acenavam com perspectiva de uma revolução camponesa socialista, nos moldes ocorridos em Cuba.

A reação dos proprietários rurais e setores da burguesia não demorou. Realizaram uma grande mobilização com 400.000 pessoas, a chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, demonstrando o descontentamento com o apoio político assumido pelo governo. Significava uma passeata anticomunista pelas ruas centrais da cidade, onde as pessoas rezavam para que o Brasil não fosse atingido pelo comunismo, pois acreditavam que João Goulart era comunista e que estes iriam desembarcar no Brasil e tomar a sociedade.

Tal manifestação acabou marcando o início do movimento organizado por grupos de oficiais das Forças Armadas, provocando desta forma, um movimento de confrontação entre a oficialidade e os sargentos marinheiros. Diante de tal quadro de confrontação, oficiais aparentemente neutros, acabaram por apoiar a conspiração e a derrubada do governo de João Goulart.

No dia 31 de março de 1964, iniciou-se um movimento que acabou depondo João Goulart em abril do mesmo ano. Este movimento foi liderado pelos Generais Luis

Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho de MG, e Carlos Lacerda da Guanabara.

Jango acabou sendo totalmente abandonado pelos militares legalistas. A greve geral decretada pela CGT fracassou e as manifestações civis foram facilmente reprimidas. No Rio Grande do Sul, os partidários do Governador Leonel Brizola, cunhado e partidário do Presidente, não resistiram e, João Goulart abandonou Brasília em 1º de abril de 1964, foi para o RS e depois se abrigou no Uruguai aonde veio a falecer anos mais tarde.

O golpe político foi muito bem visto pelos EUA, preocupados com o avanço de uma política neutralista e nacionalista pregada pelo governo civil de Jango. A neutralidade defendida por uma política externa independente e a não intervenção nos assuntos internos dos países, entenda-se a respeito à soberania nacional, irritava os Estados Unidos, que desejavam a formação de um bloco anticomunista no continente, em função da posição cubana. A reação ao golpe foi quase nula, sem proteção civil ou militar, o governo desmoronou. O senado declarou vaga a presidência e empossou o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili. Chegava ao fim um governo democraticamente eleito e um regime constitucional legítimo, assim como chegava ao fim a República Populista.

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF:

01. UEL-PR O processo de redemocratização, instaurado no Brasil, em 1946, foi ameaçado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em razão da sua posição política, uma vez que o presidente:

- alinhou-se à União Soviética, o que provocou pressões políticas e econômicas dos Estados Unidos.
- cassou os mandatos dos representantes do Partido Trabalhista Brasileiro, por ser um partido de oposição ao seu governo.
- perseguiu os integralistas e tornou ilegal a Ação Integralista Brasileira, prendendo, inclusive, o seu líder Plínio Salgado.

d) desenvolveu uma política econômica planejada, que provocou insatisfação das multinacionais instaladas no país.

e) colocou o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade, rompendo inclusive relações diplomáticas com a URSS.

02. PUC-RS

O Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi uma tentativa de planejamento estatal da economia no governo Dutra. Pode-se afirmar que um dos fatores que condicionaram o relativo fracasso do plano foi a política econômica inicialmente adotada por aquele governo, a qual determinou:

a) a elevação drástica das taxas inflacionárias, devido aos aumentos reais concedidos ao salário mínimo.

b) uma forte recessão, devido aos termos ortodoxos do acordo então firmado com o FMI.

c) graves dificuldades no setor exportador, devido à elevação de taxas protecionistas condenadas formalmente pelo GATT.

d) falhas no abastecimento interno de insumos industriais, devido ao cancelamento unilateral de acordos comerciais com os Estados Unidos.

e) o esgotamento das divisas internacionais do país, devido à abertura então praticada no setor das importações.

03. Unifesp Sobre o processo de industrialização no Brasil, no século passado, é correto afirmar que:

a) sofreu, na década passada, um salto de qualidade, perdendo seu caráter dependente e tecnologicamente atrasado.

b) consolidou-se somente quando o Estado, depois de 1930, tomou a iniciativa de assegurar sua implementação.

c) conheceu sua fase de maior crescimento a partir do momento em que o país aderiu à globalização e ao neoliberalismo.

d) passou por suas duas maiores fases de estagnação durante as duas guerras mundiais.

e) viveu durante o milagre econômico dos anos 1969-1973 várias greves operárias generalizadas.

04. Fuvest-SP No que consistiu o fenômeno do populismo na história política brasileira, depois de 1945?

05. Fuvest-SP Os governos de Getúlio Vargas (1930-45/1951-54), no Brasil, de Juan Domingo Perón (1946-55), na Argentina, de Victor Paz Estensoro (1952-56/1960-64), na Bolívia, e de Lázaro Cárdenas (1934-40), no México, foram alguns dos mais significativos exemplos do populismo latino-americano, que se caracterizou notadamente:

a) pela aliança com as oligarquias rurais na luta contra os movimentos de caráter socialista.

b) pelo predomínio político do setor agrário-exportador em detrimento do setor industrial.

c) pelo nacionalismo, e intervenção do Estado na economia, priorizando o setor industrial.

d) por propostas radicais de mudanças nas estruturas socioeconômicas, em oposição ao capitalismo internacional.

e) por ter concedido às multinacionais papel estratégico nos setores agrário e industrial.

06. UFMG

Considerando-se o contexto brasileiro da década de 1950, é correto afirmar que:

a) era premente a questão do desenvolvimento nacional, que fez girar em torno dela os principais impasses e polêmicas e contribuiu para o trágico desfecho do governo Vargas.

b) foram grandes as divergências entre o governo e o Exército quanto à criação da Petrobras, o que acabou levando Vargas a nova tentativa de golpe em meados dos anos 1950.

c) foram muitos os conflitos entre os trabalhadores e os governos que, à exceção do de Vargas, trataram sempre a questão social com dura repressão.

d) era forte a oposição articulada pelo PSD a Vargas, que, embora eleito com expressiva maioria de votos, nunca conseguiu se adaptar ao jogo democrático.

07. UEL-PR Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, a política econômica predominante foi o nacional-desenvolvimentismo, que teve como característica:

a) a adoção de uma política de substituição das importações, de caráter nacionalista, em que o Estado assumia a produção de bens não-duráveis.

b) o incentivo à ampliação do parque industrial, por meio de ações combinadas envolvendo o Estado, as empresas privadas nacionais e o capital estrangeiro.

c) a implementação de reformas no serviço público e de controle dos meios de comunicação como ainda não se vira antes, destinadas a racionalizar a máquina estatal e a divulgar as obras do governo.

d) a criação de incentivos fiscais voltados para a diversificação da produção agrícola, visando a tornar concreto o mito de que o Brasil era o grande celeiro do mundo.

e) o controle estatal da infra-estrutura (transportes, comunicação e energia) e da indústria básica, ficando as outras áreas de atividade econômica com a empresa privada nacional.

08. Vunesp Comente as reais intenções do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o resultado de sua implantação para o povo brasileiro.

09. Fuvest-SP

Na memória dos brasileiros, os cinco anos do governo Juscelino são lembrados como um período de otimismo, associado a grandes

realizações cujo maior exemplo é a construção de Brasília.

Bóris Fausto, *História do Brasil*, 1994, p. 429

a) A que outras realizações se refere o texto?

b) Foram elas planejadas? Comente.

10. UERJ

Varre, varre, varre, varre, vassourinha.

Varre, varre a bandalheira,

Que o povo já está cansado

De sofrer desta maneira.

Jânio Quadros é a esperança deste povo abandonado.

Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Esse *jingle* acompanhou o candidato Jânio Quadros durante a sua campanha à presidência da República, em 1960.

A letra sintetiza a seguinte política de resolução dos problemas da época:

a) A austeridade do governo e o controle dos gastos públicos conteriam a inflação e a corrupção oficial.

b) A disputa de mercados externos e a ideologia nacionalista aumentariam o superávit comercial e a geração de renda.

c) O atendimento à economia popular e à produção de alimentos baixariam o custo de vida e os gastos do governo.

d) A defesa dos interesses nacionais e a adoção de uma política externa independente gerariam emprego e novas possibilidades econômicas.

11. UEPG-PR

Os anos que separam a queda de Vargas da ascensão militar de 64 constituem um período de grande diversificação e criatividade cultural. Sobre esse período, assinale o que for correto.

01. As classes médias nesse período rejeitavam as novidades culturais e de bens de consumo.

02. Nele surgiu a bossa-nova, movimento de modernização e internacionalização da música popular brasileira.

04. Jânio Quadros, eleito presidente pela coligação PTB/PSD, fortaleceu a hegemonia desses partidos em níveis regional e nacional.

08. Desenvolveu-se o Cinema Novo, iniciado com os filmes de Glauber Rocha, marcando a passagem do cinema de arte para uma revolução de linguagem e de temas.

16. Fundaram-se os Centros Populares de Cultura (CPCs), envolvendo estudantes, artistas e intelectuais, para levar arte e cultura aos trabalhadores.

Some os números dos itens corretos.

12. Mackenzie-SP

A renúncia de Jânio deixou o país à beira do caos e de uma guerra civil. A ameaça à legalidade institucional poderia trazer consequências drásticas para o país. O Rio Grande do Sul, cujo governador era Leonel Brizola, transformou-se no foco principal da luta pró João Goulart.

Francisco de Assis Silva. *História do Brasil*.

Essa crise política foi temporariamente controlada em 1961, por meio:

- a) do suicídio de Jango.
- b) do Ato Institucional número 5.
- c) da Emenda Parlamentarista.
- d) das Reformas de Base.
- e) do golpe militar.

13. Mackenzie-SP

Naquele comício, passando por cima das decisões do Congresso, João Goulart decretou a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e assinou a reforma agrária (...) Jango

saiu daquele comício carregado em triunfo nos braços do povo.

Francisco de Assis Silva – *História do Brasil*

Esses acontecimentos provocaram:

- a) o fim do pacto populista e o golpe de 1964, liderado pelos segmentos conservadores que temiam o avanço das forças populares e das reformas sociais.
- b) a consolidação do governo João Goulart e a execução das reformas de base.
- c) a mobilização maciça das Forças Armadas para sustentar militarmente o governo Goulart.
- d) a negociação entre governo e setores conservadores, adotando-se a solução parlamentarista.
- e) o acirramento dos conflitos no campo entre forças populares e conservadoras, forçando o governo Goulart a renunciar à presidência.

14. Cesgranrio-RJ

O golpe que derrubou o presidente João Goulart, em 1964, representou a culminância de uma crise iniciada no fim da década anterior. Assinale a opção que **não** apresenta um elemento dessa crise.

- a) O apoio da maioria conservadora do Congresso Nacional ao programa de Reformas de Base.
- b) As resistências à posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros.
- c) O agravamento do quadro econômico com a ascensão da inflação.
- d) A politização crescente de vários movimentos sociais, como as Ligas Camponesas.
- e) Os movimentos de indisciplina militar de marinheiros e sargentos.

15. 350taipu-SP

Sobre o governo de João Goulart (1961-1964), é possível afirmar que:

a) tomou medidas claras e definidas para a implantação do socialismo no Brasil.

b) propôs as chamadas “reformas de base” que pretendiam promover, entre outras, as reformas agrária e urbana.

c) fechou os olhos às lutas guerrilheiras que se implantavam em diversos pontos do Brasil.

d) foi anti-imperialista, promovendo a ruptura das relações diplomáticas com os Estados Unidos.

e) tomou medidas drásticas contra os capitais externos, nacionalizando as empresas estrangeiras.

GABARITO

1.E 2.E 3.B 4. Governos de caráter desenvolvimentista buscando a transição completa de uma economia agroexportadora para uma econômica liberal capitalista. Cada um à sua maneira visava mais o desenvolvimento econômico do que social. Vargas através do intervencionismo e JK por meio da participação do capital estrangeiro.

5.C 6.A 7.B

8. O plano econômico de JK visava o desenvolvimento rápido da economia brasileira, através da associação com o capital estrangeiro incentivou o sistema rodoviário e consequentemente automobilístico. Para a população brasileira, criou um ambiente de grande fervor desenvolvimentista, mas não priorizou áreas sociais como saúde e educação. Em seu governo foi construída a capital Brasília e um ambiente cultural muito fértil.

9. Além da construção de Brasília, a construção de grandes rodovias, processo de interiorização e maior comunicação entre as regiões do Brasil. Período de grande desenvolvimento cultural, JK ficou conhecido como “presidente Bossa Nova”.

b) as medidas econômicas do governo foram planejadas através do plano de metas através da associação com o capital estrangeiro incentivou o sistema rodoviário e consequentemente automobilístico. Para a

população brasileira, criou um ambiente de grande fervor desenvolvimentista, mas não priorizou áreas sociais como saúde e educação. Em seu governo foi construída a capital Brasília e um ambiente cultural muito fértil.

9. Além da construção de Brasília, a construção de grandes rodovias, processo de interiorização e maior comunicação entre as regiões do Brasil. Período de grande desenvolvimento cultural, JK ficou conhecido como “presidente Bossa Nova”.

b) as medidas econômicas do governo foram planejadas através do plano de metas.

10.A 11.26 12.C 13.A 14.A 15.B

AS BASES DO GOVERNO MILITAR

INTRODUÇÃO:

A queda de João Goulart significou o fim do período democrático e o início da mais longa ditadura de nossa história. Foram 21 anos sob a dominação dos militares, que colocaram no poder cinco Generais – Presidentes: **Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo**. Uma página triste na História Brasileira, que revela uma sociedade calada pelas forças armadas, cassada em seu direito de voto, e censurada em todas as suas manifestações.

Um período em que o Brasil teve muitos de seus filhos mortos e torturados pela violência dos órgãos de repressão. Em termos econômicos, a ditadura militar adotou um **modelo de desenvolvimento dependente, que subordinava o país aos interesses do capital estrangeiro**. Foi a época do **Milagre Brasileiro**, em que se

gastaram bilhões de dólares em obras faraônicas.

Financiava-se o desenvolvimento do país sem atenção ao avanço social do povo. Ao fim da ditadura, o Brasil estava mergulhado numa das maiores crises econômicas e sociais de sua história. As pressões populares exigindo a volta da democracia manifestavam-se com crescente vigor.

O MODELO ECONÔMICO DO REGIME MILITAR:

Em 1963, economistas afirmavam que o modelo econômico baseado na substituição de importações havia chegado ao fim. Consideravam que a economia brasileira estagnaria caso não fossem realizadas reformas estruturais, tais como ampliação do mercado consumidor interno através de redistribuição da renda para camadas populares e implementação de uma reforma agrária. No entanto, os assessores dos governos militares pós 1964 construíram um modelo que conciliaria o crescimento da economia com uma concentração ainda maior da renda.

As forças que assumiram o poder em 1964 tinham como prioridade econômica o crescimento acelerado. Para concretizar este objetivo, optaram por um modelo baseado na concentração de renda, criação de amplo crédito ao consumidor e abertura da economia brasileira (incentivo às exportações e aos investimentos estrangeiros no país). Esse tripé gerou o chamado milagre econômico, que durou aproximadamente de 1969 a 1973.

A concentração de renda: Primeiro eixo da política econômica foi proporcionado fundamentalmente pela redução do poder aquisitivo dos assalariados. Contribuiu também, decisivamente, a organização do sistema de tributação nacional, composto de impostos diretos (que incidem sobre os rendimentos de cada contribuinte) e impostos indiretos (que são repassados ao preço das mercadorias). O Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI), classificado como indireto, foi criado pela reforma tributária em 1966 com caráter seletivo, isto é, a alíquota aplicada seria proporcional à essencialidade do produto. Na prática a seletividade não ocorreu, havendo mesmo uma regressividade do IPI: vinhos foram acrescidos de uma alíquota de 20%, enquanto a cerveja alcançava 35%; produtos de perfumaria e cosméticos possuíam a mesma taxa que vassouras 8%; os automóveis não ultrapassavam 20%, enquanto alíquotas iguais eram atribuídas a sabões e sabonetes. A injustiça da tributação era agravada pela inexistência de uma taxa diferenciada para produtos de qualidades distintas: a chita, por exemplo, onerada com a mesma alíquota que a seda; os móveis de madeira nobre sofriam a mesma incidência que os fabricados em pinho. Outro tributo indireto, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), com uma alíquota uniforme, que não varia em função dos bens tributados, afetava igualmente qualquer comprador. E ainda o Imposto sobre Renda (IR) – tributo direto – foi organizado de maneira a possibilitar a distribuição de excedentes das camadas mais ricas para os setores sociais menos favorecidos, a fim de minorar as disparidades entre as classes. Pelo contrário, a ampla gama de incentivos a disposição de pessoas físicas e jurídicas anulou sua progressividade, beneficiando possuidores de renda mais alta.

Expansão do crédito ao consumidor: Segundo eixo do tripé da política econômica serviu para ampliar a demanda de bens duráveis (casas, automóveis, eletrodomésticos) possibilitando a participação da classe média neste patamar de consumo. Como a intenção era ampliar o mercado consumidor, utilizava-se da poupança para financiar o consumo da classe média. Porém, esse esquema apresentava pesadas consequências para as camadas populares, uma vez que aumentava rapidamente a quantidade de dinheiro em circulação, elevando as taxas de juros e provocando inflação.

Abertura externa da economia brasileira: Terceiro eixo da política econômica englobava tanto os incentivos às exportações como os atrativos para investimentos

estrangeiros no Brasil. A concentração de renda prejudicava a indústria nacional produtora de bens de consumo não duráveis, como alimentos, roupas e etc, destinados ao mercado composto pelas camadas de baixa renda.

O MODELO POLÍTICO DO REGIME MILITAR:

O modelo implantado logo após 1964 derivou da hegemonia exercida sobre os setores dominantes pelos representantes do capital internacional. A implementação de tal modelo econômico exigiria severa repressão contra os setores desprestigiados. Assim, em poucos anos, os governos militares impuseram um regime político baseado na centralização do poder, fortalecimento do Executivo, controle da estrutura partidária, dos sindicatos e das entidades classistas, censura aos meios de comunicação e repressão a quaisquer formas de oposição:

Centralização do Poder: Em poucos anos a federação brasileira foi transformada em mera ficção. A participação dos estados e municípios na receita tributária nacional caiu significativamente no período. Cerceando a autonomia financeira dos estados e municípios, o governo federal conseguia controla-los politicamente. Além disso, eliminavam-se as eleições diretas para presidente. Nos estados extinguíam-se as eleições diretas para governador, passando os chefes estaduais do executivo a serem indicados pelo governo federal e referendados indiretamente pelas Assembleias Legislativas estaduais. Quanto aos municípios, mais de uma centena deles passaram a ser considerados de segurança nacional, tendo seus prefeitos nomeados pelo governo federal ou pelos governos estaduais.

Fortalecimento do Executivo: O equilíbrio entre o executivo, o Legislativo e o Judiciário foi desfeito: o poder Executivo, exercido por militares e aliados civis, se outorgou plenos poderes, marginalizando o Legislativo, cassando vários de seus representantes e interferindo nas decisões do Judiciário. Vários Ministros do Supremo Tribunal Federal foram obrigados a abandonar

as suas funções, sendo substituídos por outros indicados pelos governos militares. Além dos 17 atos institucionais e dos 130 atos complementares outorgados a partir de 1964, quase mil leis excepcionais foram impostas sobre os mais variados pretextos e objetivos.

Controle da estrutura partidária: o Ato Institucional nº 2 (AI 2), entre outras coisas restringiu os partidos políticos, impondo restrições extremas para legalização dos novos partidos. Desta arbitrariedade surgiram a **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional), partido da situação e o **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro) partido de oposição.

Controle dos sindicatos e entidades classistas: A movimentação grevista e a organização dos sindicatos, antes de 1964, davam a impressão de uma expressiva liberdade sindical, que no momento não era formalizada por lei. Mesmo no governo de João Goulart, as leis controladoras dos sindicatos não foram anuladas, voltando após o golpe de 1964, a ser utilizadas. Além disso, realizou-se intervenção em 425 sindicatos de trabalhadores, destituindo-se seus líderes e substituindo-os por interventores dóceis aos ditames governamentais. A lei da greve, criada em 1964, proibia as greves de natureza política, social ou religiosa, bem como as que poderiam ocorrer em setores que prestassem serviços essenciais. A interpretação do tipo de greve ficava a cargo dos que detinham o poder e, na prática, quase todas as greves tornaram-se ilegais.

Censura dos meios de comunicação: Em seguida ao Golpe de 1964 foram ocupadas o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa, O Globo e o Última Hora. Nos meses posteriores, vários jornais oposicionistas foram fechados, entre eles o semanário Novos Rumos, do PCB, o Panfleto e o Brasil Urgente. Em **1967** são criadas a **Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional**. Após o AI 5, em dezembro de 1968, a censura política passou a ser sistemática sobre quaisquer jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. A censura foi realizada por bilhetes e telefonemas ameaçadores ou através da chamada censura prévia, quando se instalavam agentes censores no órgão de imprensa, alguns eram obrigados a remeter os

originais de suas edições para Brasília antes da exibição ou publicação.

Repressão política: De 1964 a 1968, a repressão apresentava-se na forma de prisões arbitrárias, intervenções nos sindicatos, demissões de empresas estatais e órgãos públicos, expurgos nas forças armadas, cassação de parlamentares, etc. Os casos de tortura existiam, porém ainda não havia tornados sistemáticos. A ação policial repressiva passou a ser comandada por novos órgãos estatais criados para esta finalidade. No governo Castelo Branco foi estruturado o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**, centro coordenador dos demais serviços militares e civis de informações, como o CIEX do exército, CISA da aeronáutica, CENIMAR da marinha e o **Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)**, nos estados. Após 1969, o aparato repressivo chegou ao auge com a criação em SP da Operação Bandeirantes (OBAN), que depois de maio de 1970 deu origem ao **DÓI-CODI (Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna)**, financiado por setores do grande empresariado, que realizavam prisões arbitrárias e torturas, fazendo desaparecer opositores do regime. Esse clima começou a arrefecer somente em 1975.

A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA:

Contra a centralização do poder e a arbitrariedade do Poder Executivo articulava-se o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido legal de oposição**. Na clandestinidade e em aliança com o MDB Instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), acabando desta forma com a estabilidade de emprego para o trabalhador brasileiro, permitindo assim que as empresas passassem a dispensar a mão de obra a qualquer momento, transformando-o em instrumento de pressão sobre o trabalhador.

Estabeleceu um amplo programa de controle sobre os salários e sobre os movimentos operários, intervindo nos sindicatos, proibindo e reprimindo greves.

Em 27 de outubro de 1965, decretou o **AI-2** que estabelecia entre outras decisões:

- Maiores poderes para o Presidente fazer o Congresso aprovar leis;
- Competência da Justiça Militar para julgar civis que, de acordo com o governo, tivessem cometido crimes contra a **Segurança Nacional**;
- Fechou os partidos políticos e, depois de algum tempo, reorganizou-os sob a forma do bipartidarismo: **ARENA X MDB**.

Em 05 de fevereiro de 1966, era a vez de ser instituído o **AI-3**:

- Determinava que os Governadores e vices também fossem eleitos de maneira indireta;
- Ficava firmado que seriam considerados eleitos para vice-presidência da República e para vice-governador do estado os candidatos inscritos para o cargo na chapa dos vitoriosos;
- Os Prefeitos das capitais não seriam mais eleitos e sim nomeados pelos governadores do referidos estados ou pelo Governo, sob a justificativa de segurança nacional.

Dentro desse quadro, aqueles que tentassem discordar, eram presos, cassados, exilados ou ainda, poderiam viver em perigosa clandestinidade. Universidades, colégios e sindicatos eram invadidos pela polícia, vários elementos dessas categorias foram presos e submetidos aos Inquéritos Policiais Militares.

A CONSTITUIÇÃO DE 1967:

Em janeiro de 1967 foi aprovada uma nova Constituição elaborada, não por uma Assembleia Constituinte eleita, mas por um pequeno número de constitucionalistas nomeados pelo governo. Ao Congresso Nacional coubera apenas a função de aprová-la.

Vale frisar que o Congresso havia sido cercado e fechado por tropas do Exército em outubro de 1966 por haver se recusado a aceitar a cassação de 6 deputados e só fora reaberto para, em sessão extraordinária, discutir, votar e “promulgar” o projeto de Constituição elaborado pelo Presidente da República.

Observa-se também que todas as regras que o Congresso Nacional deveria obedecer para a aprovação da Constituição já estavam definidas pelo **AI-4**, de dezembro de 1966, decretado exatamente para esta finalidade.

De maneira geral a Constituição de 1967 era a afirmação dos Atos Institucionais e Complementares até então decretados. Na esfera política, codificam-se poderes arbitrários para o Executivo, reduzindo consideravelmente os poderes do Legislativo e do Judiciário, e recorrendo a manipulação direta das eleições e dos partidos, ao mesmo tempo banindo da vida pública a maior parte dos políticos de esquerda e alguns de centro.

O Poder Legislativo perdera para o Executivo, grande parte de suas atribuições. A absoluta autoridade do Poder executivo era agora respaldada pela **Lei da Imprensa** e pela **Lei de Segurança Nacional**.

A chefia da execução de toda a política nacional era de competência do Presidente da República, assessorado pelo Alto Comando do Estado Maior das Forças Armadas e pelo Serviço Nacional de Informação (**SNI**). As amplas funções do SNI e a instalação e livre acesso de seus membros em todas as áreas administrativas civis e militares garantiam ao Governo as informações necessárias para a fiscalização oficial sobre a vida política nacional.

O GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

INTRODUÇÃO:

O marechal Arthur da **Costa e Silva** assumiu a presidência, em 15 de março de 1967, contra a vontade do marechal Castelo

Branco, porém como Costa e Silva era Ministro do Exército e contava com o apoio dos seus comandados, acabou por assumir o mandato presidencial.

Em 1968 Costa e Silva ampliou os poderes do Conselho de Segurança Nacional, que passou a decidir sobre política econômica, educação, política externa e interna, ideologia, artes, ciências, sindicalismo, imprensa, opinião pública, religião, etc.

A FACE DO AUTORITARISMO – A LINHA DURA NO PODER:

Cresciam o ressentimento popular e a oposição ao regime militar. Carlos Lacerda radicalizava os discursos insultuosos contra Costa e Silva e seus ministros, especialmente os militares, chamando o governo de ditadura corrupta.

Por sua vez os estudantes que há muito vinham se manifestando contra a ditadura militar e em prol das reformas na Universidade, intensificaram as críticas e o enfrentamento ao regime, através de passeatas e outras manifestações liberadas pela **UNE**, entidade estudantil que a esta altura agia na clandestinidade.

Em março de 1968 uma tropa de choque da polícia militar da Guanabara matou o menor Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista, quando reprimia a tiros um protesto estudantil. A morte de Edson Luís passou a simbolizar a desproporcional violência da ação repressiva militar contra os estudantes.

Em junho os confrontos entre militares e estudantes resultaram na chamada “Sexta Feira Sangrenta”, quando morreram 28 pessoas. Em protesto os estudantes realizaram a Passeata dos 100 mil, que para surpresa geral não foi reprimida, pois o governo federal ordenou a retirada das tropas das ruas.

Aos tumultos das marchas estudantis somavam-se greves operárias, os políticos mais corajosos que discursavam contra a

violência da ditadura, os padres progressistas pregavam contra a fome do povo e a tortura.

Nesse contexto de violência entre governo e oposições, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB do RJ, provocou os “duros” com discursos que estimulavam pais e estudantes a protestar contra o regime não participando do 07 de setembro. A esta “ofensa” aos militares, some-se ainda a estimulação para que as mulheres fizessem greve de sexo com seus maridos até que o governo extinguisse a repressão.

O que parecia uma piada explodiu como uma bomba. Os militares não prenderam o deputado. Os ministros militares exigiram que o Congresso suspendesse a imunidade parlamentar de Márcio Moreira Alves para que ele pudesse ser julgado e processado pelos insultos às Forças Armadas. Embora a maioria dos parlamentares fosse do partido do governo (ARENA), a Câmara negaram-se a suspender a imunidade do Deputado, em votação ocorrida no dia 12 de dezembro.

No dia seguinte, a nação foi presenteada com o **AI-5** e com o **Ato Suplementar 38**, este último colocava o Congresso em recesso indefinido. A nação iria conhecer o período mais triste e estarrecedor de sua história política: o país era colocado nas mãos das forças mais retrógradas e reacionárias de sua sociedade

O AI-5 E O CONTROLE GOVERNAMENTAL:

- Reiterava alguns artigos dos Atos Institucionais Anteriores e em seus novos artigos ampliava o autoritarismo do governante da nação e de seus principais assessores, que com ele detinham um poder quase absoluto.
- Cassou parlamentares, aposentadoria forçada de Ministros do Supremo Tribunal Federal e de vários professores universitários.
- Estendeu-se a censura à imprensa, proibindo a publicação de qualquer notícia sobre movimentos operários e

estudantis, bem como a divulgação de qualquer crítica ao regime.

A decretação do AI-5, que jogaria a nação no mais obscuro autoritarismo, era mais um distanciamento entre as promessas democratizantes e a prática repressora. Contudo o presidente Costa e Silva, apesar de representante da “linha dura”, tentou evitar sem sucesso que a direção do país caísse nas mãos dos reacionários e dos torturadores, que usariam sem limites os poderes arbitrários que do AI-5.

Com essa finalidade, Costa e Silva e seu vice Pedro Aleixo, contrariando Ministros militares, participaram diretamente da elaboração de uma nova constituição que deveria ser promulgada em 07 de setembro de 1969. Entretanto esta que seria a nova constituição não entrou em vigor, pois em 28 de agosto, Costa e Silva foi acometido de uma grave enfermidade (trombose cerebral), que o levaria a morte pouco tempo depois.

Impossibilitado de governar, o presidente foi afastado e os Ministros militares contrariando o art. 78 da Constituição que garantia a presidência ao vice se o cargo ficasse vago, não permitiram a posse do civil Pedro Aleixo. O país passou a ser governado por uma Junta Militar Interina, composta pelo Almirante Augusto Redemaker, pelo General Lyra Tavares e pelo Marechal do Ar Márcio de Souza Melo.

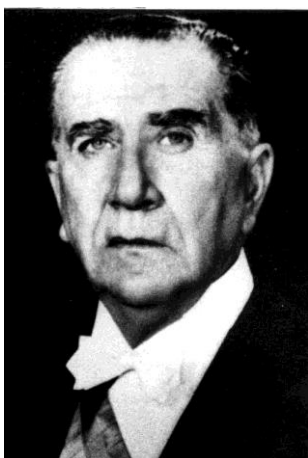
A junta foi responsável pela outorga de uma Emenda Constitucional pela qual incorporava a Constituição de 1967 a prisão perpétua e a pena de morte, fortalecendo a Lei de Segurança Nacional, aumentava o prazo de decretação de estado de sítio e criava a fidelidade partidária para evitar que deputados da ARENA votassem contra projetos governamentais ou se abstivessem de votar.

No dia 22 de outubro, após 10 meses de recesso, o Congresso – já sem os deputados cassados pelo AI-5 – foi reaberto para receber a indicação do General Emílio Garrastazu Médici à Presidência da República. No dia 25 do mesmo mês, o general Médici era eleito e no dia 30 de outubro tomava posse do cargo.

O GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

INTRODUÇÃO:

Dentre todos os governos militares de 1964 a 1985, o presidente Médici foi sem dúvida o mais autoritário e repressor. Com ele as liberdades individuais chegaram ao limite das restrições.



Apesar do extraordinário crescimento econômico do país, que configurava o “Milagre Brasileiro” e colocava o Brasil entre as 10 potências industriais do mundo, a sociedade civil vivia sob o julgo do autoritarismo, do terror psicológico, das prisões arbitrárias, dos sequestros, confinamentos e assassinatos de presos políticos, dos esquadrões de morte, dos grampos telefônicos, dos sádicos torturadores que chegavam a requintes de crueldade como torturar crianças e mulheres apenas por serem parentes de “elementos subversivos” enquadrados ou não na Lei de Segurança Nacional.

O modelo econômico adotado gerou um rápido crescimento que entre 1969 e 1973 atingiu taxas que variavam entre 7% e 13% ao ano, levando a euforia o empresariado brasileiro e o capital estrangeiro.

O AUGES DA REPRESSÃO MILITAR:

A sociedade civil vivia amordaçada e mal informada, já que a censura dos meios de comunicação impedia que a imprensa em geral notificasse os fatos, salvos aqueles permitidos oficialmente. Frise-se também o

rigor da censura à literatura, ao cinema, teatro, Shows, novelas.

Mais uma vez a realidade se contrapunha ao discurso, pois, Médici, no discurso de posse, também prometeu instaurar a democracia no país. Quanto às reformas sociais, de prático apenas lançou o dispendioso e fracassado programa da Rodovia Transamazônica com o objetivo de povoar a selva com nordestinos miseráveis, e criou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e ampliou os programas de seguro social.

A postura repressora de Médici já se configurava quando ele era chefe do SNI e achava que o AI-5 fora necessário para “combater e deter o mal”, que para ele era a subversão e contra revolução.

No seu governo a oposição foi literalmente jogada na clandestinidade, graças à intensa e sistemática ação de órgãos repressores como DOPS e DOI-CODI, e CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

Ao terrorismo urbano de direita, somaram-se o terrorismo de esquerda, com assaltos a bancos e quartéis, assassinatos e sequestro de diplomatas estrangeiros no Brasil. Com estas ações as esquerdas pretendiam ganhar espaços nos noticiários para divulgar junto a opinião pública sua luta contra a ditadura militar, ou principalmente conseguir libertar presos políticos em troca da liberdade de sequestrados.

Entre 1969 e 1970 quatro grandes sequestros ocorreram: o do embaixador norte americano Charles Bruce Elbrick, trocado por 15 prisioneiros políticos; o do cônsul geral japonês em SP Nobuo Okushi, trocado por 5 prisioneiros; o do embaixador suíço Giovanni Enrico Bücher, solto em troca de 70 prisioneiros, o do alemão ocidental Ehrenfried Vof Holleben, trocado por 40 prisioneiros.

Apesar do efêmero sucesso na libertação de mais de uma centena de presos políticos, o inócuo e infeliz terrorismo de esquerda que arrastou consigo centenas de jovens e sonhadores estudantes secundários, só serviu para confirmar a previsão do PCB de que militares usariam a luta armada das esquerdas como pretexto para radicalizar sua ação repressora.

RESISTÊNCIA X REPRESSÃO:

A imprensa foi proibida de divulgar qualquer acontecimento ligado à guerrilha urbana e rural. Os órgãos de segurança deram-se plena liberdade de prender, interrogar e sequestrar suspeitos de ligação com a subversão. Institucionalizou-se a tortura como instrumento para que confissões e informações que levassem a outros comprometidos com a luta armada. Agentes de repressão foram infiltrados em organizações terroristas de esquerda. Dezenas de guerrilheiros e suspeitos de subversão foram mortos nos porões da repressão. Alguns foram enterrados em cemitérios clandestinos e outros foram mortos quando tentavam escapar. Além do uso do aparato repressor de uma intensa propaganda anti-guerrilha e de exaltação patriótica como em inscrições que se lia: **Brasil, ame-o ou deixe-o.**

O governo Médici foi grandemente favorecido, no combate a movimentos terroristas de esquerda, pelo fantástico crescimento econômico que lhe permitia angariar simpatias em vários setores da sociedade, notadamente nas classes médias que participaram da “divisão do bolo”, aumentando a sua renda.

Em síntese, o governo Médici marcou-se por duas características fundamentais: o arbítrio e o milagre econômico que mascarava a violência do regime. Entretanto, no final do governo Médici, já se vislumbrava uma crise econômica que iria alterar a visão das classes médias sobre o regime militar e encaminhar o país para uma lenta e gradual abertura política.

O GOVERNO GEISEL (1974-1979)

INTRODUÇÃO:

A posse, em março de 1974, do General Ernesto Geisel e do General Alberto Adalberto Pereira dos Santos, escolhidos pelas forças armadas e eleitos indiretamente, significava a volta dos Castelistas (moderados) ao poder. O novo Presidente e alguns oficiais militares eram favoráveis à devolução gradual do poder aos civis, e estavam dispostos a promover um processo gradual, lento e seguro, de abertura democrática.

OS PRIMEIROS PASSOS RUMO À ABERTURA POLÍTICA:

De personalidade marcante e avesso a propagandas, o Presidente Geisel e os militares castelistas que o apoiavam, entendiam que nenhuma sociedade poderia viver tanto tempo submetida a um rígido regime autoritário e sem liberdade de manifestações. Entendiam que a permanente falta de liberdade, o medo e a dominação repressiva impopularizavam o regime militar e poderiam resultar numa explosão social de conseqüências incalculáveis.

A crise econômica e a aceleração inflacionária iniciada em 1974 causaram um surpreendente revés eleitoral para a ditadura, pois nas eleições parlamentares ocorridas em novembro daquele ano, o MDB quase duplicou o número de cadeiras na Câmara dos Deputados (87 para 165); Quanto às eleições para o Senado, a surpresa foi mais grandiosa, o MDB teve 14,6 milhões de votos, contra 10 milhões da ARENA praticamente triplicando seu número de cadeiras no Senado (de 7 para 20).

Embora continuasse minoritário no Congresso em relação à ARENA, o MDB ampliava sua área de influência junto ao eleitorado e começava a assumir o papel de oposição.

A mudança no quadro eleitoral era um recado aos generais de que significativas parcelas da sociedade estavam dispostas, pelo menos através das urnas, a contestar o autoritarismo militar. O resultado daquelas eleições não deixava dúvidas sobre a impopularidade da ARENA e conseqüentemente, do regime, que tomava consciência de que a ARENA não mais teria capacidade de vencer eleições verdadeiramente livres.

Era preciso criar mecanismos políticos que evitassem maiores desgastes ao governo e garantissem a continuação dos militares no poder. Foi com este intuito que o Presidente Geisel iniciou o processo de abertura política que resultou mais tarde, num processo de redemocratização, embora não fosse esta intenção da maioria dos militares:

- Redemocratização: restabelecimento dos direitos individuais e do processo eleitoral, mas também a própria luta democrática da sociedade.
- Abertura: é o processo através do qual o regime militar controla, cedendo ao

mesmo tempo postergando, o máximo possível o processo de redemocratização, com o objetivo último de perpetuar-se no poder.

A “abertura” brasileira, ao mesmo tempo em que era um real processo de transição para a democracia, era uma estratégia de sobrevivência do regime militar autoritário. Cabia ao Presidente e aos moderados “castelistas”, convencer os “duros” da necessidade de distensão política, cuja execução dependia de apoio majoritário da oficialidade, da redução do poder da linha dura e do controle de torturadores e dos órgãos de repressão, já que a subversão armada estava praticamente aniquilada.

OS LIMITES DA PRECOCE ABERTURA:

Embora tenha o mérito de ter iniciado a abertura política, o ideal democratizante de Geisel era bastante limitado. As provas de tal limite foram às concessões feitas aos “duros”, assumindo em vários momentos, atitudes características de “fechamentos”. Além disso, os fatos demonstraram que a verdadeira intenção da abertura era a perpetuação dos militares no poder.

Os órgãos de repressão continuavam prendendo, sequestrando, confinando e torturando opositores e prisioneiros políticos, e o governo continuava caçando mandatos de parlamentares, enquadrando-os na Lei de Segurança Nacional e do AI-5.

Em outubro de 1975, o DÓI-CODI de SP, órgão da repressão ligado ao exército, efetuou inúmeras prisões de supostos membros do Partido Comunista Brasileiro, entre os quais o jornalista Wladimir Herzog, que mais tarde fora encontrado morto em sua cela.

Contra todas as evidências, o Comandante do II Exército General Eduardo D’Avila Mello, apresentou uma declaração para os meios de comunicação, afirmando que o jornalista havia praticado “suicídio”. Diante de tal afirmação o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, realizou na catedral da Sé, um culto ecumênico, como forma de demonstração de desagrado das oposições, apoiado pela OAB e MDB.

Em janeiro de 1976, novamente no DÓI-CODI de SP, outro suicídio era

anunciado, desta vez do operário Manuel Fiel Filho, torturado e morto enquanto era submetido a interrogatório, e mais uma vez a versão oficial foi o suicídio. Tal fato provocou uma rápida reação do Presidente Geisel, ao desafio da linha dura respondeu com a demissão do Comandante do II Exército, a quem, aliás, o Presidente já havia advertido quando da morte de Herzog, de que não toleraria mais nenhum episódio semelhante.

Começava então o desmantelamento dos órgãos repressores. O poder dos torturadores foi finalmente golpeado pela demonstração de força de Geisel nos meios militares.

Isso, contudo tinha um preço. Para manter o apoio da maioria da oficialidade o Presidente tinha de fustigar a oposição civil, impedindo-a de chegar ao poder. Para tanto era necessário criar novos mecanismos políticos para impedir a vitória de um candidato do MDB nas eleições presidenciais indiretas que se daria em outubro de 1978.

Temeroso de um rápido avanço das oposições, o Presidente retrocedeu no processo de abertura política, decretou uma lei que limitava a propaganda eleitoral dos candidatos no rádio e na televisão, reduzindo a apresentação do nome, número e currículo dos candidatos, sem que houvesse debates.

Em abril de 1977, decretou o chamado “Pacote de Abril”, uma série de medidas autoritárias, entre as quais destacamos:

- Um entre dois Senadores que seriam eleitos em cada estado, seria escolhido diretamente pelo Governo, instituindo-se assim, o chamado “Senador Biônico”, isto é, Senadores não eleitos por voto popular.
- Os governadores continuariam sendo escolhidos em eleições indiretas.
- O mandato de seu sucessor foi aumentado para 6 anos.

Em outubro de 1978, válido somente para vigorar a partir de 11 de janeiro de 1979, Geisel revogou os atos institucionais, entre eles o famoso AI-5.

No plano econômico, Geisel atacou as necessidades de expansão das indústrias de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, energia elétrica, etc.), a fim de se obter uma significativa infra-estrutura

econômica para o progresso econômico industrial do país.

Neste período, estimularam-se grandes obras visando o “desenvolvimento e crescimento” do país, nos seguintes setores:

- Mineração: exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, extração da bauxita (minério de alumínio), através da ALBRAS e da ALUNORTE.
- Energético: construção das potentes usinas hidrelétricas como 360taipu, Sobradinho, Tucuruí, além do acordo de cooperação Brasil Alemanha Ocidental, no plano da energia nuclear, para a instalação de oito reatores nucleares no Brasil.

Ao final do governo Geisel, pode-se dizer que houve uma certa disputa na eleição indireta para Presidente da República, envolvendo os seguintes nomes:

- ARENA: Disputavam os candidatos General João Batista de Oliveira Figueiredo e como vice Aureliano Chaves.
- MDB: Disputavam os candidatos General Euler Bentes Monteiro e como vice, Paulo Brossard.

Na votação do Colégio eleitoral, o General Figueiredo venceu com 335 votos contra 266 do General Euler.

O GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)

INTRODUÇÃO:

Um dos mais sérios problemas enfrentados pelo General Geisel foi o de sua sucessão. Já em fins de 1977 muitos oficiais da linha dura articulavam a candidatura do Ministro da Guerra Silvio Frota. Essa articulação se chocava com o Presidente Geisel, que já havia escolhido para seu sucessor o então chefe do SNI, João Batista de Oliveira Figueiredo.

Durante o Governo do General Figueiredo, as manifestações populares foram crescendo através de movimentos de críticas

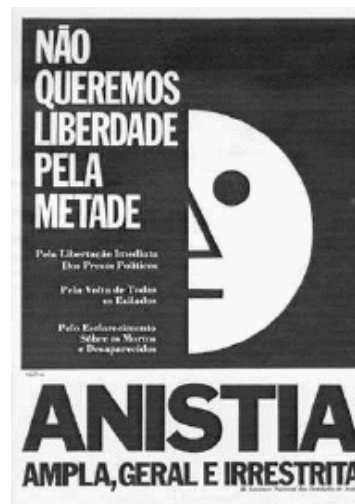
às decisões autoritárias e centralizadoras do governo militar. Diversos setores da sociedade brasileira (sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, Igreja, associações artísticas e científicas, Universidades e imprensa), passaram a reivindicar a redemocratização do país.

OS ÁSPEROS CAMINHOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO: (Greves, Anistia, Reforma Partidária, Terrorismos, e as “Diretas Já!”):

Diante de tal situação, o governo assumiu o compromisso de realizara a “abertura política” e devolver a democracia para o Brasil. Diante deste processo de abertura política, os sindicatos representativos das classes trabalhadoras se fortalecem e despertam as primeiras greves contra o achatamento salarial.

Dentre estas greves (ilegais dentro das leis do Ministério do Trabalho), devemos destacar a dos operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), onde começou a surgir à figura de Luís Inácio Lula da Silva, que mais tarde vai se transformar no candidato à Presidência da República pelo PT.

A campanha da sociedade pela redemocratização do país obteve os primeiros resultados positivos, dentre os quais podemos destacar:



- Anistia ampla e geral vigorando para todos aqueles que foram punidos pelo governo militar. Desta forma, vários brasileiros que ainda se encontravam no exílio, puderam retornar para o

país. Os cassados foram reabilitados na sua cidadania.

- Porém, no segmento militar, aqueles que foram punidos pelo governo, não puderam voltar para as Forças Armadas, o que não conferiu anistia no sentido irrestrito.
- O bipartidarismo foi eliminado, com o aparecimento de novos partidos políticos para disputar as eleições. O aparecimento de novos partidos ocorreu a partir da fragmentação do MDB:

- ARENA
→ PDS (Partido Democrático Social)
- MDB
→ PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)
→ PT (Partido dos Trabalhadores)
→ PDT (Partido Democrático Trabalhista)
→ PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)

Em 1980, Figueiredo decretou o restabelecimento das eleições diretas para governador de estado.

No plano econômico, o Ministro do Planejamento procurou promover um plano de desenvolvimento nacional preocupado em promover o crescimento da renda nacional e do emprego; o controle da dívida externa; o combate à inflação; o desenvolvimento de novas formas de energia. (Foi uma busca de um novo milagre econômico).

O governo no plano energético lançou o chamado Pro-álcool (Programa Nacional do Alcool), visando substituir gradualmente o petróleo importado, que passava neste momento, por uma forte crise com o aumento dos preços internacionais.

Outros entraves para o desenvolvimento:

- Dívida Externa: após obter empréstimos junto ao FMI, o Brasil tornou-se subserviente aos banqueiros internacionais, estabelecendo uma grande ciranda financeira, contraindo novos empréstimos para saldar os

antigos, ficando cada vez mais endividado.

- Inflação: os desequilíbrios econômicos acabaram elevando a inflação durante o governo Figueiredo a alcançar cifras astronômicas, tendo os trabalhadores seus salários corroídos pela alta diária do custo de vida.
- Desemprego: provocado pela falta de investimentos nos setores produtivos, na expansão das empresas, acabando por provocar uma redução do crescimento econômico e, conseqüentemente do desemprego. Em 1983 a situação no RJ e em SP tornou-se desesperadora com saques em comércios e supermercados.

No plano político, a abertura provocou descontentamento entre os militares da extrema direita, que começaram a provocar os chamados “atentados terroristas”.

A crescente insatisfação com a ditadura, que já era evidente no final do Governo Geisel, apenas deixava claro o esgotamento do regime militar. A abertura política e a necessidade de restabelecer a democracia impunham-se ao novo governo. Os militares, entretanto, pretendiam fazer a transição a seu modo e sob seu total controle.

Contudo, os próprios militares estavam divididos. Os oficiais que haviam se envolvido mais diretamente com a repressão e que faziam parte da chamada “comunidade de informações” eram visivelmente contra qualquer concessão democrática.

O governo Figueiredo encontrava-se pois, entre dois fogos: de um lado a linha dura, cujo poder não era desprezível e, de outro lado, a crescente oposição civil ao regime. Do lado do governo, o General Góes de Couto e Silva, Chefe da casa Civil, era tido como o principal estrategista da abertura política e como tal, hostilizado pelos militares radicais.

No segundo semestre de 1980 e início de 1981, os militares da linha dura, ao que se supõe, foram responsáveis por vários atentados sangrentos, ainda hoje não esclarecidos. Conforme notícias veiculadas, os vários atentados foram praticados por forças policiais – militares comprometidas com a repressão, a tortura e o assassinato de presos políticos. Segundo se especulava, tais forças agiram por temor ao revanchismo, que

julgavam inevitável com a restauração do estado de direito e democracia.

Os atentados terroristas começaram em 1980 com incêndios em bancas de revistas e jornais de São Paulo e Minas Gerais, visando intimidar seus proprietários que vendiam publicações consideradas “subversivas”.

Em agosto de 1980 começaram os atentados a bomba. O primeiro foi o Conselho Federal da OAB no RJ, ocasionando a morte de uma funcionária da entidade. Depois foi a vez do atentado à Câmara Municipal do Rio, na sala de um vereador do PMDB, que mutilou um funcionário.

No ano seguinte, em 30 de abril de 1981, ocorreu o mais violento atentado terrorista. No Riocentro, enquanto 20 mil pessoas assistiam pacificamente a um Show musical promovido pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), uma bomba explodiu no estacionamento, sob o colo do Sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário, matando-o instantaneamente e ferindo gravemente o Capitão Wilson Machado, que dirigia o automóvel Puma de chapa fria em que se encontravam. Outra bomba havia sido colocada na casa de força, mas não chegou a explodir.



Havia a mais indisfarçável evidência de que os militares vitimados pela bomba eram terroristas, porém foram identificados como vítimas de terroristas não identificados.

Para apurar o acidente o I Exército nomeou o Coronel Luís Antonio Prado como chefe do Inquérito Policial Militar (IPM). Dias depois, o oficial abandonou o posto e a farda, sendo substituído pelo Coronel Job Lorena de Sant’Anna, cujo relatório final sobre o caso foi considerado falho e cheio de erros factuais. Apesar disso, o Superior Tribunal Militar encerrou o caso.

Em razão de os responsáveis não terem sido punidos, o Ministro Gobery do Couto e Silva pediu demissão, abandonando o governo. Sua demissão representou provavelmente o mais importante desdobramento político do atentado do Riocentro.

A REFORMA PARTIDÁRIA:

A ARENA chegou a ser considerada por um de seus dirigentes como “maior partido” do Ocidente, mas, apesar de ser o partido do Governo, não era governo. Era um simples instrumento da Ditadura Militar, da mesma forma de que o MDB não passava de uma oposição consentida. A ARENA e o MDB foram concebidos pelos militares para dar ao regime uma aparência democrática. Por ironia do destino, a ARENA manteve-se fiel ao seu papel, condenando-se ao suicídio. O MDB, por sua vez, tornou-se oposição de fato desde 1974 e não parou de crescer.

Os militares perceberam que muitos dos eleitores do MDB estavam votando contra o governo. E o bipartidarismo tornou-se inconveniente ao regime, já que toda eleição passou a ater um caráter plebiscitário no qual o regime era inapelavelmente condenado.

A reforma partidária projetada no governo Geisel e realizada no governo Figueiredo tinha na aparência, o objetivo de restabelecer o pluripartidarismo. Era o que dizia o governo. Na verdade, o objetivo mesmo era dividir a oposição e retirar das eleições o incômodo caráter plebiscitário de condenação da ditadura.

Para dar a reforma o máximo de impacto e de benefício do governo, ela foi concebida paralelamente à anistia. A anistia é uma medida pela qual os adversários políticos se perdoavam mutuamente, esquecendo as desavenças passadas. Para ser efetiva, deve ser ampla, geral e irrestrita, ou seja, tem que ter caráter incondicional. Não era bem isso que o governo Figueiredo tinha em mente, já que a anistia foi imaginada para permitir a volta de líderes políticos exilados que, supostamente, ofuscariam as lideranças oposicionistas que aqui permaneceram criando rivalidades e esfacelando a oposição.

Além dessas, outras vantagens foram previstas: o governo determinou que as agremiações políticas deveriam trazer no início

do nome, a palavra “partido”. Este artifício tinha duas utilidades: permitia ao governo livrar-se da sigla ARENA, ultra-impopular, e, ao mesmo tempo, obrigava o MDB a mudar sua sigla, a mais popular do Brasil. A oposição limitou-se a acrescentar “partido” à sigla originando o PMDB. Quanto a ARENA, desapareceu dando origem ao Partido Democrático Social (PSD).

O governo não pretendia somente essas vantagens. Para continuar existindo, o regime militar pretendia com a reforma, favorecer a criação de um partido que funcionasse como linha auxiliar do governo, a fim de que pudesse manter a maioria no Congresso. Esse partido era aparentemente o PTB, ressuscitado supostamente com o apoio de Ivete Vargas e apoiada por Gobyery.

Independentemente do governo, por iniciativa de Tancredo Neves (que saíra do MDB) e outros políticos igualmente conservadores e moderados, foi sendo constituído o Partido Popular (PP), que pretendia, no entanto, apresentar-se como um partido de oposição confiável, a fim de ensejar a tão ambicionada alternância de poder. Mas a reforma partidária concebida para dividir a oposição não surtira o efeito desejado, pois continuava aberta a possibilidade de os diversos partidos de oposição se coligarem contra o governo. Por isso, em 1981 Figueiredo baixou o Pacote de Novembro, obrigando todos os partidos a lançar candidatos próprios a todos os cargos (Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado, Governo de estado). Além disso, determinou a vinculação total dos votos, isto é, os eleitores tinham que votar apenas em candidatos do mesmo partido, ainda que fossem para cargos diferentes. Também foi proibida a coligação de partidos.

Por causa disso, Tancredo e seus companheiros do PP chegaram a conclusão de que não teriam chance nenhuma nas eleições de 1982. decidiram então pela incorporação do PP ao PMDB. O perfil combativo do PMDB começou a se diluir a partir desta gigantesca operação política, acirrando a luta entre moderados e esquerdistas, na qual os primeiros levaram a melhor.

Nas eleições de novembro de 1982, a oposição conseguiu eleger os governadores dos estados mais ricos do Brasil, a começar por São Paulo com Franco Montoro. Tancredo

Neves elegeu-se governador de Minas Gerais também pelo PMDB. No Rio de Janeiro venceu Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Tradicionalmente no Brasil predominou nas esquerdas o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi dirigido, até pouco antes da reforma partidária, pelo lendário Luis Carlos Prestes. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), nasceu de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Rivalizando com os partidos de inspiração marxista, no período anterior ao golpe militar de 1964, havia o PTB, fundado por Getúlio Vargas, que apesar de tudo, jamais perderá a sua vocação populista. A reforma partidária de Figueiredo proibiu a legalização dos PCs. Em compensação, o trabalhismo ganhou dois partidos: o PTB de Ivete Vargas e o PDT de Brizola.

Porém a grande novidade política foi mesmo a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que nas eleições de 1982, lançou como candidato a governador do estado de São Paulo um operário: Luis Inácio Lula da Silva. O PT nasceu da militância sindical dos mais combativos operários, os metalúrgicos do ABC paulista, portanto, um partido que se estruturou de baixo para cima. Atraiu um contingente razoável de militantes de esquerda, que haviam rompido com o marxismo tradicional, além de incorporar a nova esquerda católica. Tendo optado por uma organização interna democrática, o PT distinguia-se radicalmente do modelo leninista ultra-centralista. Outra característica que distanciava o PT dos partidos de esquerda tradicionais é sua recusa em se apresentar como vanguarda operária.

A CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ”:



Para novembro de 1984, estavam marcadas as eleições indiretas para escolha do sucessor de Figueiredo. Apesar do visível esgotamento do regime e de sua impopularidade, os militares pretendiam continuar no poder. Contra essa possibilidade, em novembro de 1983, foi lançada a campanha para eleições diretas para Presidente. As primeiras manifestações não reuniram mais de 10 mil pessoas. Em janeiro de 1984 já eram 50 mil no comício pelas diretas em Curitiba, e 30 mil na praça da Sé em SP; em Teresina 25 mil; em Belém 60 mil; 300 mil em BH. No dia 10 de abril de 1984 já era 1 milhão na Candelária no RJ; no dia 16 de abril, mais de 1 milhão no Anhangabáhu em SP.

Todos estes comícios foram importantes demonstrações de que a sociedade estava farta do regime militar. Na esperança de fazer passar a emenda Dante de Oliveira (Dep. Federal pelo PMDB do Mato Grosso), que restabelecia eleições diretas para Presidente da República, o povo compareceu em massa às concentrações organizadas pelos partidos.

Não bastou toda esta demonstração de inconformidade do povo com o regime militar. No dia 25 de abril de 1984, a emenda foi rejeitada no Congresso Nacional. Não adiantou a união dos partidos de oposição. O PDS, presidido por José Sarney, manteve-se coeso e fiel à ditadura e derrotou a emenda.

A partir de então, a liderança do PMDB, tendo Tancredo Neves como candidato a Presidência, passou a concentrar toda força política no Colégio Eleitoral, defendendo as eleições diretas. Preparou-se para enfrentar, na eleição indireta, o candidato do PDS, Paulo Salim Maluf.

A obstinação com que Maluf lançou-se candidato à presidência pelo seu partido, impondo humilhantes derrotas a Mario Andreazza – que concorreu com ele para a indicação-, minou a unidade do PDS. Figueiredo, para quem nos últimos tempos, a política resumia-se às cansativas crises de irritação diante das mais amenas observações críticas, acabou tendo que apoiar a candidatura de Maluf, embora a contragosto. Mas o vice-presidente, Aureliano Chaves, que não estava disposto a suportar a situação criada pela obstinação de Maluf, passou a comandar uma poderosa dissidência do PDS,

a qual veio a se juntar José Sarney, depois de ser publicamente agredido, com ofensas verbais pelos “malufistas”. Em julho de 1984 formalizou-se a Frente Liberal, congregando os mais expressivos chefes políticos do PDS então dispostos a apoiar a candidatura de Tancredo Neves.

O Acordo entre o PMDB e a Frente Liberal deu origem a Aliança Democrática, que se expressava na candidatura de Tancredo Neves à presidência e a de José Sarney a vice. Essa súbita transformação do PDS em candidato a vice na chapa do partido de oposição, o PMDB, os políticos brasileiros costumam atribuir ao caráter dinâmico do processo político. Seja como for, graças à cisão do PDS, Tancredo conseguiu reunir maioria no Colégio Eleitoral, batendo facilmente Maluf na eleição indireta de novembro de 1984, mas Tancredo não tomaria posse.

No dia 14 de março de 1985, um dia antes de sua posse, o presidente eleito foi submetido às pressas a uma operação no Hospital de Base de Brasília. As complicações pós-operatórias levaram o presidente, outras vezes a mesa de operação, sofrendo um total de sete intervenções cirúrgicas. Depois de 39 dias de internamente, Tancredo faleceu em 21 de abril de 1985, no Instituto do Coração em SP, para onde havia sido transferido.

Por ironia da história, a “nova” República, como Tancredo batizara o período que iria começar com seu mandado, acabou tendo como seu primeiro presidente Jose Sarney. Exatamente o mesmo político que, em abril de 1984, comandaria a rejeição da emenda das diretas, contra a vontade popular. Era no mínimo estranho que o slogan das diretas “Muda Brasil” tivesse que ser concretizado pelo ex-presidente do PDS.

Talvez não tenha sido como os líderes do PMDB desejavam, mas o partido subiu ao poder com Sarney. O maior partido da oposição tornou-se, simplesmente, o maior partido do Brasil e um partido da situação. Desde 1982, o PMDB era situação também em vários estados: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e etc. Isso significava que, a partir de então, o PMDB seria julgado pela sua competência em conduzir os negócios públicos. Portanto, seu desempenho eleitoral não seria mais facilitado pela impopularidade do regime militar, alvo do

protesto dos eleitores que votaram nos candidatos do partido.

O primeiro teste aconteceu em novembro de 1985, nas eleições municipais para escolha de prefeitos das capitais dos estados. Conforme a opinião dos políticos mais experientes, era decisivo para o futuro do PMDB, vencer em São Paulo. O candidato, pelo PMDB foi o sociólogo FHC. Realizada a eleição, saiu vitorioso Jânio Quadros, que disputou pelo PTB. Os resultados de novembro de 1985, no principal estado, indicaram que o PMDB começava a decepcionar.

EXERCÍCIOS ENEM/UFJF

01. Mackenzie-SP *Um perverso crescimento, baseado na sofisticação do consumo da classe média alta e da burguesia e na exportação, apoiado nos capitais externos e nos subsídios e investimentos estatais a serviço das elites (...). O símbolo deste período foi a Copa do Mundo de 1970.* Emir Sader. *O Anjo Torto.* A respeito dessa fase da vida brasileira, é correto afirmar que:

- a) a vitória na Copa coincidia com o grande crescimento econômico e salarial, sobretudo para as camadas de baixa renda.
- b) futebol e política não foram utilizados como formas de alienação popular e ufanismo pela ditadura.
- c) o modelo econômico desenvolvido correspondia a menor concentração de renda e a uma distribuição de benefícios sociais para todos os segmentos.
- d) a vitória na Copa desviava a atenção do arrocho salarial, das prisões, das torturas e da censura à imprensa.
- e) foram desencadeadas, nesse período, ações guerrilheiras, rurais e urbanas, que conseguiram derrubar a ditadura.

02. Unicamp-SP

Em 13 de dezembro de 1968, o governo brasileiro promulgou o Ato Institucional nº 5, que, segundo opiniões da época, transformava o regime militar em uma ditadura “sem disfarces”.

- a) Qual o pretexto utilizado pelo regime militar para editar esse Ato?
- b) Cite duas das principais medidas adotadas por esse Ato.
- c) Caracterize dois elementos da democracia que a diferenciam da ditadura.

03. Unicamp-SP

No Brasil, os partidos foram, na República Velha, par-tidos republicanos regionais. Após 1945, os partidos buscaram, sem grande sucesso, tornar-se nacionais, como ocorreu na década de 1930 com a Ação Integra-lista Brasileira, o primeiro partido nacional de massa. O processo de nacionalização dos partidos ocorre em pleno regime militar, com a polarização partidária.

Adaptado de Hélgio Trindade, “Brasil em Perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada”, em Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta: a experiência Brasileira (1500-2000): a grande transação.* São Paulo: Ed. SENAC SP, 2000, p. 375.

- a) Segundo o texto, qual a diferença fundamental entre os partidos políticos da República Velha e os do regime militar (1964-1985)?
- b) Quais as características políticas da Ação Integra-lista Brasileira (AIB)?
- c) Qual a importância do bipartidarismo (ARENA e MDB) para o regime militar?

04. Fuvest-SP

Sobre o fim do período militar no Brasil (1964 - 1985), pode-se afirmar que ocorreu de forma:

- a) conflituosa, resultando em um rompimento entre as forças armadas e os partidos políticos.
- b) abrupta e inesperada, como na Argentina do general Galtieri.
- c) negociada, como no Chile, entre o ditador e os partidos na ilegalidade.
- d) lenta e gradual, como desejavam setores das forças armadas.

e) sigilosa, entre o presidente Geisel e Tancredo Neves, à revelia do exército e dos partidos.

05. UFTM-MG

Há vinte anos, a eleição de Tancredo Neves e de José Sarney para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, significou um marco importante na História brasileira, porque:

- a) permitiu a retomada do poder pelos civis, numa eleição direta vencida no primeiro turno, a exemplo do ocorrido na Argentina.
- b) se tornou o primeiro governo civil desde a queda de João Goulart, apesar de Tancredo não ter chegado a assumir a presidência.
- c) levou à vitória do partido situacionista no Colégio Eleitoral, o que permitiu a implementação da política econômica neoliberal.
- d) foi a primeira eleição direta desde o golpe militar de 1964 e deu início a uma nova fase, chamada pela imprensa de Nova República.
- e) concretizou os objetivos da campanha Diretas-Já, com a vitória da Aliança Democrática em todos os estados.

06. Cesgranrio-RJ

O processo de redemocratização brasileiro, no final da década de 1970, combinou pressões da sociedade civil e a estratégia de distensão/abertura do próprio regime militar, como pode ser observado na(no):

- a) vitória do movimento popular das Diretas Já, permitindo eleições gerais diretas em 1982.
- b) concessão de anistia “ampla, geral e irrestrita”, por lei de iniciativa do governo, mas que excluía as principais lideranças ligadas ao governo derrubado em 1964.
- c) total autonomia do movimento sindical, forçada pelas greves do ABCD paulista.

d) revogação dos Atos Institucionais, por iniciativa do governo, após negociação com setores representativos da sociedade civil.

e) “pacote de abril” de 1977, que transformou o Congresso Nacional em Assembleia Constituinte.

07. UERJo

Manifesto contra a moda

de se falar mal do Brasil

Sim, o Brasil tem problemas medonhos e não é um exemplo de desenvolvimento e justiça social, mas, com o perdão da má palavra, já ando de saco cheio desse negócio de tudo aqui ser o pior do mundo, aqui prestar e nada aqui funcionar e sermos culpados de tudo o que de ruim acontece na Terra. Saco cheíssimo de sair do Brasil e enfrentar ares de superioridade e desprezo por parte da gringalhada, todos nos olhando como traficantes de cocaína, assassinos de índios e crianças, corruptos natos e mais uma vasta coleção de outras coisas, a depender do país e da plateia. (...) Chega desse negócio, eu não sou bandido, nós não somos bandidos, nós somos brasileiros, eles que vão se catar, enfurnados lá no frio escuro e triste deles.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Veja*, 31/03/93

Em 1985, com o fim da ditadura militar, surge, em segmentos da sociedade brasileira, a esperança de construção de uma nova sociedade – a Nova República. Contudo, como é ilustrado pelo texto exposto, antigos problemas persistem, contribuindo para alimentar uma determinada imagem negativa do Brasil. Dentre os fatores a seguir, aqueles que indicam, respectivamente, mudança e permanência na ordem político-econômica, durante a Nova República, são:

- a) supressão do direito de greve – centralização dos poderes no Executivo.
- b) extensão do direito de voto aos analfabetos – pequeno poder de compra dos salários.
- c) elaboração de leis referentes ao meio ambiente – restrições à organização dos partidos políticos.

d) extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores do campo – sobrevivência da legislação política de exceção.

09.ENEM (2011)

Em meio as turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenava peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o “imperialismo” e seus “aliados internos”.

KONDER, L. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (políticos vinculados a União Democrática Nacional - UDN -, Igreja Católica, grandes empresários etc.) entendiam que esta organização:

A) constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.

B) contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.

C) realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.

D) prestava um serviço importante a sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos mais pobres.

E) diminuía a força dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

GABARITO:

01.D 02.a) O movimentos populares contra o fechamento do regime foram usados como exemplo de subversão e instabilidade, sendo necessária maior intervenção do governo militar.

b) Fechamento do Congresso e das Assembleias legislativas, poderes concentrados no executivo federal.

c) Governos democráticos são baseados na liberdade política, econômica, social e cultural, buscando assegurar os direitos de cada indivíduo. Governos autoritários concentram os poderes desconsiderando os direitos indivíduos, de expressão e às vezes até o direito de ir e vir.

03. A) Enquanto os partidos da República Velha assumiam um caráter regional, como o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRM (Partido Republicano Mineiro), os partidos formados durante a Ditadura Militar (ARENA e MDB) buscavam encarnar o espírito nacional.

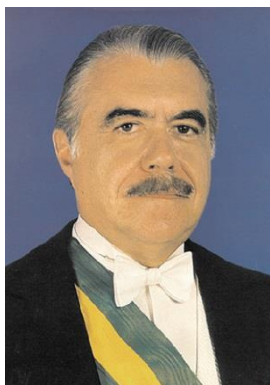
B) A chamada AIB (Ação Integralista Brasileira) apresentava como a defesa política do ideal fascista, inspirado nos regimes totalitários da Europa, como o Fascismo de Benito Mussolini e o Nazismo de Adolf Hitler. Liderado por Plínio Salgado, a AIB defendia um regime de partido único, o combate ao comunismo, a defesa do lema Deus Pátria e Família e a realização de encontros públicos com traços militaristas.

C) A limitação da ação política em dois partidos, implantada pelos militares no chamado AI-2, garantiu uma maior clareza na constituição política brasileira, através de um nítido grupo de apoiadores do regime (ARENA) e opositores (MDB). Além disso, a opção pelo bipartidarismo levaria a eliminação de várias forças político-partidárias de oposição que poderiam, em frentes diversas, minar as ações políticas do governo.

04. D 05. B 06. B 07. B 09. A

A NOVA REPÚBLICA

O GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1990)



INTRODUÇÃO:

A Nova República – período iniciado após 1985, com o fim da ditadura – veio depois da luta, e principalmente depois dos acordos políticos que condicionaram a transição. Ela começou, apesar do Colégio Eleitoral e das eleições indiretas, da agonia da morte de Tancredo, com uma esperança forte de mudança. O povo retomou seu hino, sua bandeira, sua vontade de sonhar. A televisão “glamorizou” isso e repetiu sem cessar a boa nova, até convencer a quase todos, que tudo ia dar certo. Mas não deu, não tudo.

Durante os 5 anos do governo Sarney, o país enfrentou recordes de taxas de inflação, diversas crises ministeriais (só ministros da Fazenda foram quatro), e vários planos econômicos que alteraram as regras da economia.

Por outro lado, caracterizando-se como um governo de transição democrática, estabeleceu novos avanços políticos importantes, como a Convocação de uma Assembleia Constituinte, o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis e a legalização de partidos de qualquer tendência, inclusive comunistas e socialistas.

Em decorrência disso, o país renovou seus Governadores, Senadores e Deputados, Prefeitos, Vereadores e pode acompanhar, depois de quase 30 anos, uma nova campanha presidencial.

Ao mesmo tempo, economicamente, o país passou por graves crises, com altíssimos índices de inflação anual e queda das reservas cambiais a níveis críticos. Em vista disso, o país requereu a moratória de sua dívida externa, ou seja, a suspensão temporária do pagamento dos débitos aos credores estrangeiros.

A POLÍTICA ECONÔMICA:

Na tentativa de equilibrar a economia interna, foram postos em prática alguns planos, cuja principal característica era o combate à alta inflacionária, implantando o congelamento dos preços e salários. Em fevereiro de 1986, editou-se o Plano Cruzado; em 1987 O Plano Bresser; Em 1989 o Plano Verão.

Entre todos os planos econômicos do governo Sarney, aquele de maior repercussão foi o Plano Cruzado. Em fevereiro de 1986, sob a orientação do então Ministro da Fazenda, foi lançado esse plano de estabilização, objetivando conter a inflação e reorganizar a economia. Entre as principais medidas destacavam-se:

- O Cruzeiro perdia três zeros e passava a ser chamado de Cruzado (1000 Cruzeiros = 1 Cruzado); todos

os preços estavam congelados por um ano;

- Os salários receberiam um abono de 8%, seriam recalculados na média dos últimos seis meses, mas só seriam reajustados após um ano ou quando a inflação atingisse 20%;
- A correção monetária foi extinta sendo substituída pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que remuneraria as cadernetas de poupança, as aplicações financeiras superiores a um ano, o FGTS e o PIS-PASEP;
- Paralelamente, o governo brasileiro conseguiu renegociar a dívida externa, e a redução dos juros foi obtida sem que fosse necessário recorrer ao FMI.

Muitos estabelecimentos comerciais iniciaram um processo de remarcação clandestina de preços, provocando a reação dos consumidores, incentivada pela própria propaganda governamental (“Sou fiscal do Sarney”).



A população exigia a intervenção policial e, em várias ocasiões, interditavam a empresa fraudadora por sua iniciativa. Sucederam-se tumultos e intervenção governamental de empresas, particularmente os supermercados.

Alguns meses depois, muitos produtos só eram oferecidos com o pagamento de “ágil” (valor cobrado acima da tabela). Os órgãos governamentais não conseguiram controlar esta prática e o congelamento rapidamente deixou de ser respeitado pelos produtores e comerciantes. O ímpeto dos primeiros dias, quando a própria população garantia o cumprimento das normas do Plano Cruzado, também sucumbiu.

Os resultados do Plano Cruzado foram positivos nos primeiros meses. O poder aquisitivo das camadas populares aumentou; a extinção da correção monetária realocou parte do capital dos setores financeiros para o produtivo; o índice de desemprego ficou

menor. Antes do final de 1986, porém, o plano já demonstrava ter fracassado.

No início de seu governo, Sarney propôs ao Congresso Nacional que os parlamentares eleitos em 1986, fossem ao mesmo tempo, os membros da Assembleia Nacional Constituinte. A orientação foi aceita e sepultou a possibilidade de uma nova Constituição se elaborada por uma Assembleia Constituinte exclusivamente eleita para aquela finalidade, distinta do Congresso Nacional e, portanto, supostamente mais independente e livre das pressões e interesses que caracterizavam a atividade política legislativa.

A constituição aprovada revelou-se uma solução de compromissos entre dois blocos ideológicos distintos: os liberais tradicionais, contrários à intervenção do Estado na atividade econômica, e os intervencionistas, favorável a atuação reguladora por parte do Estado. Se encarada, porém, do ponto de vista dos chamados direitos sociais nela inscritos, é a mais ampla de nossa história, superando inclusive a de 1934.

Em 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Constituinte, Ulisses Guimarães, declarou promulgada a nova Constituição, qualificando-a como “Constituição cidadã”. O texto havia sido aprovado por 474 votos a favor, 15 contrários e 6 abstenções. 64 deputados não estiveram presentes à votação.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988:

O principal acontecimento político do governo de José Sarney foi à elaboração de uma nova Constituição para o país. A Assembleia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos em 1º de fevereiro de 1987. Até o término das votações em 1º de setembro de 1988, transcorreram 19 meses de debates. As discussões foram marcadas por uma série de conflitos entre grupos conservadores, reunidos no Centro Democrático (Centrão), e os Progressistas, formados pelos partidos de esquerda (PT, PC, PC do B, PDT) e por uma parte do PMDB.

Um balanço geral permite-nos observar que os trabalhadores conseguiram diversas vantagens com a Constituição. Sua organização e a combatividade de seus representantes na Constituinte foram sem dúvida, as principais responsáveis por estas conquistas, dentre as quais destacamos:

- Salário: ao sair de férias o trabalhador tem direito a um abono igual a 33% de seu salário; o empregado demitido deverá receber uma indenização correspondente a 40% de seu FGTS; todo o trabalhador que receber até dois salários mínimos mensais, receberá um abono de um salário mínimo no final do ano, pago pelo governo; as horas extras valerão mais 50%.
- Direito de greve: Tornou-se praticamente irrestrito.
- Jornada de trabalho: A jornada semanal baixou de 48 horas para 44 horas; a jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento é de no máximo seis horas.
- Aposentadoria: Os aposentados passam a receber 13º salário; nenhuma aposentadoria será inferior a um salário mínimo; a aposentadoria será igual ao valor médio dos últimos 36 salários, corrigidos mensalmente de acordo com a inflação.
- Licença Maternidade: Passa de 90 para 120 dias; passa a existir licença paternidade, inicialmente de 5 dias.

Outras mudanças constitucionais consideradas importantes foram:

- O estabelecimento de dois turnos nas eleições para Presidente, Governadores, e Prefeitos de cidades com mais de 200.000 habitantes.

- O voto facultativo entre 16 e 18 anos.
- A redistribuição dos impostos em favor dos estados e municípios.
- A garantia por parte do estado, de benefícios e proteção às empresas brasileiras de capital nacional.
- O limite de 12% ao ano para as taxas de juros.
- A proibição da comercialização de sangue e seus derivados.
- O fim da censura à rádio, televisão, cinema e etc.
- A proteção ao meio ambiente.
- O mandato de 5 anos para Presidente da República foi reduzido para 4 anos a partir de 1995.
- Eleições diretas para Presidente da República a partir de 1989.
- Garantiu-se aos índios a posse da terra que já ocupavam tradicionalmente, competindo a União, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- A prática de racismo, constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

A Constituição de 1988 não trouxe avanço, porém, em relação à reforma agrária, pois determina que as propriedades consideradas produtivas não podem ser desapropriadas.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989:

No final de seu governo, José Sarney não havia conseguido melhorar o panorama econômico do Brasil. Contudo, levou até o fim do processo de transição democrática, iniciado em seu mandato embalado pelos ventos da liberalização política que começavam a soprar do leste europeu.

Em novembro e dezembro de 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para Presidente da República desde 1960.

Concorreram a sucessão presidencial, representantes de vários partidos políticos: Mário Covas PSDB; Paulo Maluf PDS; Roberto Freire do ex-Partido Comunista Brasileiro; Ulisses Guimarães PMDB, entre outros.

A disputa principal, no entanto, restringiu-se a três candidatos: Fernando Collor de Mello, do incipiente Partido da Renovação Nacional (PRN), representando os grupos mais conservadores da política nacional; Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT); e Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambos defendendo propostas de mudanças mais profundas na estrutura socioeconômica do país.

Disputaram o segundo turno do pleito eleitoral, realizado a 17 de dezembro de 1989, Collor que já no primeiro turno havia despontado na preferência dos eleitores, e Lula que tomou a frente de Brizola numa disputa acirrada.

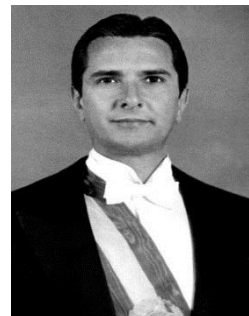
O candidato do PRN acabou vencendo as eleições com cerca de 35 milhões de votos (5 milhões a mais que seu opositor), assumindo a presidência em 15 de março do ano seguinte. Vendendo a imagem de “caçador de marajás”, Collor iniciou sua carreira política em Alagoas, onde foi eleito indiretamente prefeito de Maceió (Prefeito “Biônico”), Deputado Federal e Governador de estado.



A campanha do candidato Collor baseara-se na luta contra a corrupção, na busca da modernidade para o país e na proteção às camadas mais carentes da população, os “descamisados”.

As linhas mestras do projeto de governo de Collor eram: privatizações de estatais, a reforma do Estado, modernização da indústria, abertura do mercado a competição internacional, solução do impasse da dívida externa e rejeição ao subdesenvolvimento em favor do alinhamento aos países subdesenvolvidos.

O GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)



INTRODUÇÃO:

Ao assumir a Presidência, Collor prometeu uma política de austeridade, como corte de gastos do governo pela redução do número de funcionários fantasmas, o fim dos privilégios desmedidos de funcionários públicos e membros do governo e privatização das empresas estatais, reduzindo assim o aparelho estatal.

O caráter neoliberal do discurso de Collor, advogando principalmente, o fim do intervencionismo estatal em assuntos econômicos, contribuiu para aglutinar setores das classes dirigentes em torno de sua proposta.

A POLÍTICA ECONÔMICA:

No dia de sua posse, o presidente anunciou um plano econômico de combate à inflação – O Plano de Reconstrução Nacional ou Plano Collor como ficou conhecido – que previa, entre outras medidas, o bloqueio por 18 meses de praticamente todos os depósitos bancários feitos no país.

Além disso, estabeleceu o congelamento de preços e salários e a extinção de diversas empresas estatais. No

comando do Ministério da Economia estava Zélia Cardoso de Mello, que, durante pouco mais de um ano, conduziu uma política econômica de caráter marcadamente recessivo.

As medidas adotadas durante o governo Collor, embora drásticas, não solucionaram o grave problema da inflação, além de terem contribuído para piorar ainda mais a crise social, com o acentuado rebaixamento do padrão de vida da população brasileira.

PROBLEMAS E ESCÂNDALOS DO GOVERNO COLLOR:

A instabilidade econômica trouxe consigo a instabilidade política, determinando a substituição de vários Ministros e a queda da popularidade do Presidente. Com seu estilo personalista e arrogante e afeito a exibições públicas, Collor deu continuidade a sua política econômica, favorecendo as exportações e privatizando muitas empresas estatais. Com isso, acentuaram-se a recessão e a oposição ao seu governo. Além disso, Collor não conseguiu estabelecer uma base de apoio parlamentar, o que o enfraqueceu politicamente.

As privatizações foram também bastante tumultuadas, desencadeando violenta reação de alguns setores da sociedade. Ao mesmo tempo, surgem as primeiras denúncias de corrupção no governo, envolvendo ex-ministros (Antonio Rogério Magri, do Trabalho e Previdência Social; Alcení Guerra da Saúde; Zélia Cardoso de Mello da economia), assessores diretos da Presidência e a própria Primeira Dama Rosane Collor, na época a frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), todos acusados de desvio de verbas públicas.

Em maio de 1992, um desentendimento familiar levou o irmão mais novo do presidente, Pedro Collor, a denunciar à imprensa irregularidades cometidas pelo empresário alagoano Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha presidencial e que ainda mantinha vínculos com o governo.

Suspeitando do envolvimento do presidente num amplo esquema de corrupção e tráfico de influência, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias contra PC, como Paulo César Farias ficou conhecido.

O relatório final da CPI apontou ligações estreitas entre o presidente e o empresário, iniciando-se a partir daí, um processo de impeachment contra Fernando Collor. Tratava-se de obter, nos limites constitucionais, o afastamento do Presidente da República. Ele recorreu a manobras judiciais e regimentares, assim como a política de troca de favores e compra de votos, para tentar bloquear o processo.

OS “CARAS-PINTADAS” E O IMPEACHMENT:

A população saiu às ruas em diversas cidades do Brasil, exigindo o seu afastamento. Ao som de “Alegria, Alegria” de Caetano Veloso, os “caras pintadas” (estudantes secundaristas e universitários que saíam as ruas com o rosto pintado de verde e amarelo) deram um tom alegre às manifestações populares pró-impeachment.

Pressionado pela opinião pública as vésperas de eleições municipais, o Congresso Nacional, em 29 de setembro de 1992, numa sessão histórica, decidiu pelo afastamento de Collor do cargo presidencial, enquanto se apuravam as denúncias dos fatos e se ouviam os envolvidos. Isolado politicamente e sem conseguir provar sua inocência, Fernando Collor renunciou a Presidência em 30 de dezembro de 1992. Neste mesmo dia, Itamar Franco, vice-presidente, assumiu o cargo interinamente com o apoio de todos os partidos políticos.



Caso raro na história mundial – o Chefe do Executivo de um país ser afastado do poder pelas vias democráticas-, a repercussão externa do impeachment do presidente foi bastante positiva. Este fato ganhava especial importância para um país que estivera sob uma ditadura militar, e que só recentemente voltara à condição de uma democracia.

O novo presidente herdou os graves problemas econômicos e sociais de seu antecessor, principalmente o aumento descontrolado da inflação.

O GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)



INTRODUÇÃO:

O novo Presidente empossado deveria completar o mandato de seu antecessor.

No plano político, o fato mais importante do governo Itamar foi à realização do Plebiscito em 1993. Previsto nos dispositivos transitórios da Constituição de 1988, essa consulta popular deveria decidir qual o regime político (monarquia ou república) e a forma de governo (parlamentarismo e presidencialismo) a serem adotados no país.

Em 21 de abril de 1993 o resultado das urnas confirmou a preferência dos eleitores pela manutenção da república presidencialista do Brasil.

O PLANO REAL:



Em matéria de política econômica a realização mais relevante do novo governo foi o Plano Real. Antes desse plano, sucederam-se três Ministros da Fazenda, que buscaram sem sucesso combater o crescente processo inflacionário. O cargo foi ocupado em maio de 1993 pelo senador Fernando Henrique Cardoso, até então Ministro das relações exteriores do governo Itamar.

Em fins de 1993, com a inflação próxima a 2700% ao ano, entrou em vigência o Plano Real, cujo nome derivou da adoção de uma nova moeda nacional, que começou a circular em 1º de julho de 1994. Suas principais metas eram a redução da inflação e a estabilização econômica. Para atingir esses objetivos adotaram-se medidas visando conter os gastos públicos, privatizar as empresas estatais, reduzir o consumo com o aumento da taxa de juros e baixar o preço dos produtos com abertura do mercado interno as exportações.

POLÍTICA E ECONOMIA INTERNA:

A queda da inflação e a abertura da economia propiciaram o aumento do poder aquisitivo e da capacidade de consumo dos setores de baixa renda, garantindo altos índices de popularidade ao presidente Itamar Franco.

Em sua gestão, Itamar Franco incentivou as investigações sobre corrupção na administração pública, tendo estimulado a CPI promovida pelo Congresso Nacional para apurar as irregularidades relativas ao orçamento da União. Foram denunciados durante a investigação 23 parlamentares, 6 ministros e ex-ministros, e 3 governadores estaduais.

O temperamento impulsivo, populista e algumas vezes hesitante do Presidente foi caracterizado como marca negativa de sua gestão. Em compensação, sua simplicidade, austeridade e probidade administrativa

renderam-lhe uma imagem positiva perante a população. Em 1995, ao passar a faixa presidencial para seu sucessor, Itamar contava com um índice de aprovação de 80% ao seu governo, conforme pesquisa efetuada por renomado instituto de pesquisa de opinião pública.

O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)



INTRODUÇÃO:

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, depois de eleger-se já no primeiro turno com quase 55% dos votos válidos. Sua candidatura fora sustentada por uma aliança formada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), este último congregando parte das forças conservadoras do país, ligadas ao regime anterior.

Contra FHC concorreu Lula (PT) que obteve 27% dos votos válidos, além de Leonel Brizola (PDT), Orestes Quêrcia (PMDB) e Esperidião Amim (PPR), entre outros.

Com o sucesso do Plano Real e o prestígio político de sua formação acadêmica, o presidente recém empossado conferiu ao novo governo brasileiro respeitabilidade e reconhecimento internacional. Entre as mais importantes políticas governamentais encontram-se a Reforma da Constituição e a Continuidade do Plano Real.

REFORMAS DO GOVERNO FHC:

No âmbito da Reforma Constitucional, no início do governo foram aprovadas pelo Congresso Nacional as emendas que estabeleceram a quebra dos monopólios do petróleo e das comunicações. Foram também

eliminadas as discriminações ao capital estrangeiro com a mudança do conceito de empresa nacional, que passou a ser considerada toda aquela constituída sob as leis brasileiras no país sediadas e administradas, independentemente de seus sócios controladores serem estrangeiros ou residentes no exterior.

No final do mandato presidencial o Congresso discutia as Reformas da Previdência, do Estatuto do Funcionalismo Público e dos Sistemas Fiscal, Tributário e Administrativo. As mudanças da Constituição de 1988 visavam segundo o governo, atingir objetivos mais essenciais: assegurar a estabilidade política, mediante a reorganização do Estado e da Administração, e retomar o desenvolvimento econômico, acelerando a integração ao mercado mundial e a moderação científica e tecnológica.

EFEITOS DO PLANO REAL E A POLÍTICA ECONÔMICA:

A política econômica do novo governo deu prosseguimento ao Plano Real, idealizado pelo presidente quando Ministro da Fazenda do governo anterior. Durante os dois primeiros anos, a moeda estabilizou-se e manteve uma relativa paridade com o dólar, além disso, a inflação manteve um patamar bastante baixo.

Contudo, as medidas de ajuste adotadas provocaram recessão econômica, quebras de bancos e empresas, assim como um surto de demissões e desemprego em todos os setores da economia.

Além do alto nível de desemprego nas grandes cidades, a indefinição governamental quanto à reforma agrária tem provocado no campo uma onda de ocupação de propriedades rurais. Neste processo os ocupantes têm sido liderados pelo MST que enfrenta a oposição dos proprietários rurais.

A par de importantes realizações, problemas como a distribuição de renda, a questão agrária, a melhoria da educação e saúde, entre outros, continuam a exigir do novo governo, tendências urgentes. A política recessiva e de alto custo social tem sido chamada pelos diversos setores de oposição como resultado do neoliberalismo.

A REELEIÇÃO DE FHC:

Mas o empenho político do governo destinou-se a aprovação de uma Emenda Constitucional que permitia a reeleição do Presidente da República, dos Governadores dos estados. A partir de uma forte ofensiva junto aos grandes partidos nacionais, (PMDB, PFL, PPB, PSDB), o governo conseguiu e obteve, em outubro de 1998, uma nova vitória eleitoral. Contra a chapa FHC – Marco Maciel, apoiada pelo PPB, pelo PTB e pela maioria do PMDB, a oposição de esquerda lançou LULA como candidato a presidência e Brizola como vice. Pela primeira vez, os dois maiores partidos de oposição saíram unidos desde o início numa disputa eleitoral.

Mesmo abalada por uma impressionante crise cambial, em 1998, a sociedade brasileira manteve seu apoio a FHC, que foi reeleito no primeiro turno. No entanto o resultado das eleições não pode ser considerado totalmente favorável ao governo. Nos estados houve importantes vitórias de candidatos de oposição, principalmente as de Olívio Dutra (PT/RS), Itamar Franco (PMDB/MG), e Anthony Garotinho (PDT/RJ). Em SP a vitória de Mário Covas (PSDB) só foi possível graças ao apoio de importantes lideranças de esquerda, realizando uma aproximação de setores do PSDB com setores do PT e PSB.

Além disso, as eleições estaduais ativaram as lutas internas na base governista, excessivamente ampla e heterogênea. Para garantir a governabilidade do país, FHC permitiu que o Legislativo Federal fosse controlado pelos maiores partidos brasileiros, PMDB e PFL, enquanto comandava o Executivo Federal com uma equipe composta em sua maioria por velhos companheiros de militância política e amigos pessoais, muitos dos quais exilados e perseguidos pela ditadura militar. A ambiguidade do governo FHC é sempre justificada pelos seus mais ardorosos defensores pelas necessidades pragmáticas do exercício do poder.

Desde 1995, o ex-governador da Bahia e Senador Antonio Carlos Magalhães – o ACM ou Toninho Malvadeza- tornou-se uma espécie de eminência parda do governo brasileiro. Sua presença, no mesmo campo político de líderes marcados pela luta contra a ditadura – Franco Montouro, José Serra, Francisco Weffort – e propagandistas da modernização da política brasileira, soa pelo menos como contraditória. Parece mesmo um casamento de conveniências repleto de traições.

As ambiguidades e contradições do governo FHC, somam-se às dificuldades do PT e dos demais partidos de esquerda em ampliar suas lideranças e apresentar os programas de transformações sociais e econômicas necessárias ao país. Enquanto o governo e a oposição viveram seus dilemas e limites políticos, a sociedade brasileira apresentava índices alarmantes de desemprego, analfabetismo, desnutrição e violência.

Exercícios ENEM

ENEM(2011)

1-Movimento dos Caras-Pintadas



O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil. Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

A) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.

B) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.

C) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.

D) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.

E) processo de *impeachment* do então presidente Collor.

Gabarito:

1.E

Lista de Presidentes da República do Brasil

Primeira República

- 1- Deodoro da Fonseca (1889-1891)
- 2- Floriano Peixoto (1891-1894)
- 3- Prudente de Moraes (1894 -1898)
- 4- Campos Sales (1898-1902)
- 5- Rodrigues Alves (1902-1906)
- 6- Afonso Pena (1906- 1909)
- 7- Nilo Peçanha (1909-1910)
- 8- Hermes da Fonseca (1910-1914)
- 9- Venceslau Brás (1914-1918)
- 10- Rodrigues Alves (Não assumiu por ter falecido antes)
- 11- Delfim Moreira (Interino – 1918-1919)
- 12- Epitácio Pessoa (1919-1922)
- 13- Artur Bernardes (1922-1926)
- 14- Washington Luís (1926-1930)
- 15- Júlio Prestes (Não assumiu por causa da Revolução de 1930)

Era Vargas

- 16- Getúlio Vargas (1930-1945)
- 17- José Linhares (1945-1946)

Segunda República

- 18- Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)
- 19- Getúlio Vargas (1951- 1954)
- 20- Café Filho (1954-1955)

- 21- Carlos Luz (Interino- 1955)
- 22- Nereu Ramos (Interino- 1955-1956)
- 23- Juscelino Kubitschek (1956- 1961)
- 24- Jânio Quadros (1961)
- 25- Ranieri Mazzilli (Interino -1961)
- 26- João Goulart (1961-1964)

Regime Militar

- 27- Ranieri Mazzilli (Interino- 1964)
- 28- Castelo Branco (1964-1967)
- 29- Costa e Silva (1967-1969)
- 30- Junta Governativa Provisória de 1969
- 31- Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)
- 32- Ernesto Geisel (1974-1979)
- 33- João Figueiredo (1979-1985)

Nova República

- 34- Tancredo Neves (Não assumiu por ter falecido antes)
- 35- José Sarney (1985-1990)
- 36- Fernando Collor (1990-1992)
- 37- Itamar Franco (1992-1995)
- 38- Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)
- 39- Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)
- 40- Dilma Rousseff (2011- em exercício)